



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRADO EM GEOGRAFIA

JORDANA SANTANA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

DAS INTERFACES DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO
FRUTICULTURA PLATÔ DE NEÓPOLIS AO
AGRONEGÓCIO DA CANA DE AÇÚCAR

São Cristóvão - SE

2015

JORDANA SANTANA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

**DAS INTERFACES DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO DE
FRUTICULTURA PLATÔ DE NEÓPOLIS AO AGRONEGÓCIO DA
CANA DE AÇÚCAR**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – área de concentração Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, linha de pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Alexandrina Luz Conceição.

São Cristovão - SE

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Vasconcelos, Jordana Santana de Oliveira

V331i Das interfaces do projeto de irrigação de fruticultura platô de Neópolis ao agronegócio da cana-de-acucar / Jordana Santana de Oliveira Vasconcelos ; orientador Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2015.

160 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Geografia. 2. Agricultura. 3. Cana-de-açúcar. 4. Agroindústria. 5. Irrigação agrícola. 6. Sergipe. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911:631(813.7)

JORDANA SANTANA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

**DAS INTERFACES DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO DE FRUTICULTURA PLATÔ
DE NEÓPOLIS AO AGRONEGÓCIO DA CANA DE AÇÚCAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe,
como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra
em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Prof^ª Dr^ª Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dra. Marleide Maria Santos Sergio (Externo ao Programa)

Dra. Ana Consuelo Ferreira Fontenele (Externo à instituição)

Aprovada em 28/08/2015

São Cristovão - SE
2015

AGRADECIMENTO

Chegar nesse momento de finalização da pesquisa torna importantíssimo agradecer às pessoas que contribuíram de alguma maneira para a construção dessa caminhada.

Meu imenso agradecimento por todo o mérito, a minha orientadora e amiga **Dr^a. Alexandrina Luz Conceição**, primeiramente por incentivar no desenvolvimento do projeto para seleção de mestrado. Sem este incentivo, tenho a certeza que não estaria aqui. Segundo, pelas sucessivas revisões de texto, me mostrando os caminhos para aprimorá-los, pelas críticas para que eu pudesse avançar, pela paciência de ensinar, compartilhar seus conhecimentos e pelos puxões de orelha quando necessário, principalmente nos momentos de insegurança. Obrigada pela dedicação, zelo, amor e compreensão. Te amo muito!!!

Divido minha imensa alegria a **Rômelo N. Vasconcelos**, meu companheiro de vida, sonhos, quedas, e conquistas. Agradeço imensamente por todo amor, pela paciência, compreensão, estímulo, apoio emocional e por em todos os momentos dedicados a minha pesquisa. Tenho certeza que sem o seu apoio, tudo ficaria muito mais difícil. Obrigada por tudo e te amo muito!!!!

Agradeço a minha mãe **Leilde**, Tio **Alexandre** e minha Vó **Maria Elicia**, foram eles que abriram as portas para o meu futuro. Agradeço por todo amor, paciência e carinho. Amo muito vocês!!!

Agradeço aos meus amados irmãos, considerados filhos **Gabriel, Gustavo e Jordão** pela paciência em entender minha ausência durante todo o processo do mestrado. Amo vocês!!!!

Aos amigos que caminharam ao meu lado nos momentos felizes, nos momentos de desânimo, ao longo desses nove anos de vivência acadêmica. Só tenho a agradecer especialmente, **Alexandrina, Shauane, Vanessa, Danilo, Marcelo, Marcinho, Guinho e Allisson Gomes**. Obrigada pela amizade sincera, pelo companheirismo, por todo aprofundamento de leituras socializadas e pela troca de experiências. Amo Vocês!!!!!!

Agradeço ao tempo disponibilizado por **Marcinho** na elaboração dos mapas, obrigada pela grande ajuda. E a **Shauane** por disponibilizar tempo dedicado a minha pesquisa na revisão de alguns textos antes de enviar para a orientadora.

Aos mais novos amigos do mestrado **Guto, Leandro e Michelle**, obrigada por poder compartilhar comigo muitos momentos de risadas, diversas experiências, apoio emocional e pela imensa parceria.

Aos amigos (as) que aprofundei meus laços de amizade a partir do mestrado **Eliany, Ricardo, Ana Consuelo, Junior e Maria** obrigada pelo imenso carinho e pelas diversas palavras de estímulo.

Aos amigos da graduação que mesmo distante sempre presentes nos momentos inesperados, em especial **Alisson Gomes**.

Agradeço aos meus colegas de turma do mestrado em especial a **Jack, Sandra, Priscila, Rabanal, Rafaela e Renata** e aos amigos presentes **Shauane, Marcinho, Leandro e Guto**.

As Professoras que participaram da Banca de Qualificação e que contribuíram sobremaneira para a melhoria do texto, organização das ideias, além de sugestões pertinentes, meu muito obrigada, a **Marleide Maria Santos Sergio e Ana Consuelo Ferreira Fontenele**.

A professora **Núbia** obrigada pelo imenso carinho e pelo incentivo sempre presente em suas palavras.

Aos meus **familiares e agregados** que de forma direta ou indireta, contribuíram com palavras de afeto, com momentos de distração e estímulo a cada etapa da dissertação. Não esquecendo, em especial, a **Tia Adriana, Tia Alda, Tia Fernanda, Tia Leane, Tio Alesandro, Rô, Leyliane, Patrícia, Clara e Lícia**.

Minhas queridas amigas que resistiu ao tempo maravilhoso do Colégio Geo (**Kamila Luciana, Thamara, Jenice, Camila Zucon e Renata**) que mesmo na distância, sempre me permitiu momentos de distração e souberam compreender as minhas ausências.

Ao **Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamento Territorial – GPECT** - agradeço imensamente ao grupo pelos momentos de leituras aprofundadas, apoio emocional e principalmente trocas de experiências que foram fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo** – da Universidade Federal de Sergipe, obrigada pela confiança depositada, e por toda prestatividade de seus funcionários e coordenadores.

A **CAPES**, pelo total apoio financeiro à minha pesquisa.

Aos **Representantes** dos órgãos visitados.

A **Ninho e Magrarette** – por compartilhar comigo suas histórias de vida e de luta contra as interfaces do Projeto Platô de Neópolis.

Ao **Centro Dom José Brandão de Castro** - meu imenso agradecimento, pelo belíssimo trabalho na luta pelo fortalecimento da posse da terra em regiões de conflitos no Estado, e pelo total apoio aos camponeses **Sr. Gisélcio e in memória Sr. Jocelino**.

Agradeço principalmente aos **Camponeses (Sr. Gisélcio e in memória Sr. Jocelino)** que abriram suas vidas, desabafaram suas angústias, e partilharam a coragem de permanecer na luta. E aos **Trabalhadores do corte da cana** que disponibilizaram seu tempo de descanso para compartilhar suas experiências árduas no corte da cana-de-açúcar.

A todos, muito obrigada...

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar as alterações ocorridas com o processo de apropriação do espaço no Baixo São Francisco/SE, na área do Platô de Neópolis, sob o modelo da modernização capitalista e o papel do Estado, durante e depois da sua concretização do Projeto de Fruticultura Irrigada Platô de Neópolis. Para o desenvolvimento de nossa análise, utilizamos o método de interpretação do materialismo histórico dialético, que permitiu identificar as contradições do modelo de modernização capitalista e do papel do Estado, antes e após a concretização do Projeto. Nossos estudos revelaram que, nas últimas décadas, houve uma clara apropriação do território pelo capital das unidades de produção familiar, mediante aliança com o Estado, o qual direcionou políticas públicas no campo a favor de grandes empresários. Neste contexto, podemos destacar o Projeto de Fruticultura Irrigada Platô de Neópolis, exemplo vivo de uma política de desenvolvimento voltada para o interesse do capital, na qual os cultivos tradicionais da região gradativamente foram se extinguindo para abrigar a seleção de cultivos voltados para o mercado, com alta tecnologia e serviços especializados. Atualmente, o Platô direciona sua área irrigada a serviço do agronegócio, com o retorno do plantio da cana de açúcar, agora produzida em áreas destinadas à irrigação de frutos. Nossa pesquisa permitiu concluir que o modelo de agricultura irrigada não teve como objetivo, conforme o discurso governamental, solucionar, cessar, ou mesmo amenizar as problemáticas sociais no campo, no combate à pobreza, mais sim, de garantir a reprodução ampliada do capital. Diante da realidade encontrada, fica explícito que o modelo de irrigação adotado no Baixo São Francisco, no Platô de Neópolis, reflete as políticas estratégicas calcadas em interesses que se caracterizam por serem excludentes, ou seja, deixam de fora a maioria dos trabalhadores e com a pobreza inabalável, sem alterar sua marca histórica da permanência da exploração.

Palavras-Chave: Projeto Platô de Neópolis; modernização da agricultura Agronegócio; políticas públicas; modernização da agricultura, Estado.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the alterations to the space appropriation process in the Lower São Francisco / SE in the “Platô de Neópolis” under the model of capitalist modernization and the state's role during, and after, their implementation of the Project of irrigated fruit “Platô de Neópolis”. For the development of our analysis we use the method of dialectical interpretation of historical materialism, which identified the contradictions of the capitalist modernization model and the State's role during and after the implementation of the Project. Our studies revealed that in recent decades there has been a clear appropriation of the territory by the capital of family production units through alliance with the state, which direct it public policies in the field in favor of big business. In this context, we can highlight the Fruit Farming Project Irrigated “Platô de Neópolis”, living example of a development policy geared to the interests of capital in which the traditional crops of the region were gradually dying out to house the selection of targeted crops to market, with high technology and specialized services. Currently the Plateau directs its irrigated area to agribusiness service, the return of planting sugar cane, now produced in areas intended for irrigation of fruits. Our research concluded that the irrigated agricultural model did not aim, as the government speech, resolve, stop or even lessen the social problems in the field to combat poverty, but rather, to ensure the expanded reproduction of capital. Faced with the reality found is clear that the irrigation model adopted in the Lower São Francisco, in “Platô de Neópolis” reflects the strategic policies modeled on interests that are characterized by being exclusive, in other words, they leave out the majority of workers and where poverty continues unwavering without changing its historical mark of the exploitation stay.

Keywords: “Platô de Neópolis” Project; Agribusiness modernization of agriculture; public policies; modernization of State agriculture.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Brasil: Área plantada com cultivos temporários	45
FIGURA 2 – Sergipe: área plantada com cultivos temporários	48
FIGURA 3 – Sergipe: produção de cana-de-açúcar - 2013	49
FIGURA 4 – Localização do Platô de Neópolis – 2015	63
FIGURA 5 – Etapas do Projeto Platô de Neópolis-SE	67
FIGURA 6 – Jornal da Cidade	69
FIGURA 7 – Jornal Cinfrom	67
FIGURA 8 – Estação de bombeamento principal	71
FIGURA 9 – Estação de bombeamento principal	71
FIGURA 10 – Bombeamento secundário vertical	73
FIGURA 11 – Rede de canais	73
FIGURA 12 – Jornal da manhã	75
FIGURA 13 – Sede da ASCONDIR	77
FIGURA 14 – Platô de Neópolis: área plantada cultivos permanentes / temporária - 1997/2006	82
FIGURA 15 – Situação da área plantada do projeto Platô -1997-2006	83
FIGURA 16 – Jornal Cinfrom	84
FIGURA 17– Localização das famílias que foram assentadas após desapropriação da área para o projeto Platô de Neópolis – 2015	85
FIGURA 18 – Jornal Cinfrom	87
FIGURA 19 – Produção de cana no Platô	93
FIGURA 20 – Produção de cana na rede de canais de irrigação no Platô	93
FIGURA 21 – Platô de Neópolis: área plantada cultivos permanentes/temporária	95
FIGURA 22 – Situação da área plantada do projeto Platô -2007-2014	96
FIGURA 23 – Distribuição percentual de força de trabalho por faixa de idade	98
FIGURA 24 – Distribuição percentual quanto a escolaridade dos trabalhadores na lida do corte da cana	100
FIGURA 25 – Atividade exercida no canavial	100
FIGURA 26 – Horário de descanso dos cortadores de cana	102
FIGURA 27 – Distribuição percentual do local de residência dos trabalhadores	103
FIGURA 28 – Uso da mecanização para a realização da colheita da cana-de-açúcar	105

FIGURA 29 – Uso da mecanização para a realização da limpeza do terreno	105
FIGURA 30 – Fertilirrigação: produção da cana-de-açúcar	106
FIGURA 31 – Trabalhadores na colheita da cana	107
FIGURA 32 – Produção da cana e demais cultivos no Platô	113
FIGURA 33 – Produção de cana no Platô	116
FIGURA 34 – Produção de grama no lote 9b do projeto Platô	118
FIGURA 35 – Processo de irrigação da grama com pivô central	119
FIGURA 36 – Empilhamento de tapetes de grama para o fornecedor	119
FIGURA 37 – Produção do coco e abóbora	120
FIGURA 38 – Produção de maracujá e limão	120
FIGURA 39 – Criação de ovelhas	121
FIGURA 40 – Cultivos produzidos para o consumo da empresa	121
FIGURA 41 – Reparo dos materiais de irrigação do lote	122
FIGURA 42 – Equipamentos de irrigação do lote	123
FIGURA 43 – Operacionalização do sistema de irrigação	124
FIGURA 44 – Irrigação com micro aspersão no cultivo do coco	126
FIGURA 45 – Aparecimento de pragas	126
FIGURA 46 – Instrumento utilizado para combater pragas em coqueiro	127
FIGURA 47 – Coqueiros mortos e reposição de outros coqueiros	128
FIGURA 48 – Ocupações de terra Platô de Néopolis – 2015	131
FIGURA 49 – Resistência ao processo de desapropriação: Sítio Pau Ferro	134
FIGURA 50 – Criação do Sítio Pau Ferro	134

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 – Natureza do projeto Platô de Neópolis-se – 1992	66
QUADRO 2 – Cultivos selecionados e expectativa de mercado	79
QUADRO 3 – Diagnostico do uso de agrotóxicos	129

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Disponibilidade de terras para irrigação	62
TABELA 2 – Número de propriedades na área x área	68
TABELA 3 – Projeto Platô de Neópolis: demonstrativo desenvolvimento das áreas plantadas (ha) 1997/2006	81
TABELA 4 – Projeto Platô de Neópolis: demonstrativo do desenvolvimento das áreas plantadas (ha) 2007/2014	95
TABELA 5 – Platô de Neópolis: situação da área – 2014	115

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abag	Associação Brasileira do Agronegócio
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
AL	Estado de Alagoas
APP	Áreas de Proteção Permanente
ASCONDIR	Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis
BANESE	Banco do Estado de Sergipe
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CDJBC	Centro Dom José Brandão de Castro
CEASA	Centro Econômico de Abastecimento Sociedade Anônima
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
COHIDRO	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
CONTÉCNICA	Consultoria Técnica
DEAGRO	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI's	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEIDA	Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola
GEPECT	Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territoriais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

ITPS	Instituto de Tecnologia e Pesquisa do Estado de Sergipe
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NPGEO	Núcleo de Pós- Graduação em Geografia
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPI	Programa Plurianual de Irrigação
PPPs	Parcerias Públicas Privadas
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PROINE	Programa de Irrigação do Nordeste
PROFIR	Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação
PRONI	Programa Nacional de Irrigação
PROVÁRZEAS	Programa Nacional para o Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
S/A	Sociedade Anônima
Samam	Sociedade Anônima Manoel Aguiar Menezes
SAFRI	Secretaria de Estado da Agricultura Abastecimento e Irrigação de Sergipe
SE	Estado de Sergipe
SEAGRI	Secretaria do Estado do Desenvolvimento da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
VAP	Variedade de Alta Produtividade

EPÍGRAFE

“Desde os anos sessenta, a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vem mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou contradesenvolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo. [...] O mundo rural está também aí, como resíduo, como resto da modernização forçada e forçadamente acelerada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformação social e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar”.

(José de Souza Martins)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xii
EPÍGRAFE	xiv
 INTRODUÇÃO	 17
 CAPÍTULO 1: AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NO CAMPO	 26
1.1 ESTRATÉGIAS DO CAPITAL: MODERNIZAR PARA SUBORDINAR	27
1.2 DE AGRIBUSSINESS A AGRONEGÓCIO	34
1.3 A FUNCIONALIDADE DO ESTADO A SERVIÇO DO AGRONEGÓCIO	38
1.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SERGIPE	43
 CAPÍTULO 2: OS CAMINHOS E DESCAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS	 51
2.1 AS INTERVENÇÕES DA CODEVASF NO BAIXO SÃO FRANCISCO	53
2.2 ESTUDO DE VIABILIDADE SÓCIO-TECNICO-ECONÔMICO PARA A CRIAÇÃO DO PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS	58
2.3 AS INTERFACES DO PROJETO HIDROAGRÍCOLA PLATÔ DE NEÓPOLIS	62
2.4. DESCAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS: UMA REALIDADE CONTRADITÓRIA	66
 CAPÍTULO 3: O AGRONEGÓCIO DA CANA ÁREAS NO DOMÍNIO DA TERRA E DA ÁGUA	 90
3.1 ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E TRABALHO NO PLATÔ DE NEÓPOLIS	92

3.2 OS LOTES AGRÍCOLAS DO PERÍMETRO IRRIGADO: RETROCESSOS	112
3.3 PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
APÊNDICES	151
APÊNDICE 1	152
APÊNDICE 2	154

INTRODUÇÃO

O processo de apropriação do espaço no Baixo São Francisco/SE, na área do Platô de Neópolis, sob o modelo de modernização capitalista, objetivava alterar as relações de trabalho e de produção, com a implantação do sistema de irrigação de fruticultura viabilizado pelo Governo do Estado, nos anos de 1990. A sua implementação é um exemplo concreto de uma política de desenvolvimento voltada para o interesse do capital na qual as culturas tradicionais da região, gradativamente, foram se extinguindo para abrigar a seleção de cultivos voltados para o mercado, com alta tecnologia e serviços especializados.

Com a instalação do Projeto de irrigação, havia uma grande quantidade de pequenos proprietários e posseiros que viviam de cultivos voltados para o autoconsumo, da venda de frutos e frutas nas feiras locais e do monocultivo da cana-de-açúcar. A partir daí, toda a área foi desapropriada para a instalação do sistema de condomínios irrigados por frutos tropicais diversificados, visando à exportação. No planejamento da área do Projeto, os cultivos selecionados foram: manga, acerola, abacaxi, mamão, maracujá, banana, uva, figo, tâmara, kiwi, coco anão, caju e citros.

Na nossa primeira pesquisa de campo, realizada em setembro de 2012, observamos, na paisagem, que o plantio da cana de açúcar era dominante nas áreas destinadas à irrigação dessas fruticulturas. O domínio do monocultivo da cana de açúcar, sob o modelo do agronegócio, convivia com a diversificação de cultivos de frutos. Face ao nosso estranhamento, imediatamente buscamos entender como se deu a apropriação do território pelo capital via agronegócio, mediante a aliança do Estado através de políticas públicas a favor dos grandes empresários.

O desafio foi entender como se deu a apropriação do espaço *via* capital e o Estado, a partir do modelo de modernização capitalista no campo – por meio do agronegócio – e subordinação da unidade de produção familiar camponesa ao capital. O exercício de análise foi compreender como o capital se expande no campo, subordinando o trabalho, a terra e a água, na sua lógica de lucro.

Nas últimas décadas, houve uma clara expansão do capital na corrida incessante por mais lucro, como garantia de sua reprodução, o que nos remete ao processo de territorialização do capital dado mundialmente. Com a crise estrutural, a partir dos anos de 1990, a busca incessante por maior lucratividade acelerou o avanço expressivo da

territorialização do agronegócio nas escalas mundial, nacional e local, gerando mudanças contraditórias, com a ampliação de áreas para a produção de monoculturas, priorizando o crescimento da agroindústria, em detrimento da produção de cultivos alimentares necessários à vida humana. O espaço agrário torna-se alvo necessário para a garantia da reprodução do capital, através das políticas de ordenamentos territoriais via modelo de desenvolvimento local, garantindo a ampliação cada vez maior do domínio capitalista.

Na leitura de Gomes (2002), a atuação do governo do Estado de Sergipe foi crucial para as alterações na infraestrutura da produção agrícola, passando de uma agricultura camponesa para uma agricultura irrigada de alta tecnologia, na obtenção de altos lucros, provocando profundas alterações nas relações sociais, e excluindo os sujeitos que não se enquadravam nos moldes do programa, com prioridade para a participação de grandes produtores e empresas. Conforme Araujo (1995):

Este processo deixa claro mais uma das facetas da territorialização do capital no campo: expulsar e transformar o homem do campo em bóias-frias, mão-de-obra disponível para a exploração do capital. No caso específico do Projeto Platô de Neópolis, evidencia-se por existir qualquer iniciativa de comprometimento de seus planejadores e indutores de programas viabilizadores da absorção da força-de-trabalho local, apesar do alardeado número de empregos divulgados pelos técnicos e serviços de propaganda (ARAUJO, 1995, p.91).

Nessa lógica, a ação do Estado não levou em consideração os sujeitos sociais envolvidos. De acordo com Barbosa (1997), não houve comprometimento do Estado com o pagamento integral das indenizações, de modo que este passa a ser alvo de ações cíveis por todos os desapropriados. Segundo Nascimento (2003, p.176), “tanto os proprietários de terra como seus agregados, os trabalhadores volantes, os pequenos produtores e os parceiros sofreram com o processo de mudança na vida cotidiana” e na crença de 15 mil empregos. Na sua concepção, as transformações com a modernização agrícola no Platô serviram apenas como ferramenta para o processo de monopolização da terra por classes minoritárias, que na sua maioria foram obrigados a largar suas terras e seus sonho, por trabalho. Nascimento (2003) esclarece:

Já não há como superar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; a luta pela terra é agora a luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração do homem do campo. Podemos constatar que o Estado, em detrimento do crescimento econômico, age apenas considerando os

interesses capitalistas, não procura ver o lado dos sujeitos envolvidos. A geração de emprego e trabalho é a necessidade principal da população e o Estado é o maior responsável pela situação crítica em que se encontra a população da área. A ocorrência do desemprego e os conflitos de terra são frutos de um processo que vêm ocorrendo há décadas, devido às políticas intervencionistas do Estado, com o objetivo de um maior crescimento econômico, pautadas na modernização da agricultura, caracterizadas através da atuação da CODEVASF e do PROÁLCOOL aliados aos interesses políticos locais (NASCIMENTO, 2003, p.177).

O discurso via Estado estava pautado na certeza de que a irrigação seria a “alavanca para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico”, a melhoria do padrão tecnológico da agricultura beneficiaria uma grande parcela da população, gerando riqueza para o Estado (NASCIMENTO, 2003, p.176). Entretanto, pelo resultado da materialização da obra como um todo é possível afirmar que o Projeto trouxe mais problemas do que soluções, já que a população menos favorecida que trabalhava com suas terras e dela tiravam seu sustento foram desapropriados, e nem sequer foram absorvidos como força de trabalho no Platô, como prometia o Projeto Governamental.

O Projeto de Irrigação Platô de Neópolis, criado no Governo de João Alves Filho, no início dos anos de 1990, tinha por objetivo a transformação de áreas pertencentes ao Platô, em condomínios empresariais irrigados por frutos tropicais diversificados. Este Condomínio foi realizado através da Associação denominada ASCONDIR (Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis).

Tratava-se da implantação da fruticultura, com alta tecnologia, voltada para agroexportação, com a opção por cultivos com potencial (rentável) para o mercado interno. Segundo a proposta do Governo de João Alves Filho, este Projeto era pioneiro no Brasil, trazido como exemplo a experiência no oeste dos Estados Unidos (Califórnia e Arizona). Em consonância com Santos:

O Projeto Platô de Neópolis, com execução iniciada em 1993 e inauguração oficial em 1995, situa-se no estado de Sergipe na margem direita do rio São Francisco, no baixo vale, envolvendo os municípios de Neópolis, Japoatã e Santana do São Francisco. Distan 92 km de Aracaju, 210 km de Maceió e 67 km do porto de Sergipe. Sua área total é de 10.432 hectares, dispondo de área irrigável de 7,230 hectares (SANTOS, 1997, p.44).

Conforme dados obtidos no site BNTM (1998)¹, Platô de Neópolis constitui um projeto de fruticultura irrigada. Para sua implantação foi necessária a construção de 53 Km de canais de irrigação.

a) Uma rede de canais de irrigação, com comprimento total de 53,2 Km, de seção trapezoidal, revestidos em concreto simples;

b) Três Estações de bombeamento localizadas ao largo do canal principal, para rebombeamento de vazões de 0,67, 2,43 e 1,53 m³/s. Os desníveis geométricos a vencer em cada elevatória serão de 9,13 e 5,2 m, respectivamente;

c) Aproximadamente 244 estruturas (extravadores, comportas, medidoras de vazão, tomadas laterais, tomadas parcelares, adutoras de recalque, pontos, quedas, descargas finais e descargas das adutoras de recalque), construídas ao longo dos canais;

d) Obras e equipamentos para irrigação parcelar de 55 unidades de irrigação, tais como: reservatórios de compensação, estações de pressurização e equipamentos para irrigação por aspersão convencional (para abacaxi) a micro aspersão e gotejamento (para as demais fruteiras).

Como já observado, o Projeto concebido visava à utilização dos recursos disponíveis, a diversificação da produção agrícola e agroindustrial para a geração de empregos e de renda das famílias rurais. O Projeto tinha como perspectiva a demanda do mercado de produtos da fruticultura tropical, **com retorno positivo em 10 anos, já com retorno dos investimentos.**

Para atrair investidores, o poder público concedia as terras para empresas vinculadas ao mercado nacional e internacional, para que estas, por sua vez, implementassem a produção e a comercialização dos frutos; e em troca, o Estado, em um período de cinquenta anos, prestava o título de posse das terras. Considerando esta análise, Mota (2001) afirma que:

Couberam ao Estado o planejamento e a instalação da infraestrutura de irrigação fora dos lotes, e aos empresários, os investimentos nas parcelas, a implementação da produção e a comercialização por intermédio de um condomínio denominado Associação dos concessionários do Projeto Platô de Neópolis – Ascondir (MOTA, 2001, p.115).

É importante destacar que antes da implementação do projeto a área do Platô era

¹BNTM. **Platô de Neópolis:** Projeto de Fruticultura Irrigada.1998. Disponível em:<<http://www.aracaju.com/bntm/plato.htm>>. Acesso em: 14 outubro de 2012.

ocupada em grande parte por cana-de-açúcar, pecuária e culturas alimentares. Esta por sua vez, foi desapropriada para dar lugar a cultivos de frutos tropicais diversificados, porém, atualmente o que se observa é o domínio do monoculturada cana-de-açúcar que se utiliza do sistema de irrigação instalado pelo poder público para o Projeto Platô. Ou seja, os recursos públicos investidos antes de atenderem aos objetivos propostos estão sendo direcionados para a agricultura moderna *agribusiness*, visando o mercado internacional.

O que se observa atualmente **após 23 anos** é a presença de grandes extensões do Platô voltadas para a monocultura da cana-de-açúcar e grama sendo irrigada pela rede de canais implantada com o Projeto Platô.

Para Araujo (1995, p. 83) o desenvolvimento da industrialização e internacionalização da agricultura sergipana vem se amplificando com a criação do Projeto Platô de Neópolis criando um “território singular e especializado”. Neste sentido, provocando uma profunda e radical transformação do espaço em relação ao que se produzia, como se produzia e para onde se produz.

Consideramos que, os recursos públicos investidos antes de atenderem aos objetivos propostos estão sendo direcionados para a agricultura moderna *agribusiness*, do agronegócio visando o mercado internacional, que tem sido substituído pelo agronegócio. Nota-se que o processo de reorganização produtiva na agricultura, teve um caráter, voltado apenas para o aumento da produtividade, favorecendo aos grandes capitais em detrimento da pequena produção.

Para atender a nossa pesquisa partimos do entendimento de Rodrigues (2006) de que a ciência consiste no saber, no conhecimento submetido à verificação. Para garantir cientificidade das coisas deve-se partir para investigação do objeto a partir de métodos, técnicas e regras, levando a realidade, e assim propor um método de análise, formando consequentemente um conhecimento científico. Conforme este autor:

O conhecimento científico é um tipo de conhecimento racional, sistemático, metódico e objetivo, que busca a veracidade dos fatos ou fenômenos, para além das aparências. Diferente do conhecimento filosófico, do conhecimento teológico e do conhecimento vulgar, o conhecimento científico constrói preposições ou hipóteses que podem ser testadas por experimentação. [...] Assim, o conhecimento científico é aquele que é produzido pela investigação científica, por meio de seus métodos e de suas técnicas. Surge da necessidade de encontrar soluções para problemas propostos e desejo de

fornecer explicações que podem ser testadas e criticadas (RODRIGUES, 2006, p.124).

É importante ressaltar que, por meio da investigação científica, é que se busca um rigor metodológico que segue por etapas, normas e técnicas estabelecidas via um método preestabelecido. Em conformidade com Moraes (1999), há uma distinção elementar entre método de interpretação e método de pesquisa, em que o antecedente corresponde à grandeza filosófica do próprio entendimento de mundo do pesquisador, envolvendo, portanto, a extensão política e ideológica do mesmo, enquanto sujeito social. Já o método de pesquisa corresponde à parte instrumental de investigação científica, por isso, pode ser também considerada enquanto procedimentos a serem adotados pelo pesquisador na condução e realização do trabalho científico.

Para Karl Marx (2011, p. 55), “no método teórico o sujeito, a sociedade tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.” Nesse entendimento, assumimos como método de interpretação a nossa proposta de pesquisa, adotando o materialismo histórico dialético, que garante a leitura processual na dinâmica das contradições inscritas na totalidade das relações sociais de produção e do trabalho, nas diferentes escalas (local/nacional/mundial) construídas historicamente, a partir da ação das diferentes classes sociais em seu movimento contraditório.

Conforme a leitura do materialismo histórico dialético, o ponto de partida é a produção dos indivíduos socialmente determinada. Nesta direção foram desenvolvidas leituras reflexivas sobre a subordinação da unidade de produção familiar camponesa e sobre a expansão do agronegócio no âmbito local, nacional. Isso tem favorecido aos grandes capitais em detrimento da pequena produção, voltado para um discurso que visa ao aumento da produtividade e uma ideologia que serve de instrumento de concretização da reprodução do capital.

Com a finalidade de seguir o método da pesquisa o materialismo histórico de dialético, analisamos as alterações ocorridas com o processo de apropriação do espaço no Baixo São Francisco/SE, na área do Platô de Neópolis, a partir de uma abordagem teórica e empírica. Para tanto, fez-se indispensável o entendimento do modelo de modernização capitalista, estabelecendo uma relação do papel do Estado durante e depois da concretização do Projeto de Fruticultura Irrigada Platô de Neópolis, tendo como principais as categorias analíticas, geográficas, espaço e território.

A nossa leitura sobre o espaço parte da análise da totalidade das relações como categoria da existência material, produzido pelas relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) da articulação das relações contraditórias entre capital e trabalho. Como enfatiza Serpa:

É necessário, portanto, buscar sempre a totalidade do espaço enquanto dinâmica e processo, relacionando seus elementos enquanto método, não perdendo de vista o conjunto e o contexto. As relações e interações entre as variáveis estão sempre subordinadas ao todo e aos seus movimentos. [...] O espaço enquanto conceito e especificidade da Geografia é a um só tempo produto e processo histórico, um mosaico de relações, formas, funções e sentidos. É, também, o mais interdisciplinar dos objetos concretos, o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais. Como a sociedade está sempre espacializando-se, ela busca se encaixar nas paisagens, o que supõe lugares e regiões, aonde vão se instalar, a cada momento, suas diferentes frações (SERPA, 2006, p.11).

Nesse entendimento, a leitura geográfica se desenvolve em toda a pesquisa no recorte espacial do Baixo São Francisco no estado de Sergipe, sempre permeando a leitura da totalidade das relações locais/globais da reprodução do espaço desigual e combinado, e considerando o conceito de território no entendimento de quem tem o seu controle e quem se apropria, o que permitirá compreender como esses espaços vêm sendo apropriados, subordinados e se reproduzindo enquanto território do capital.

A reflexão teórica está sustentada, seguindo os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1- Levantamento documental por investigações: primária e secundária.
- 2- Levantamento bibliográfico: pesquisa bibliográfica de livros, jornais, teses, dissertações, monografias e artigos (com preferência ao acervo da biblioteca central da Universidade Federal de Sergipe, na sala de documentação sergipana); pesquisa documental por meio da leitura de Relatórios e Projetos Institucionais virtuais e/ou impressos; levantamento estatístico em bancos de dados.
- 3- Levantamento empírico: a partir da visita à área em estudo para aplicação de questionários aberto e fechado, com os trabalhadores, e para realização de entrevistas semiestruturadas com representantes de entidades (como órgãos públicos, instituições privadas, movimentos sociais) direta ou indiretamente envolvidos, no processo de gestação e/ou execução do mesmo e a confecções de cartogramas e gráficos. As visitas ao campo

foram desenvolvidas através de aplicações de 40 questionários e entrevistas abertas aos trabalhadores do corte da cana, além de 20 questionários realizados junto aos moradores antigos e 10 questionários abertos com representantes da ASCONDIR, COHIDRO, CDJBC, INCRA, EMDAGRO de Neópolis-SE/Aracaju-SE, e na Secretária da agricultura de Japoatã.

Contamos com documentos e/ou visitas aos órgãos públicos e instituições financeiras envolvidas em programas e projetos implementados no campo dos municípios pesquisados, como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco (CODEVASF); a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO); a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC); Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI); a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (SEPLAG); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Prefeituras dos municípios; Movimentos dos trabalhadores Sem Terra (MST); entre outros.

Nessa trajetória, o movimento do todo o apanhado empírico proporcionará um retrato panorâmico da realidade do Platô de Neópolis, assim como a apreensão dos conflitos e resistências via intervenção do Estado com o Projeto.

4- Descrição e análise: os resultados obtidos permitiram uma leitura qualitativa e quantitativa (levantamentos estatísticos e cartográficos), estabelecendo uma correlação entre os resultados para a análise conclusiva do nosso objetivo geral. Após a análise quantitativa e qualitativa, os resultados foram analisados e apresentados na forma final de Dissertação de Mestrado, distribuídos com a estrutura apresentada a seguir.

O primeiro capítulo **As Estratégias do Capital no Campo** reflete sobre o processo de modernização da agricultura no campo brasileiro, no período da ditadura militar, via Revolução Verde. Destacamos a **funcionalidade do Estado a serviço do agronegócio**, observando que essa lógica que é a lógica territorial das empresas. Nesse contexto destacamos o Projeto de Irrigação Platô de Neópolis, que, através do Estado, incorporou nessa região à lógica produtiva do capital, em detrimento das necessidades das pequenas unidades de produção familiar. Para compreender essa realidade foi desenvolvido o segundo capítulo.

No segundo capítulo **Os Caminhos e Descaminhos na Construção do Projeto Platô de Neópolis**, foi realizada uma leitura crítica auxiliada por pesquisa de campo, sobre as alterações ocorridas com o processo de apropriação do território do Baixo São Francisco/SE, na área do Platô de Neópolis, sob o modelo de modernização capitalista, e o papel do Estado, durante e após concretização do Projeto de Fruticultura Irrigada, identificando quem são os beneficiários com a implantação do sistema de irrigação da área do Platô e a situação da organização das atividades produtivas com a implementação do Projeto.

No terceiro intitulado: **O Agronegócio da Cana Áreas no Domínio da Terra e da Água** demonstramos a falácia que representou o discurso da modernização e desenvolvimento com a implantação do Projeto de Fruticultura Irrigada. Analisamos o papel do Estado pelo apoio e incentivo do Governo do Estado, via política de irrigação, como crucial para as alterações na infraestrutura da produção agrícola, no Platô, passando de uma agricultura “tradicional” para uma agricultura irrigada com alta tecnologia voltada para o interesse do capital. O Estado foi peça principal para as mudanças advindas na agricultura, como o Projeto Platô, responsável em gerir a redistribuição dos recursos públicos para o setor privado. Após vinte e três anos de implementação do Projeto, a área irrigada está voltada principalmente para a produção do monocultivo da cana-de-açúcar. Este monocultivo tem gerado mais insatisfações para a população local, principalmente por ter contribuído para o crescimento da concentração de terra, para a exploração da força de trabalho, como também para a ampliação das desigualdades. Na pesquisa de campo verificamos mudanças no mundo do trabalho, dentre elas: a crescente mobilidade do trabalho do estado de Alagoas para a área do Platô, a dispersão rápida da força de trabalho e o crescimento do desemprego. verificamos, também), a existência de ocupações recentes e antigas em áreas de reserva do Projeto Platô, como também a resistência pela permanência na terra.

Nas **nossas Considerações Finais** concluímos que o modelo de agricultura irrigada implementado com o Projeto Platô apenas tinha por finalidade garantir o aumento da produtividade no campo e, conseqüentemente, a circulação no mercado, portanto. Sua finalidade não foi a de amenizar, combater e cessar de fato a pobreza e sim a reprodução de mais lucro.

CAPÍTULO I
AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NO CAMPO

CAPÍTULO 01 - AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NO CAMPO

A década de 1960 marcou o início de um novo modelo econômico brasileiro, consolidado pelo chamado modelo de substituição de importações, para a formação do complexo agroindustrial. O novo modelo apoiava-se na oligarquia rural, que estava preocupada com as tensões no campo, gerada pelos movimentos sociais e pelos setores mais modernos do capital urbano, estes interessados na ampliação dos mercados.

Para Delgado,

É importante ter em conta que a chamada ‘modernização conservadora’ da agricultura nasceu com a derrocada do movimento pela reforma agrária. Tratava-se, ainda, de uma resposta à política agrícola dos anos 50, dominada excessivamente pela prioridade à valorização cafeeira e ao regime cambial então vigente. Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agro-industriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos no nível de 1 a 1,5 bilhão de dólares por ano (DELGADO, 2005, p. 58-59).

É, sobretudo, a partir de 1964 que se estabelece o cenário para a reprodução ampliada do capital, precisamente com a implementação da indústria pesada. Conforme Santos,

A isso se pode acrescentar o papel desempenhado pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) que, inserido numa proposta de superação do atraso no setor de bens de produção, foi uma das principais políticas econômicas adotadas durante a ditadura militar, pois era responsável pelo êxito na substituição de importação de produtos intermediários, garantindo a reprodução interna do capital industrial. Neste sentido, pode-se destacar também que, na medida em que se consolidou a estrutura industrial brasileira, ocorreu o processo de modernização no setor agroindustrial, ampliando, desta maneira, e, em larga medida, a interdependência das relações técnicas entre a agricultura e a indústria nacional (SANTOS, 2010, p.49-50).

1.1 Estratégias do capital: modernizar para subordinar

No Brasil, o processo de modernização da agricultura se concretizou no período da ditadura militar, através da Revolução Verde, modelo baseado na difusão intensiva da utilização de insumos industriais (fertilizantes sintéticos e agrotóxicos), sementes

selecionadas na agricultura e pela mecanização. Este ciclo de inovações teve início com os avanços tecnológicos do pós-guerra; desde essa época, já havia uma intencionalidade que, através do discurso posto por intermédio de pesquisadores dos países industrializados, prometia, mediante um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente a produtividade agrícola e resolver o problema da fome nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

A modernização da agricultura repercutiu com forte descompasso nas relações socioeconômicas em toda a extensão da sociedade rural brasileira, de modo que o modelo de modernização se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, provocando efeitos perversos. A propriedade tornou-se mais concentrada e as disparidades sociais aumentaram drasticamente.

Para Andrades e Ganimi:

Ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a Rockefeller e a Ford, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas. Dentre as sementes, destacam-se o trigo, o milho e o arroz, sementes que são à base da alimentação da população mundial. Além disso, e já findada a Guerra, muitas indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica norte-americana começaram a produzir e a incentivar o uso de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticidas e fertilizantes químicos na produção agrícola, para eliminar fungos, insetos, ervas daninhas. Não se pode esquecer também a construção e adoção de um maquinário pesado, como: tratores, colheitadeiras, para serem utilizados nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita, finalizando, assim, o ciclo de inovações tecnológicas promovido pela Revolução Verde (ANDRADE; GANIMI, 2007, p.45).

A Revolução Verde surge em um contexto que tenta deslocar e despolitizar o sentido social e político das lutas revolucionárias camponesas contra a fome e a miséria que se propagava no mundo, por meio da ideologia do desenvolvimento técnico-científico. Para Gonçalves,

[...] Os resultados dessa verdadeira cruzada foram de grande impacto, não só pelos números que nos são apresentados, mas, sobretudo, pela afirmação da ideia de que só o desenvolvimento técnico e científico será capaz de resolver o problema da fome e da miséria. Pouco a pouco a ideia de que a fome e a miséria são um problema social, político e cultural vai sendo deslocada para o campo técnico-científico, como se esse estivesse à margem das relações sociais e de poder que se constituem, inclusive, por meio das técnicas. Meio século dessa tentativa de resolver, por meios técnicos, os problemas da fome,

já são suficientes para avaliarmos seus resultados (GONÇALVES, 2004. p.08).

Conforme Andrades e Ganimi (2007), a Revolução Verde provocou intensos impactos no espaço geográfico em escala mundial e nacional. Apresentava como objetivos: a monopolização e territorialização do capital, a reprodução cada vez mais ampliada do capital e sujeição da terra e do trabalho a sua lógica. Pretendia-se passar segundo seus pressupostos, de uma agricultura posta como “tradicional”, dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada, que possibilitasse mudanças profundas na produção agrícola.

Segundo Lima (2015) a Revolução Verde atuou na anti-sala para a valorização especulativa do capital. Ou seja, contribuiu, sobretudo, para o capital desfilar seus tentáculos iniciais para a difusão do capital financeiro na agricultura, arruinando diversos camponeses que perderam suas terras na tentativa de diminuir suas dívidas para elevar a produtividade.

[...] Através da mesma, o capital financeiro – por meio do capital portador de juros – ofereceu várias modalidades de crédito para o aumento da produtividade e para a melhoria das técnicas do cultivo e pesquisas de sementes (o processo de hibridização genética). Nessa época, a liquidez do crédito oferecido era majoritariamente advinda do Estado e de instituições multilaterais, e os tomadores do mesmo eram insuflados pela ideologia de que a soberania alimentar somente poderia ser assegurada com a elevação da produtividade/área (LIMA, 2015, p.231).

Com a consolidação dos complexos agroindustriais, os processos de produção, distribuição/circulação da produção agrícola tornam-se cada vez mais aportados ao setor industrial, que passou a regular de forma mais intensa o ritmo da produção no campo. Fato analisado por Neto, quando afirma que:

Com as novas técnicas e equipamentos modernos, o produtor passa a depender cada vez menos da generosidade da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses. No entanto, por esse caminho a agricultura está cada vez mais subordinada à indústria, que dita as regras da produção (NETO, 1985, p.25).

A característica marcante no processo de modernização da agricultura brasileira foi a ligação entre a indústria e a agricultura pela difusão técnica cada vez mais modernizada, repercutindo nas transformações das relações sociais no campo.

A fusão técnica da indústria com a agricultura no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, estava vinculada à União do Sistema Nacional de Crédito Rural. De acordo com Delgado (2005), nesse período, a política agrícola se baseava no risco de produção e de preços; e o incentivo à adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde era expresso como similar à modernidade e oriundo do aprofundamento das relações de crédito na agricultura, com estímulos aos incentivos fiscais e expressivos gastos públicos para políticas de fomento produtivo comercial.

É interessante notar que as transformações que ocorreram na agricultura, nesse período, foram fortemente pressionadas pela expansão do capital industrial, promovendo uma grande reviravolta em toda a extensão da sociedade brasileira, com um número cada vez mais diversificado de maquinarias e insumos agrícolas. Ocorreu, também, uma reformulação na força de trabalho, no interior das propriedades, com a eliminação de parceiros e agregados, pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se “modernizaram” e se transformaram em empresas. A pouca disponibilidade de terra e as dificuldades na apropriação de tecnologia obrigaram os pequenos produtores a buscarem uma atividade complementar no campo, ou então, a abandonarem definitivamente o campo.

É no contexto político histórico do golpe militar que o debate político foi abafado, e aos poucos a ideologia conservadora foi impondo, em suas discussões, a demanda de produtos agrícolas, encobrendo as questões da estrutura fundiária e suas consequências para o país. Vale assegurar que o desenvolvimento de inovações, segundo Castillo (2007), foi intensificado na década de 1970, período onde há grande participação ativa do Estado, tanto em termos de créditos, quanto de infraestrutura. Nesse sentido, o autor aponta que

[...] Esse paradigma é marcado pela forte presença do Estado na articulação entre os agentes envolvidos nos circuitos produtivos modernos, gerando uma maior aproximação e interdependência entre agricultura e indústria, com extensos subsídios a algumas categorias de produtores, incentivos fiscais, promoção da ocupação de novas fronteiras agrícolas e crédito (CASILLO, 2007, p. 35).

Nessa perspectiva, coube ao Estado atuar no sentido de desenvolver uma política de apoio aos produtores rurais, concedendo-lhes créditos, procurando melhorar a estrutura produtiva, além de criar órgãos de pesquisa e assistência rural. A característica central desse auxílio pelo Estado via crédito rural, trouxe reflexos negativos para a estrutura social, uma vez que ele não abrangeu de forma homogênea todas as regiões, e não possibilitou que todos

os produtores tivessem um mesmo acesso, o que repercutiu numa estrutura social profundamente desigual. Delgado (2005) corrobora:

O processo de modernização não só preservou, mas aprofundou a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto no uso variado de tecnologia como das relações de trabalho predominantes. Os próprios indicadores de modernização estão muito concentrados nas regiões Sul e Sudeste e, parcialmente no Centro-Oeste, à época de uma fronteira agrícola. Na Amazônia e Nordeste, por seu turno, são bem baixos os índices de modernização técnica (DELGADO, 2005, p. 60-61).

O Estado induziu um padrão de modernização compulsório, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo. As grandes propriedades, com terras melhores, tiveram acesso a créditos subsidiados, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Já os pequenos produtores, menos capitalizados, foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão de obra familiar para produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos (Martine, 1991).

O discurso do Estado brasileiro em reforçar a agricultura familiar, via modernização da agricultura, trouxe muito mais impacto sobre as populações tradicionais do que soluções. Estas perderam o espaço de produção necessário para a sobrevivência, e não tendo capital para compra de máquinas e fertilizantes para suprir o aumento da produtividade imposta pelo capital, passaram a ser excluídos.

Para atender às demandas de outros setores da sociedade, o Estado brasileiro desenvolveu políticas e programas em prol do desenvolvimento, não necessariamente vinculadas à agricultura, que resultou em mudanças intensas. Basicamente, a construção de grandes obras públicas e, especialmente, a construção de grandes hidrelétricas, provocaram o deslocamento forçado de milhares de famílias para a cidade e, conseqüentemente, a formação dos bolsões de pobreza. Os expulsos da terra, os migrantes, passam a procurar ocupações no setor industrial e de serviços, e os que resistem são subordinados ao monopólio da terra pelo capital. Restou às pequenas propriedades, a possibilidade da subordinação ao capital industrial, à marginalização, o esfacelamento, a venda da propriedade ou a migração para os centros urbanos (KOLMING, 2005).

O desenvolvimento da agricultura no campo via processo de modernização da agricultura tem sido marcado por uma realidade contraditória. Se por um lado temos a sua expansão para setores capitalistas, por outro, o capital tem atuado no sentido de criar e recriar

as condições para a permanência da agricultura camponesa. Entretanto, o novo padrão de desenvolvimento acentuou os conflitos agrários, em virtude da maciça aplicação de capital e tecnologia no campo, repercutindo maior concentração fundiária.

Nos anos de 1980, com o agravamento da instabilidade macroeconômica vivenciada nos Estados Unidos, os países devedores implantam políticas de ajustes econômicos, como: cortes nos gastos públicos, restrições monetárias, altas de juros, arrocho salarial etc. No Brasil este período é caracterizado pela hiperinflação, recessão, crise estrutural do balanço de pagamentos, dívida externa, etc, debilitando a reprodução nacional e mundial do capital.

Esta situação afetou amplamente o crescimento e a expansão industrial, e precisamente nas indústrias de bens intermediários, e de bens de capital, pois dependiam os financiamentos estatais, como também repercutiu em maiores transformações no processo produtivo agrícola e, por conseguinte, nas relações socioespaciais. Para Delgado (2005):

Observa-se que a agricultura brasileira completou entre 1965-1981, um ciclo de modernização técnica e crescimento, sem mudança na estrutura agrária. A partir do início da década dos 1980 a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo. Neste contexto, o papel da agricultura é crucial para a gestão das várias conjunturas macro-econômicas do período. A maneira como o 'establishment' econômico promoverá a gestão da crise da dependência externa a partir da reversão do ciclo econômico em 1982, requer uma participação expressiva do setor agrícola e das cadeias agro-industriais conexas na geração de saldos de comércio exterior. Estes passam a ser essenciais para suprir as necessidades de financiamento do déficit em Conta Corrente do Balanço de Pagamentos (DELGADO, 2005, p. 62).

A partir de 1981, sob pressão do FMI, o Brasil passa a adotar uma política de superávits comerciais, e a retomada dos incentivos às exportações com novos padrões organizacionais. Segundo Alves (2010), para garantir maior produtividade e competitividade no mercado mundial, era preciso aumentar a qualidade, a precisão e a flexibilidade da produção.

[...] a forte crise fiscal do Estado brasileiro impele, pouco a pouco, a uma mudança nas formas de intervenção no setor agrícola. A adoção de políticas neoliberais (privatizações, concessões, diminuição dos subsídios, abertura comercial) junto a um novo paradigma produtivo dominante (com forte participação das tecnologias da informação) conduz a novas formas de relações entre agentes da produção, sobretudo voltada à exportação. O Estado renuncia, principalmente, à sua posição de comando dos circuitos

espaciais produtivos, e essa tarefa é assumida por grandes empresas do agronegócio (CASILLO, 2007, p.35-36).

É neste contexto de crise que, de fato, a reestruturação produtiva se integra determinante/determinado para que o padrão de acumulação possa conceber uma saída à sua crise, de modo a introduzir novas bases produtivas na garantia de maior lucratividade das empresas, ao mesmo tempo, subordinar o trabalho a uma nova forma de dominação (Santos, 2010).

[...] o Estado passa a ocupar outra posição na estruturação das respostas geradas pelo sistema sociometabólico do capital à sua crise estrutural. Sua atuação, por meio das práticas políticas neoliberais, desenvolve-se com o objetivo de assegurar, por um lado, o controle do processo inflacionário e a estabilização da moeda, configurando um importante momento para as empresas e indústrias concretizarem seu processo de reestruturação produtiva e, por outro, a privatização de empresas e serviços públicos, e a desregulamentação das relações de trabalho (SANTOS, 2010, p.121).

Convém destacar que as empresas internacionais e nacionais buscaram desenvolver novas táticas para se adaptarem às determinações do regime de acumulação flexível do capital. Por este motivo, buscaram novas formas de gestão, inovações tecnológicas e novas maneiras de organização do processo de trabalho, de modo a extrair mais excedentes deste trabalho. Ressalta-se que esta crise veio sustentada no discurso da globalização, que significa uma mudança estrutural.

Como forma de erguer-se em prol do desenvolvimento, foram postas como necessária as Parcerias Público Privadas (PPPs), consagrando-se como ciclo econômico neo-liberal-privatista. Com forte intensificação do domínio do capital sobre o campo, resultando em uma orientação progressiva da produção agropecuária para o mercado, especialmente para o mercado externo, o que provoca a perda do escoamento da produção para o autoconsumo.

Conforme Lima (2015), antes mesmo do discurso do agronegócio, o capital financeiro já exibia diversas modalidades de crédito sob o campo por meio dos Estados Nacionais, bancos públicos, instituições, como FMI e o Banco Mundial, porém este modelo ainda era imaturo para desenvolver uma capacidade de valorização fictícia do capital. Na atualidade, pode-se afirmar, em conformidade com o autor, que o capital financeiro é quem comanda a agricultura capitalista.

No livro ‘A Mundialização do Capital’, François Chesnais traz importante alerta sobre a aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. O processo de

mundialização da economia assumiu as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala mundial, e criando as empresas em dimensões mundiais. No meio acadêmico, a produção intelectual, o capital monopolista mundializado, construiu um discurso ideológico que visava a validá-lo no campo das ciências sociais. O uso intensivo do termo globalização, para o autor, consiste em:

Tanto mais que, no tocante ao ‘progresso técnico’, a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldade em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se adapte (esta é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-order) às novas exigências e obrigações e, sobretudo, que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo. Com efeito, a globalização é a expressão das ‘forças de mercado’ (CHESNAIS, 1996, p.25).

De acordo com Conceição (2013), foi a partir da década de 1990 que houve a ascensão da financeirização da economia, e o Estado passou a representar o papel de promotor e gestor de políticas no campo, promovendo novas feições na expansão capitalista com o modelo do agronegócio.

1.2 De agribusiness a agronegócio

A substituição do agribusiness pelo agronegócio, segundo Marcos (2008), foi uma tentativa de falsear em moderno as velhas práticas da agricultura capitalista. Para Welch e Fernandes (2008), o agronegócio é um complexo de sistemas que compreende a agricultura, indústria, mercado e finanças. Porém, nas últimas décadas,

Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma espacialização crescente em determinados commodities orientados para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Denominados de modelos de agronegócio (TEUBAL, 2008, p. 140).

É importante apontar que o termo até então era conhecido como ‘agribusiness’ pela dimensão de suas atividades, e muitos teóricos apontam a totalidade do seu processo, que vai desde a produção de implementos agrícolas à produção de cultivos, perpassando pelo setor de transporte, armazenamento, industrialização e comercialização. Já o agronegócio,

[...] é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. No decorrer do tempo, o movimento desse complexo e suas políticas formaram um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalhavam com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo (WELCH; FERNANDES 2008, p. 165).

Para Conceição (2007 b); Campos (2011) entre outros, o conceito de agronegócio surge no final do século XX, por representantes estreitamente relacionados ao setor agrário e agroindustrial, como CNA - Confederação Nacional da Agricultura, OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e Abag – Associação Brasileira do Agronegócio e passou a definir o termo nos setores que os representavam. Conceição ratifica que

Em 1993 os grandes proprietários rurais sob a representação parlamentar criam a Associação Brasileira de Agribusiness/ABAG sob o paradigma da eficácia do agribusiness para o desenvolvimento, sob a marca da garantia da segurança alimentar. O modelo do agronegócio altamente concentrador da estrutura da terra garante aos grandes empresários também a concentração do poder político e da imprensa (simbólico) e passa a ser reconhecido, principalmente a partir de 2003 como o melhor modelo para o desenvolvimento nacional (CONCEIÇÃO, 2013, p. 89).

Ortega (2005) enfatiza o papel crucial da Abag como a principal mentora no uso do termo agronegócio, uma vez que esta apresenta participação igualitária entre os representantes dos segmentos agrário e agroindustrial. Esta entidade agrupa tanto indústrias produtoras de insumos e equipamentos para a agricultura, quanto à própria agricultura e o segmento processador e distribuidor.

Considerando as reflexões dos autores citados, fica perceptível que o próprio conceito de agronegócio extrapola seu significado à medida que está atrelado à difusão de um discurso favorável à classe dominante, e como modelo político para o desenvolvimento no campo. Neste caminhar, Bezerra afirma:

De modo geral, o impulso ao setor do agronegócio tem sido efetivado via políticas creditícias por meio das quais o Estado tem repassado portentosas somas de recursos públicos para as classes dominantes do setor agropecuário, criando verdadeiro paradoxo no neoliberalismo praticado no Brasil (BEZERRA, 2009, p. 119).

Este tipo de debate também é difundido nos meios de comunicação, no qual o agronegócio é legitimado nos discursos das instituições públicas e privadas, como motor de desenvolvimento para a economia brasileira, sendo o principal mentor dos grandes saltos do PIB nos últimos tempos. Como afirma Conceição (2007 b),

O Agronegócio, palavra comumente utilizada para expressar uma relação comercial agrícola, surge como nova perspectiva para a solução do país, diante de uma área rural considerada ‘atrasada’ ‘tradicional’. Os meios de comunicações saúdam o Agronegócio como resposta modernizante responsável pelas divisas internacionais, participação significativa do PIB, garantindo o crescimento da economia, da produção de alimentos, o fim da pobreza no campo (CONCEIÇÃO, 2007b, p.01).

Conforme Bezerra (2009), antes de elucidar um discurso é preciso esclarecer alguns mitos, a exemplo, os discursos generalizados nos grandes estabelecimentos que se colocam como promissores da alimentação do povo brasileiro, mas quem de fato produz alimentos são as pequenas unidades de produção familiar. O ideário de segurança alimentar nas grandes propriedades do agronegócio tem sido utilizado como grande bandeira dos empresários agrícolas para colocar o setor como um dos mais promissores da economia.

Nessa concretude, o campo brasileiro vem sofrendo modificações a partir do avanço cada vez mais intensivo do modelo do agronegócio, gerando mudanças contraditórias a partir da multiplicação de áreas para a produção de monoculturas, em que se prioriza o crescimento da monocultura de exportação, em detrimento da produção de cultivos alimentares necessários à vida humana, obtidos nas pequenas unidades de produção familiar.

Nessa perspectiva, é preciso desconstruir o ideário de desenvolvimento cada vez mais elucidado pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. Segundo Conceição (2011), ultimamente as Políticas Públicas de desenvolvimento territorial, oriundas do Governo Federal, estão voltadas para consolidar a aplicação de recursos privados para o agronegócio, mediante a atuação do tripé: “Estado-capital-mercado, no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia, no que se convencionou denominar o Novo Mundo Rural” (2011, p.02).

É importante destacar que a população brasileira convive desde o processo da colonização brasileira, até os dias atuais, com as grandes propriedades, os latifúndios, sendo funcional ao interesse da produção extensiva - a monocultura é elemento estruturante da formação socioeconômica e política do país (Campos, 2011). A lógica perversa de

concentração de terras e o domínio do latifúndio no Brasil constituem a grande barreira para a autonomia da pequena produção familiar. Nas últimas décadas o agronegócio vem se reproduzindo em estrutura fundiária arcaica, acentuando o processo contraditório de desenvolvimento. Em conformidade com Oliveira,

No Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. Os integrantes do mundo do agronegócio continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado externo. Insistem também na recusa em aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para propiciar aos camponeses que querem produzir e viver no campo, acesso a terra (OLIVEIRA, 2013, p.104).

A tenacidade e a intolerável luta pelo acesso a terra no Brasil, durante a modernidade, é sustentada pela elite latifundiária, por alguns intelectuais e pelo amparo de grande parte da mídia que apresenta o campo como urbanizado, sem sentido de rural.

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Nesses dois espaços eles estão insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto apreenderam que só a luta garantirá, no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for. Não param, estão em movimento; são movimentos sociais em luta por seus direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado (OLIVEIRA, 2013, p.106).

Fica evidente que a intensificação das políticas de governo é favorável a uma classe dominante, pertencente a grandes empresários, na qual conduzem discursos e impedem a aprovação de leis a favor do avanço de movimentos da luta pela terra, na luta pela questão agrária e na luta pela permanência da produção autônoma. Neste caminhar, Campos problematiza, afirmando que:

No que tange à política-econômica, o agronegócio defende as propostas neoliberais que resultam na abertura de novos *locus* de acumulação de capital, como as privatizações e as parcerias público-privadas, bem como a redução do papel do Estado na regulação do mercado de trabalho, no controle de recursos naturais e na garantia de direitos sociais universais, como saúde e previdência. Entretanto, reivindica políticas protecionistas, créditos subsidiados e investimentos estatais para viabilizar maior capacidade produtiva e rentabilidade aos setores do agronegócio. As forças hegemônicas do agronegócio no Brasil defendem que a base da economia do

país deve ser a produção e a exportação de *commodities*. E é nessa perspectiva que intervêm nas políticas agrária, agrícola, industrial, ambiental, cambial, tributária e trabalhista no país (CAMPOS, 2011, p.108).

De modo geral, a incorporação deste modelo de desenvolvimento, conforme Campos (2011) prioriza sobretudo o crescimento/produktividade, com maior integração entre os capitais agropecuário-industrial-financeiros, como também pela progressiva mecanização e tecnificação, priorizando a expansão da área plantada com produtos voltados para a exportação. Nessa concretude, a incongruência de suas ações faz necessária a superação dessa prática de cultivo no campo brasileiro, e não sua reafirmação como ideário de desenvolvimento.

Portanto, pode-se notar que o processo de modernização da agricultura, e nela a consolidação do agronegócio, tem favorecido aos grandes capitais em detrimento da pequena produção, voltado para um discurso que visa ao aumento da produtividade, e uma ideologia que serve de instrumento de concretização da reprodução do capital. Nessa trajetória acirram-se as disputas por maior apropriação do espaço, via aliança com o Estado, que garante recursos e condições favoráveis nos meios jurídicos e políticos para subsidiar uma maior acumulação do capital.

1.3 A funcionalidade do Estado a serviço do agronegócio

Em consonância com Santos (2012), o Estado é formado por uma estrutura que tem como objetivo favorecer a dominação de uma classe sobre a outra, por intermédio da relação capital e trabalho. Diante dessa concepção, para o referente autor, o Estado se configura como um aparelho em benefício da classe dominante por meio de vários enfoques: infraestrutura a favor de uma classe, formas de regulação de exploração do trabalho, amparo ao capital, remoção de barreiras, enfim, da propriedade privada.

Apesar da argumentação neoliberal fundamentada na minimização do poder do Estado sobre o mercado, ao longo da história tem sido comprovado que as relações capitalistas precisam do Estado para garantir a propriedade privada.

Conforme leitura de Montão e Durigetto (2011), o Estado para Hegel é o Estado burguês, que se consagra com o desenvolvimento e a consolidação da sociedade capitalista. Segundo os autores,

[...] para Hegel, caberia ao Estado garantir o bem público, ao mesmo tempo em que preserva a sociedade civil e seus fundamentos, dentre os quais, a propriedade privada. O Estado, assim, transforma-se no sujeito real que ordena, funda e materializa a universalização dos interesses privatistas e particulares da sociedade civil (MONTÃO; DURIGUETTO, 2011, p.33).

Neste viés, Hegel lê o Estado como ordem econômica – garantia da propriedade privada. A sociedade civil seria a esfera das relações econômicas e dos interesses particulares, e o Estado à esfera da universalização.

Para Montão e Duriguetto (2011), Marx defende que a sociedade civil é a sociedade burguesa, como a esfera da produção e reprodução da vida material, bem como a sociedade civil e estrutura econômica, seriam a mesma coisa.

[...] é na sociedade civil que fundamenta a natureza estatal, e não o contrário, como supunha Hegel. Ou seja, o Estado é um produto da sociedade civil, expressa suas contradições e as perpetua, e não como pensa Hegel, uma esfera independente, com realidade própria (MONTÃO; DURIGUETTO, 2011, p.35).

Diferente da leitura hegeliana, para F. Engels e K. Marx, o Estado surge das relações de produção, ou seja, é a sociedade que molda o Estado e não o Estado que molda a sociedade.

[...] o Estado para Marx e Engels emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Assim, a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar seus interesses, em normas e leis (MONTÃO; DURIGUETTO, 2011, p.36).

Lênin (1987) e Engels leem o Estado, não como um poder imposto de fora da sociedade, mas como produto da sociedade quando esta atinge um determinado grau de desenvolvimento, e remete uma contradição inconciliável entre as classes. Para solucionar tais antagonismos, é necessário o uso de um poder aparentemente acima, de modo a contê-las e mantê-las no limite da ordem: o Estado.

Lênin, fundamentado nos estudos de Karl Marx, parte da ideia de que [...] “O Estado é produto e manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge

no lugar, na hora e no grau em que as contradições de classe não podem, objetivamente, conciliar-se” (LÊNIN, 1987, p.54-55).

De acordo com a nova política internacional, o Estado passa a ser ator necessário para o capital, e surge via contradições de interesses, objetivando a manutenção de uma ordem:

[...] o Estado surge a partir da contradição entre os interesses de cada indivíduo e os da comunidade, tornando-se, apesar de sua criação por uma classe, uma organização acima destas. Neste sentido, o Estado assume caráter de dominação sobre as classes sociais, mesmo que isso se traduza em falseamento que apenas contribua para a manutenção da ordem estabelecida pela elite que comanda a sociedade. Desse modo, o Estado, em suas entranhas, caracteriza-se por tomar para si traços que o individualizam, mesmo sendo controlado por um grupo específico, os detentores do capital. Assim, a notoriedade da sua autonomia torna corpo em suas ações, como uma instituição criada para mediar os conflitos entre classes. O estado necessita organicamente mostrar-se ‘livre’ das amarras de outras esferas existentes na sociedade e para tal organiza-se para apresentar-se como entidade colocada acima dos grupos sociais (SANTOS, 2012, p.81).

Para Harvey (2005), o Estado sempre esteve presente na sociedade capitalista, sua forma e modos de gerir mudaram à medida que o capitalismo amadurecia. A ampliação materialista do Estado ocorre a partir do momento em que surge a contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade, visto que a estrutura social condicionada pela divisão do trabalho em classe imprime um domínio de uma classe sobre outra. Segundo Mészáros,

[...] o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.121).

O capital, para garantir maior acumulação, precisa do Estado. Para garantir este processo em escala global, o capital extrapola seus próprios limites, a exemplo do seu avanço no campo, com o total apoio do Estado que condiciona políticas públicas postas como necessárias via discurso do desenvolvimento, porém necessária para a garantia da reprodução do capital. Nesse discurso favorece as elites nacionais e internacionais, onde estimula a

acumulação capitalista, de forma cada vez mais contínua, legitimando e reafirmando o interesse da classe dominante. De acordo com Gomes (2014),

Apesar de assumir o discurso da neutralidade, o Estado tem buscado historicamente retirar os obstáculos para a acumulação capitalista, de forma a universalizar o discurso do Desenvolvimento em uma sociedade em que a desigualdade tem ampliado (GOMES, 2014, p.112).

Conceição (2013) afirma que o Estado moderno age em consonância com o ritmo do ajuste adequado e ao mesmo tempo com o total desajuste na contextura metabólica socioeconômica. A autora destaca que a pobreza e a desigualdade são geradas como resolutivo estrutural para a geração da riqueza. A garantia da sua realização ocorre, via subordinação das necessidades humanas, pelo valor de troca para a reprodução ampliada do capital.

Segundo Sousa (2013), para realizar a acumulação, o capital torna-se cada vez mais dinâmico e habilidoso, principalmente nesta nova fase em que se encontra o capitalismo. “Foi criada uma teia institucional com o FMI, o Banco Mundial, ONU e o fortalecimento dos próprios Estados, para garantir o controle extra-nacional, de um modo de produção (sem pátria) que se internacionaliza” (Lima, 2010, p.90).

Nessa trajetória, as relações econômicas passam a ser pautadas pelo mercado, onde o caráter do Estado e sua utilidade variam, enquanto instituição fomentadora do bem-estar social e econômico. Pautado pelo mercado financeiro internacional, o Estado desempenha o papel de agente mediador para o acesso do capital, e nele o capital financeiro é a garantia de maior acumulação. Afirma Conceição que:

O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo (CONCEIÇÃO, 2013, p. 83).

Esse novo formato da produção agrícola foge dos objetivos dos agricultores sob o discurso ideológico de que as mudanças proporcionariam grandes melhorias para todos, principalmente eliminando o problema da fome. Conforme Conceição (2013), as políticas de planejamento foram pensadas para garantir a relação de produção e consumo, ou seja, foram

materializadas via modelo de desenvolvimento, utilizando como argumento o crescimento econômico promotor da riqueza.

Nesse contexto, em decorrência do caráter mediador, o Estado utiliza-se das políticas públicas no espaço agrário, sobretudo para garantir o crescimento da produtividade, incorporando inovações tecnológicas nas atividades agropecuárias, o que resulta no aprofundamento da inserção/subordinação do campo ao capital.

[...] é sob o constante apoio do Estado e de seus importantes mecanismos políticos, que hoje se configuram principalmente pela via das políticas econômicas, pela viabilização de toda uma estruturação espacial, de normatizações e legislações, de contenção militar e policial, mas principalmente pelas armadilhas das políticas públicas tidas como de inclusão social, que se garante a manutenção do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, afiança ao capital e a exploração do trabalho, a permanência da população num perverso círculo vicioso de miséria. Tem-se, assim, o círculo vicioso da conservação do continuísmo no poder, como corolário dos grupos dominantes hegemônicos (RODRIGUES, 2012, p.70).

A nova lógica do capital via políticas públicas é a de consolidar o modelo do agronegócio, justificado como possível saída no campo, mediante a monopolização e territorialização do capital em escala local, nacional e mundial. O modelo do agronegócio, fundamentado no discurso da superação da crise, coloca as políticas agrícolas locais e nacionais sob comando das instituições financeiras que determinam a ampliação cada vez mais expressiva das monoculturas. Como explicita Fabrini (2008), o papel do Estado é necessário para o agronegócio quando aponta que:

A carência e cobrança de intervenções políticas/estatais indicam que o agronegócio não possui sustentabilidade econômica como quer fazer crer não somente os agronegociantes, mas também as mídias e teóricos comprometidos com a causa deste segmento dominante da sociedade. Paradoxalmente, para garantir sustentabilidade e eficiência econômica, o agronegócio demanda do Estado uma série intervenções e garantias. Nesta quadra, o agronegócio e os grandes proprietários de terra têm apresentado elevada eficiência política (FABRINI, 2008, p.39).

O fetiche do agronegócio para Conceição (2013) é posto como forma de suprir a deficiência de alimentos. Porém, a condição de vida dos que estão fora deste circuito permanece a mesma, enquanto o mito do agronegócio é cada vez mais fortalecido e colocado como saída para o crescimento do país. A mesma autora observa que esse processo é contraditório, na medida em que permanece uma política que tende a beneficiar o monopólio

da agricultura, na indústria e comércio. De modo que o mercado operacionaliza o Estado, e este cria uma política favorável às transnacionais, enquanto:

Predomina a opção do Estado brasileiro pelo agronegócio, e o 'discurso' do desenvolvimento que permite mascarar a concentração das propriedades agricultáveis, nas mãos de poucos donos, onde a grande propriedade, agora reconhecida enquanto 'empresa rural' ao mesmo tempo em que preserva o direito 'inviolável' à propriedade privada, dá aos grandes proprietários todos os privilégios e incentivos por parte do Estado (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p.118).

O capital, na busca por mais lucro, permitiu via intermédio do agronegócio, uma nova disposição no campo, interligada à indústria e tecnologia, de modo que esse modelo propicia maior acumulação do capital. O efeito negativo desse processo excludente, em sua forma, é a exclusão dos pequenos produtores, o avanço expressivo da pobreza e a opção pela exportação diante da alta produtividade. Conforme Lima,

[...] o Estado no curso da história é o responsável pelo discurso e pelas aplicações de políticas públicas, assegurando modelos de desenvolvimento que emergem diferenciados, nas diferentes escalas geográficas, para garantir a expansão da produção e, consequentemente, viabilizar o sistema global do capital (LIMA, 2010, p.94).

Essa lógica perversa do capital aliado ao Estado tem contribuído para a reordenação do espaço agrário. De acordo com Santos e Silveira (2010), cada momento da história tende a produzir uma ordem espacial, em que, para compreendê-la, é preciso associar a ordem econômica e social no contexto que as produziu. Neste viés, a lógica territorial do espaço agrário é conduzida pela lógica territorial das empresas, criando pontos de interesses, cujo conjunto das operações possibilita uma relação vantajosa na escala que se opera.

1.4 A territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar em Sergipe

A busca por maior lucratividade em escala mundial tem acelerado o avanço expressivo da territorialização do agronegócio em escala nacional e/ou local. Em conformidade com Elias (2006), a apropriação dos espaços não se limita apenas aos lugares ou regiões, onde a intensificação da modernização foi mais expressiva. A expansão desenfreada do agronegócio implicou no crescimento de cidades, com funções específicas, para atender a sua demanda.

Nesse sentido, à medida que o agronegócio se espalha no território nacional, implica a criação de mais lugares que comandam e que executam novas funções. Nessa corrida incessante por maior apropriação dos espaços, conforme Sauer e Leite (2012), houve um aumento considerável de investimentos estrangeiros no setor agropecuário, na compra de terras, principalmente para a produção de soja, cana-de-açúcar e milho.

De acordo com Santos e Souza (2013), a ascensão da produção de cana-de-açúcar veio por meio da conjuntura favorável para a produção de agrocombustíveis, proveniente da mudança na matriz energética mundial. Teve como fator determinante a crise mundial do petróleo, durante a década de 1970. Nesse contexto, o intuito era fomentar a produção do álcool combustível (etanol), para substituir a gasolina, visando, assim, à substituição em larga escala dos derivados de petróleo que tinham alcançado altos preços no mercado mundial.

Diante desse contexto, o Governo brasileiro intensifica o incentivo para a produção da cana-de-açúcar com a implantação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), em 1975. Estes incentivos tinham por intuito aumentar a produção de álcool, através do aumento da oferta de matérias-primas, modernização do setor e a instalação de novas unidades produtoras e armazenadoras de álcool.

Até início de 1990, os resultados foram positivos, visto que os consumidores priorizavam os automóveis movidos a álcool. Entretanto, independentemente de suprir parcialmente o petróleo, o Programa Nacional do Álcool resultou em uma série de obstáculos: aumento dos latifúndios monocultores de cana-de-açúcar; elevação dos preços de alguns gêneros alimentícios (pois ocorreu a redução do cultivo de alimentos em substituição à cana-de-açúcar); elevação da dívida pública em consequência dos benefícios concedidos, entre outros. Informações buscadas no *site* Brasil Escola ratificam:

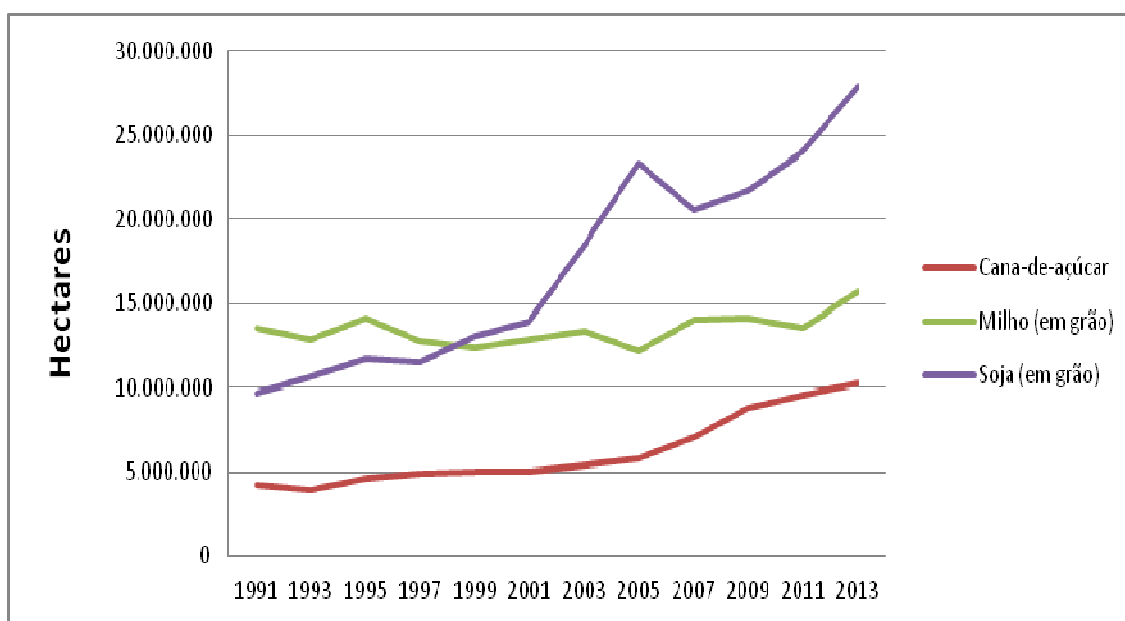
Para agravar ainda mais, durante a década de 1990, houve a redução do preço do barril de petróleo. Esse fato fez com que a diferença entre a gasolina e o álcool diminuísse. Os usineiros passaram a destinar a produção de açúcar para o mercado internacional, pois o mercado interno tornou-se menos lucrativo. Todos esses aspectos contribuíram para que os consumidores e fabricantes de veículos voltassem a priorizar automóveis movidos à gasolina. Contudo, em 2003, uma nova crise do petróleo impulsionou a fabricação de novos carros a álcool. Dessa vez, entretanto, as indústrias automobilísticas inovaram e desenvolveram motores *flex*, que permitem aos consumidores a opção de uso tanto do álcool quanto da gasolina (FRANCISCO, 2015, s/p).

Neste viés, o Brasil vive uma nova expansão dos canaviais, com o objetivo de oferecer o álcool em grande escala. A tecnologia dos motores bicompostíveis vem dar novo fôlego e promover o consumo interno de álcool.

Destacamos que a dinâmica do Estado de ser investidor e financiador do agronegócio sucroalcooleiro persiste e é o que tem permitido o seu crescimento, cabendo ao Estado o papel de patrono, regularizando os preços. Já a estruturação do mercado está a cargo da iniciativa privada, ou seja, dos donos de usinas, plantações e postos de gasolinas, configurando assim o livre mercado. Incentivos e acordos com as empresas e indústrias automobilísticas também fizeram com que crescesse substancialmente a demanda para carros movidos a álcool (SANTOS; SOUZA, 2013, p.47).

A partir de dados fornecidos pelo IBGE, podemos observar que em vinte e três anos (1991 – 2013), em escala nacional, houve uma expansão da área plantada/hectares com a produção de soja, milho e cana no país, o que remete acreditar que estas estão voltadas para atender ao crescimento mundial de cultivos para agrocombustíveis. Ao analisarmos o gráfico abaixo, fica evidente o crescimento vertiginoso da área plantada da soja, em seguida a do milho e da cana de açúcar, cujas exportações cresceram mediante às políticas neoliberais. Verificar figura 1.

FIGURA 1 – BRASIL: ÁREA PLANTADA COM CULTIVOS TEMPORÁRIOS



Fonte: IBGE. Produção Municipal (1990 – 2013).
Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Para se ter uma dimensão da territorialização do agronegócio da cana, Conceição (2011) aponta a franca expansão verificada no aumento da área de cultivo no Nordeste, com a instalação de novas unidades industriais (usinas e destilarias), no incremento das vendas de máquinas (para plantio e colheita), fertilizantes, agrotóxicos (para controle de pragas e doenças) e na produção de mudas para fornecimento aos agricultores. Devido essa realidade, os negócios no setor agroindustrial da cana estão em franca expansão.

Nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe, houve um avanço do monocultivo da cana-de-açúcar, este cultivo tem ocupado vastas áreas do espaço rural, principalmente na área da zona da mata, em destruição crescente da mata permanente. Conforme a autora,

A paisagem nesses estados é de um contínuo de exploração para a produção do setor sucroalcooleiro. No espaço rural sergipano a intensificação do plantio da cana-de-açúcar, sob a lógica do modelo do agronegócio da produção monocultora de agrocombustível, tem significado a destruição da agricultura campestre e a ocupação gradativa das áreas de cultivo alimentar camponês (CONCEIÇÃO, 2011, p. 2-3).

Nesse contexto, estudos fornecidos por Conceição (2011), a partir de dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, apontam que, no período de 1970 a 1980, a cana-de-açúcar no estado é inserida no Programa do Governo Federal – PROÁLCOOL – gerando estimativos momentos de expansão e recuo da produção. Com o avanço das políticas voltadas para o consumo de agrocombustível ao priorizar a produção de etanol e biodiesel, houve um avanço sucroalcooleiro, com uma contínua expansão da produção canavieira no estado.

Dados do IBGE (1999/2013) esclarecem que, a partir 2003/2004, o estado de Sergipe teve uma ascensão significativa da produção da cana-de-açúcar que acompanhou a procura no mercado nacional via incentivos do Estado, na procura pelo desenvolvimento de programas de beneficiamento e incentivos fiscais às empresas particulares. Conforme Shimada,

O estado de Sergipe acompanha nos últimos anos, a mesma trajetória nacional, através do beneficiamento dado pelo Governo Estadual, por meio do Programa de Desenvolvimento Industrial – PSDI – que concede incentivos fiscais ao empreendimento e apoio na área de infra-estrutura. Nessa forte demanda pelo álcool combustível, os incentivos fiscais concedidos durante 15 anos pelo governo do Estado, em que a produção de

álcool – anidro e hidratado – estará isenta da cobrança de ICMS (SHIMADA, 2010, p.129).

O Ministério Público do Trabalho em Sergipe, em 2008, traz a informação de que o estado de Sergipe instalou novas usinas: Taquari e Campo Lindo, fazendo com que houvesse uma ascensão na produção. Podemos averiguar, a partir dos dados apontados pelo IBGE (ibid), que no ano de 2003 as duas antigas usinas moeram 1,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar; em 2008, com a instalação das novas usinas, passaram a moer 2,4 milhões de toneladas; e em 2013 observamos que atingiu 3.08 milhões de toneladas. Ver anexo 01

Dados da ‘União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA’ informam que o estado responde pela produção de 1 831 714 toneladas de cana-de-açúcar (safra 2008/2009), correspondendo a 0,27% do total nacional, em área de 26 653 Ha, com 72,2% da área plantada localizada nos municípios de Capela (19,9%), Laranjeiras (17,1%), Japaratuba (15,9%), Pacatuba (9,8%), Riachuelo (5,1%) e Japoatã (4,4%), 25,8% nos municípios de Nossa Senhora das Dores (4,2%), Maruim (4,1%), Rosário do Catete (3,3%), Siriri (2,8%), Santo Amaro das Brotas (2,6%), São Cristóvão (2,2%), Neópolis (1,9%), Areia Branca (1,7%), Muribeca (1,6%), São Francisco (1,4%) e 2% nos municípios de Santa Rosa de Lima, Carmópolis, Divina Pastora, Malhada dos Bois, Cumbe, Santa Luzia de Itanhy e Santana do São Francisco (SERGIPE, 2012, p.05).

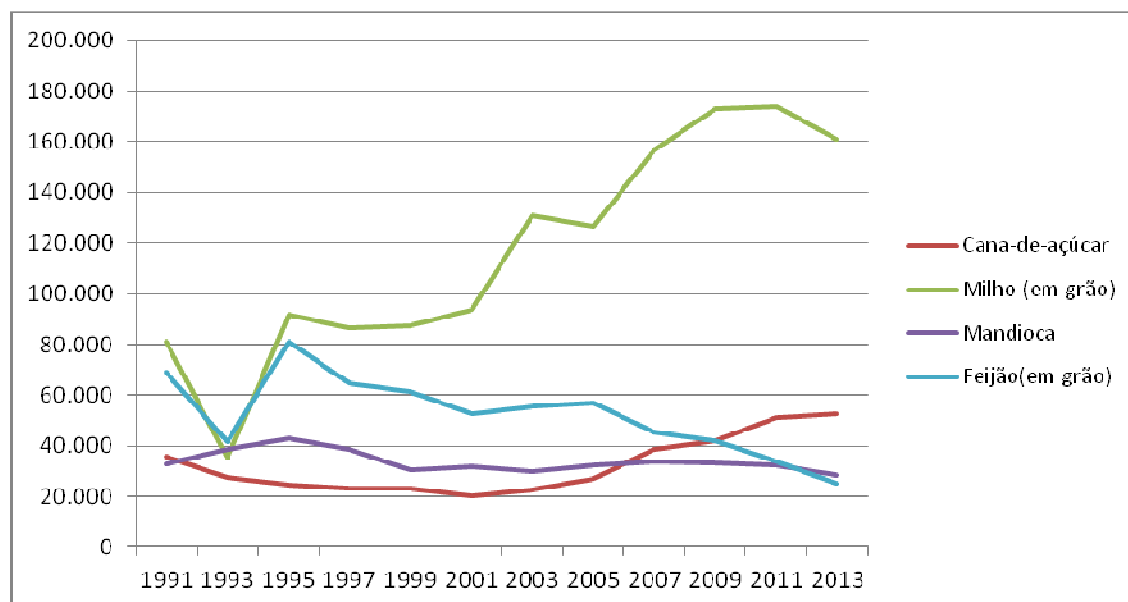
Embora o domínio do território do agronegócio da cana de açúcar ainda se localize, nas antigas áreas da região do Cotinguiba há uma crescente expansão para o território do leste sergipano e para o Baixo São Francisco.

Os municípios de Capela e de Nossa Senhora das Dores aumentaram a área plantada e a produção devido à instalação de novas unidades industriais. Capela recuperou a posição de 1º lugar (17,5%) e Laranjeiras (área tradicional no plantio) em 2º lugar, com 16,6%. Em seguida, o município de Japaratuba (15,2%), Pacatuba (12,4%) e Japoatã (6,6%). Quanto à produtividade, conforme o IBGE, somente o município de Capela teve acréscimo significativo na produção e na produtividade, devido à implantação de uma nova Usina e da introdução de tecnificação (CONCEIÇÃO, 2011, p.11).

Conforme dados fornecidos pelo IBGE – Produção Municipal, o Estado de Sergipe apresenta quatro cultivos temporários. Até o ano de 2003 a cana-de-açúcar apresentava uma área plantada em torno de 22.687 hectares, a partir deste ano houve um crescimento expressivo, de modo que, no ano de 2013, a produção por área foi de 52,852 hectares. Não podemos deixar de apontar a acentuada elevação da produção de milho no estado, o que fica

evidente o predomínio desse cultivo em áreas voltadas, anteriormente, para o plantio de feijão e mandioca. Verificar figura a seguir.

FIGURA 2 – SERGIPE: ÁREA PLANTADA COM CULTIVOS TEMPORÁRIOS



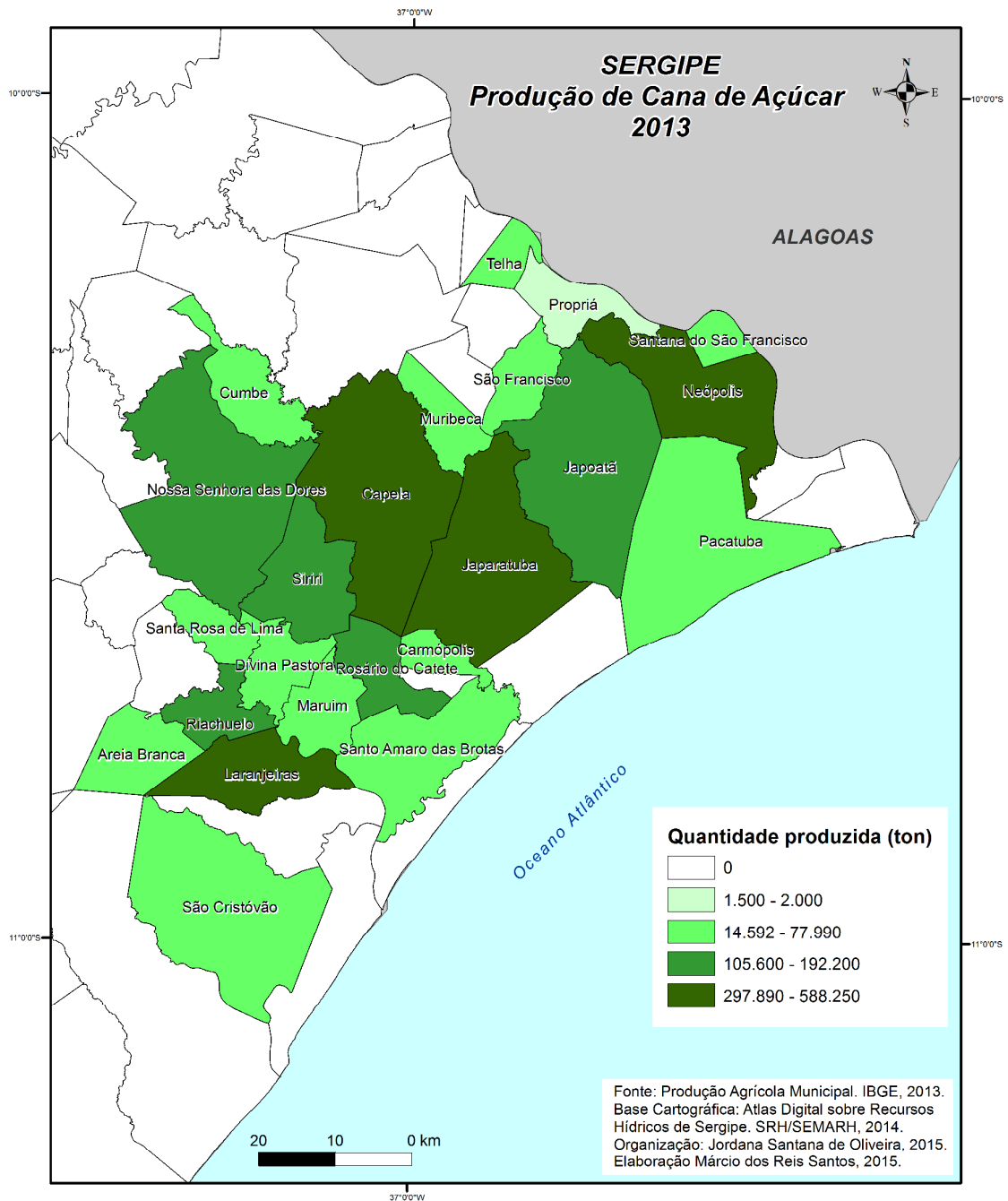
Fonte: IBGE. Produção Municipal (1990 – 2013).

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Os dados sobre a produção agrícola sergipana, divulgados pelo IBGE (ibid), mostram que a cana obteve crescimento entre os produtos agrícolas do Estado. E seu aumento acontece em municípios do estado de Sergipe que não tinham, antes, nenhuma plantação, mas que, com a procura no mercado nacional, este monocultivo passa a se expandir.

Podemos observar que além da Região Cotinguiba, antiga área de domínio da cana-de-açúcar, localizada na Zonta da Mata, há uma contínua ampliação em outras áreas. A Região do Baixo São Francisco é um exemplo claro da consolidação da expansão do agronegócio canavieiro no Estado, principalmente nos municípios que compõem o Projeto de Fruticultura Irrigada, a saber: Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco, mesmo o solo não sendo de alta produtividade para este tipo de cultivo. Ver Figura a seguir.

FIGURA 3



De modo geral, a lógica do capital, na tentativa incessante por lucro, reorganiza o espaço a partir de seus interesses, territorializando-se. Nessa concretude há uma (des) configuração produzida no espaço agrário, onde a territorialidade da cana-de-açúcar se faz presente e crescente, minimizando a condição camponesa em função do capital.

Nesse contexto podemos destacar o Projeto de Irrigação Platô de Neópolis, que, através do Estado, incorporou nessa região à lógica produtiva do capital, em detrimento das

necessidades das pequenas unidades de produção familiar. A política de irrigação deixa de ser uma saída ao consumo familiar, e passa a ser uma prática essencialmente comercial. À medida que o capital cooptava essa prática para atender os grandes mercados, a agricultura entra na configuração dos grandes negócios.

Compreender esta realidade e suas contradições remete à necessidade de refletir analiticamente sobre o processo da formação histórica do Projeto Platô de Neópolis, e responde o porquê de uma região anteriormente voltada para a produção familiar, com domínio de plantios de cultivos alimentares e de comercialização do coco nativo, tornou-se um espaço cada vez mais determinado aos padrões geográficos de investimento de capital fixo, articulando a acumulação, concentração e a centralização espacial do capital, nas suas fases de expansão no campo.

CAPÍTULO 2
OS CAMINHOS E DESCAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DO
PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS

CAPÍTULO 2- OS CAMINHOS E DESCAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS

Como analisamos no capítulo anterior, a modernização do campo no Brasil foi viabilizada com a militarização do Estado através da implementação de políticas e programas de desenvolvimento, com o objetivo da instalação e expansão da agroindústria, via política de garantia de subsídios, assistência técnica e de créditos. Na década de 1970, o Estado Militar implementou um conjunto de políticas públicas de modernização do campo, de acordo com os princípios da Revolução Verde².

Nesse contexto, as políticas públicas para o campo passaram a ser estruturadas via modernização da agricultura, com novo formato de produção para o campo, reorganizando o território e modificando a unidade de produção familiar camponesa. Nesse período o Planejamento assume a prioridade do modelo de desenvolvimento, e o Estado elabora o Plano Nacional de Desenvolvimento (I, II e III PNDs), sendo a agricultura irrigada a atividade de maior impulso, favorecida pela criação, em 1968, do Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA).

O Programa Plurianual de Irrigação (PPI), em 1971, em escala nacional, direciona os Estados locais para o estabelecimento de metas na elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica para a implementação da agricultura irrigada. Até meados do século XX, a Política Nacional de Irrigação do país era setorial, privilegiando as regiões Sul, Sudeste, com 82,9%. O PPI priorizou as áreas de Bacias Hidrográficas da região Nordeste, com a implantação do Programa Nacional para o Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação, com a parceria com o setor privado.

Para a implementação do Programa de Irrigação foram necessárias diversas alterações legislativas, como a Lei de irrigação nº 6.662/1979, para garantir sua funcionalidade, uma vez que sua implantação implicava alterações na estrutura fundiária devido à adequação de infraestrutura técnica para a forma de terras parceladas em lotes.

Em 1981 foi criado o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), e em 1986 foi criado o Programa Nacional de Irrigação com dois órgãos de

²Crescente integração da agricultura à indústria e, por conseguinte, o aumento da submissão da produção agropecuária ao capital, via constituição dos chamados complexos agroindustriais, análise desenvolvida no capítulo 01.

coordenação: o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), responsáveis pela coordenação e promoção de programas de irrigação na região Nordeste.

A irrigação, segundo o referido Programa, deveria priorizar a iniciativa privada, cabendo ao Estado oferecer condições para essa viabilização, através da garantia da construção de infraestrutura: obras hidráulicas, elétricas, estradas, etc, assim como o desenvolvimento de pesquisas e da formação técnica. O estado de Sergipe se inscreve nessa proposta desde a instalação da Codevasf.

2.1 As Intervenções da Codevasf no Baixo São Francisco

Nos anos de 1967 foi criada a SUVALE, com o objetivo de criar Programas de desenvolvimento para aumentar o aproveitamento do Rio São Francisco para a obtenção de maior produtividade do setor agrícola. A “SUVALE (Superintendência do Vale São Francisco) visava eliminar a baixa produtividade do setor agrícola, promovendo a utilização mais racional dos recursos produtivos do Vale do rio São Francisco” (NASCIMENTO, 2003, p.126).

Em 1974, o Governo Federal extinguiu a SUVALE e criou a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba), a fim de expandir o uso dos recursos da água e solo do Vale do São Francisco e utilizar para o aproveitamento agrícola, agropecuário e agroindustrial, por intermédio de entidades públicas e privadas. Com essa finalidade foi possível realizar a capacitação de água para fins de irrigação.

Devido a modificações substanciais no regime do Rio São Francisco, com a construção da barragem de Sobradinho e de obras hidrelétricas adicionais ao complexo Paulo Afonso, o Banco Mundial estrutura uma proposta para ampliar a vazão do rio e fomenta a criação de um extenso projeto nomeado de emergência, para conter os prejuízos sofridos pela população.

É preciso observar que o modelo de irrigação adotado no Baixo São Francisco reflete as políticas estratégicas calcadas em interesses que se caracterizam por serem excludentes, ou seja, deixaram de fora a maioria dos trabalhadores e onde a pobreza continua inabalável sem alterar sua marca histórica da permanência da exploração. Além disso, coloca-se como solução para sanar essas questões socioeconômicas que permeiam as várzeas, a construção de

diques, estações de bombeamento, entre outros. No entanto, de fato não resolve a questão, apenas amplia cada vez mais o processo de exploração no campo. Conforme Oliveira,

[...] as ações governamentais empreendidas notadamente pela CODEVASF na região do Baixo São Francisco, com a implantação de perímetros irrigados, não trouxeram os resultados almejados, limitando-se à irrigação das grandes várzeas com a monocultura do arroz, ficando mais de 70 pequenas e médias várzeas sem nenhum tipo de aproveitamento hidro-agrícola, além de não contemplar ações em outros setores da economia e sem uma preocupação primordial com a revitalização hidro-ambiental da bacia do rio São Francisco. (OLIVEIRA; FRANÇA; CASTANEDA, 2005, p.10893).

Considera Araujo (1995) que a irrigação perdura políticas estruturadas pelo Estado, a fim de substanciar o avanço do capital monopolista. Contudo, o autor enfatiza que este processo é contraditório e desigual, já que se efetiva subordinando à pequena produção familiar. Nesta trajetória, é preciso entender que o espaço agrário tem sido alvo necessário para a garantia da reprodução do capital, que através das políticas de ordenamentos territoriais, via modelo de desenvolvimento local, amplia cada vez mais o seu domínio para o capital.

Segundo Sousa (2013), evidentemente à medida que o capital se territorializa via aliança entre os proprietários fundiários e o capital industrial, conduz a formação de um único agente do capital, visivelmente encontrada em áreas em que a terra torna-se um negócio rentável, a exemplo dos Perímetros Irrigados. Nessa lógica, afirma Silva:

É contraditória a forma com que são concebidos os Projetos de irrigação: surgem com o propósito de atenuar a pobreza regional e promover o desenvolvimento. No entanto, ao transformar o meio rural, não combinam a modernização com melhoria de qualidade de vida. Há expansão da produção, incremento da produtividade, mas continuidade da pobreza familiar, bem como dificuldade de todos os indivíduos envolvidos no Projeto atenderem às suas necessidades básicas (SILVA, 2001, p.61).

De acordo com Sousa (2013), as políticas públicas dos países de terceiro mundo estão alicerçadas numa falsa ideia de diminuir as desigualdades sociais via política agrícola, a partir da produção de cultivos altamente rentáveis para o sistema do capital, tendo o Banco Mundial como a instituição financeira creditícia para extinguir a pobreza. Conforme esta autora:

A política de crédito para a agricultura passou a movimentar bastante a carteira agrícola do Banco, não porque o mesmo se preocupava com os problemas fundiários dos países pobres, mas por ser fiel a seu estatuto – com ênfase ao capital produtivo, o que implica seguir os desígnios da acumulação capitalista. Assim, atender aos anseios de grandes empresas interessadas em aplicar seu capital em outros ramos fora do espaço urbano era uma forma de “desenvolvimento” capitalista (SOUSA, 2013, p.102).

Nesta trajetória, a CODEVASF começou a implementar projetos de irrigação no Baixo São Francisco, concebidos como polos de desenvolvimento, e precisamente com o Projeto Piloto de Propriá, em 1976. Este Projeto abrange os municípios de Cedro de São João, Propriá e Telha, com uma área irrigável de 1.177 ha, ocupada por pequenas unidades de produção familiar e apresentando uma infraestrutura, segundo informações no site da CODEVASF³ (41 km de canais; 95 km de drenos; 42 km de estradas; 11 km diques; 3 estações de bombeamento), objetivando a produção de cultivo temporário, especificamente para a produção do arroz.

Em seguida o Projeto Betume, no ano de 1978, abrangendo os municípios de Neópolis, Ilha das Flores e Pacatuba, com uma área irrigável de 2.860 ha, destinado segundo o Projeto para a produção de arroz, em áreas de unidades de produção familiar. Por conseguinte o Projeto Cotinguiba/Pindoba, no ano de 1982, no qual envolve os municípios de Japoatã, Neópolis e Propriá, com uma área irrigável de 2.232 ha (ocupando 1.918 ha – lotes familiares, 296 ha – lotes empresariais; 18 ha – outros), objetivando a produção de cultivos temporários, como o arroz e cultivos permanentes, como o milho. Vargas enfatiza:

Nos três projetos - Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume - a CODEVASF utilizou-se da mesma estratégia: desapropriação de grandes várzeas anteriormente ocupadas por famílias de meeiros e arrendatários que cultivavam vários produtos, tendo como carro-chefe o arroz. Sob a orientação da CODEVASF, apenas o arroz foi plantado nos perímetros irrigados eliminando, assim, a policultura (VARGAS, 1996, p.108).

Barbosa (1997) considera que o processo de desapropriação nestas áreas, no período entre 1975 e 1980, repercutiu indiscriminadamente tanto para os pequenos quanto para os grandes proprietários das várzeas, cessando o processo de produção de arroz, o que gerou desemprego em massa. Segundo Nascimento:

³ CODEVASF. Perímetro Irrigado - Elenco de Projetos. <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/polos-de-desenvolvimento-1/baixo-sao-francisco>

Com a instalação de novos projetos, houve necessidade da desapropriação de áreas de várzeas, trazendo uma série de mudanças que ocasionaram modificações nas relações sociais e econômicas, além de consequências ambientais, gerando sérios problemas para a região. A população foi obrigada a se deslocar para outros locais, agravando o seu estado de pobreza. A área desapropriada era ocupada por vários estabelecimentos: grandes, médios e pequenos. Pequenos proprietários e sem terra trabalhavam nas terras dos médios e grandes, através de arrendamento ou meação, sem que houvesse a necessidade de qualquer contrato formal (NASCIMENTO, 2003, p.25).

Em consequência de sérios problemas efetuados pela Companhia, após o processo de desapropriação dos problemas efetuados com a construção das barragens, a Companhia desapropriou áreas e concedeu terra às pessoas que não tinham tradição agrícola, e com isso não tiveram sucesso na exploração dos lotes irrigados. É preciso apontar que poucos agricultores conseguiram empréstimos junto ao Banco para quitar suas dívidas, o que levou muitos a tornar-se refém do avanço do desenvolvimento da produção capitalista na agricultura, de modo que estes perderam sua autonomia para o controle do capital.

Conforme Rodrigues (2012), essa perda de autonomia para o controle do capital é reflexo das políticas públicas que estão calcadas para apaziguar interesses conflitantes enquanto estratégia de mediação do Estado. Segundo a autora, para entender o papel das políticas públicas é necessário o entendimento das relações entre o Estado, Capital e as contradições que perpassam dentro do conflito de classes.

Compreende a autora que as políticas públicas estão calcadas para apaziguar interesses estratégicos de mediação do Estado e são movidas por relações de interesses na determinação e preservação das relações capitalistas, no conjunto da sociedade de classes. É com esse fundamento que surge uma série de políticas sociais que assumem o discurso de amenizar as carências sociais, mas que, de fato, tornam-se refém do capital agrário, industrial e financeiro.

Nos anos de 1990, a CODEVASF concedeu o direito de duas empresas de consultoria SCET/SIRAC e CONTÉCNICA⁴ para desenvolver estudos de viabilidade no Baixo São Francisco, nas áreas que constituem os tabuleiros costeiros. Os resultados encontrados são distintos, quanto à possibilidade ou não do uso do sistema de irrigação.

⁴ A Contécnica - Consultoria Técnica é uma empresa de Engenharia Consultiva, especializada no desenvolvimento de projetos, planos e programas multidisciplinares integrados à engenharia. Disponível em < http://contecnicaconsultoria.web777.kinghost.net/?page_id=11 > Acesso 27 de novembro de 2014.

O primeiro consórcio SCET/SIRAC afirmava ser inviável a irrigação nos tabuleiros devido às condições fisiográficas e aos recursos naturais, por outro modo afirmava que era possível a consolidação da pecuária, sobretudo leiteira. O segundo consórcio CONTÉCNICA apontava a possibilidade, via mecanismos técnicos e econômicos, o desenvolvimento do sistema de irrigação agrícola. É importante elucidar que

O planejamento realizado por empresas com ínfimo conhecimento sobre a região, baseado em diagnóstico mal elaborado, mostrou-se na prática sem flexibilidade. O levantamento da situação da região, notadamente quantitativo, desprezou o conhecimento empírico da região. As soluções apresentadas se basearam em estudos de viabilidade técnico-econômica, sem ter havido um estudo social. (OLIVEIRA; FRAÇA; CASTANEDA, 2005, p.109).

A partir dos estudos de consultoria se discutiu a possibilidade da produção agrícola via irrigação, nas áreas dos tabuleiros costeiros, no Baixo São Francisco. Neste âmbito, a CODEVASF concedeu à empresa de consultoria CONTÉCNICA o direito de realizar os estudos Pré-Viabilidade Sócio-Econômica na área que vai se constituir o Projeto Platô de Neópolis.

Em 8 de novembro de 1990, a Diretoria Executiva da CODEVASF assinou com a COHIDRO, via Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, um convênio com o objetivo de efetuar pela CODEVASF de Estudos de Pré-Visibilidade de 12 projetos de irrigação, incluindo a continuidade dos estudos referentes ao Platô de Neópolis (ARAUJO, 1995, p.60 - 61).

No decorrer dos anos de 1990 houve interrupção desses estudos. Esta suspensão foi devido à nova conduta do recém-eleito Presidente Fernando Collor de Melo, que cria o chamado Plano de Estabilização Econômica, no qual este plano tinha como meta a racionalização dos gastos públicos e a redução de despesas por parte das empresas estatais as quais deveriam submeter a realizar corte de 10% de seus orçamentos. O condicionamento desta medida obrigou a CODEVASF a suspender a implantação de vários projetos, dentre eles o Projeto Platô de Neópolis.

Em 1992 são retomados os projetos para o aproveitamento dos recursos da água e solo para fins de irrigação agrícola. Para a instalação do Projeto Platô de Neópolis foram executadas políticas de viabilização técnica conforme exigência do Plano Nacional de Irrigação – PNI. O Projeto Platô Neópolis deixa de ser responsabilidade da CODEVASF, que

repassa para o Governo do estado de Sergipe via COHIDRO, tornando-se a administradora do Projeto.

A COHIDRO firma um contrato (037/92) via consórcio CONCREMAT/GEOHIDRO/CLASS⁵ em 06.04.1992, para a continuidade do desenvolvimento de todo o **Estudo de Viabilidade Sócio-Técnico-Econômico** e que, por conseguinte, possibilitou a criação do **Projeto Básico Platô de Neópolis**, concluída em dezembro de 1992.

2.2 Estudo de viabilidade sócio-técnico-econômico para a criação do Projeto Platô de Neópolis

A construção do Relatório se constituiu em duas partes, a primeira denominada de **Estudos Básicos**, e a segunda, **Estudos de Viabilidade**. O primeiro Relatório apresenta os estudos desenvolvidos com o objetivo de diagnosticar a situação da área do Projeto Platô de Neópolis, e neste sentido, averiguar: o impacto ambiental-diagnóstico, agro-sócio-econômico, mesodológico, hidroclimático e o pedológico. A segunda parte objetiva estruturar alternativas para a elaboração do Projeto Básico, tendo as seguintes informações: planejamento geral e estudo de alternativas; planejamento agrícola e agroindustrial; análise econômica de alternativas e estudo geotécnico.

Segundo as informações do Relatório desenvolvido pelos consórcios CONCREMAT-GEOHIDRO-CLASS (1992a), a área que seria constituída o Projeto Platô de Neópolis encontrava-se, neste período, com baixos rendimentos de cultivos, baixa diversificação dos cultivos (96% da área estava sob o domínio da cana-de-açúcar) e com

⁵ CONCREMAT umas das grandes empresas de engenharia do país estiveram envolvidas em projetos estratégicos para o Brasil, como a construção de Brasília e do Rodoanel, a concepção do projeto Nova Luz, o gerenciamento de interfaces na Usina Hidrelétrica de Jirau (Rondônia), entre outros. A CONCREMAT cresceu, diversificou-se e hoje reúne oito empreendimentos distintos: Concremat Engenharia, Concremat Ambiental, Concremat Integração, Concremat Inspeções & Laboratórios, Concremat Manutenção, Saybolt Concremat, Concrejato Obras Especiais e Concremat Geotecnia.

Disponível em < <http://www.concremat.com.br/Paginas/PT/quem-somos/Organizacao.aspx?l=PT>>. Acesso 27 de novembro de 2014.

A GEOHIDRO é uma empresa de engenharia consultiva que atua principalmente nas áreas de infra-estrutura, meio ambiente, saneamento básico, recursos hídricos e gerenciamento de obras. A empresa também tem tido uma participação marcante em programas financiados pelo BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial), BID (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento) e OECF, atual JBIC (Japan Bank For International Cooperation).

Disponível em < <http://www.geohidro.com.br/compos.php?m=site.pagina&pag=2&idioma=br>> Acesso 27 de novembro de 2014.

CLASS – Consultoria Latino Americanos Associados Lima – Peru.

baixa rentabilidade da atividade agrícola. De acordo com os consórcios, seria necessário reverter este quadro.

O que fica explícito é a falácia de um discurso que tem por finalidade a apropriação da terra e da água apenas como garantia de saltos para ampliação da produtividade agrícola e altos rendimentos, não objetivando uma política de irrigação que procurasse trazer a técnica como suporte para o campo, e sim como garantia de uma alta produtividade para o mercado.

Nesse período a produção de cana-de-açúcar ocupava uma área disponível 5.743 ha (para a produção de álcool hidratado), 240 ha com diversas fruteiras, 123 ha com uso de capim de pisoteio, 45 ha destinado para a produção de cultivos de subsistência (milho, feijão e mandioca), totalizando 6.151 hectares utilizados na agricultura.

É importante enfatizar que os cultivos existentes eram voltados para uma agricultura de autoconsumo, abastecendo, basicamente, o consumo local. Em razão das características do solo (que apresentava em sua composição profundidade efetiva superior a 1,5 m, textura arenosa e com baixa fertilidade), há uma baixa aquisição de rendimentos agrícolas e o diminuição de lucratividade. Situação apropriada pelo discurso governamental da necessidade da irrigação para minar essas questões.

Nesse contexto, cogitou-se a possibilidade de alternativas de planejamento agrícola, endereçado a situação da cana e considerando a possibilidade ou restrição da produção da mesma para ser ou não inserida no Projeto. Havia apenas uma empresa que tinha o controle da maior parte das terras que seriam utilizadas para a criação do Projeto. Conforme o Estudo de Viabilidade – Planejamento Agrícola e Agroindustrial, este complexo encontrava-se na seguinte situação:

O complexo agroindustrial possui terras próprias e terras arrendadas, totalizando aproximadamente 4.680 ha (2.150 ha próprias e 2.530 ha arrendados) que, na safra de 1991, produziram cerca de 250.000 toneladas de cana. [...] Atualmente a usina está produzindo em torno de 60% do “ponto de equilíbrio”. Esta situação leva a empresa passar por serias dificuldades econômicas e financeiras, o que não permite pagar bons preços aos produtores de cana e ainda provocar atrasos no pagamento (CONSÓRCIO, CONCREMAT- GEOHIDRO-CLASS, 1992a, p. 08).⁶

⁶ O ponto de equilíbrio para a produção de cana significa produzir em torno de 3.500ha a 4.500 toneladas.

Segundo informações do Jornal Tribuna do São Francisco (09 de agosto de 1997), esta destilaria teve forte suporte governamental para a produção da cana-de-açúcar que atendia ao Programa do Governo Federal – Proálcool. Apesar disso, a destilaria foi funcional e proveitosa para um pequeno grupo de empresários alagoanos que tinham por intuito ampliar a produção canavieira.

Na leitura de Nascimento (2003), esta trouxe uma dinamicidade para o rural e o urbano, entretanto, absorveu pequena parcela de força de trabalho especializada local, já que o estado de Alagoas tinha tido uma trajetória de produção do cultivo, o que os tornava mais experientes e concedendo o maior número de empregos especializados.

Essa força de trabalho, em sua grande maioria, era formada por trabalhadores temporários que passavam a ser inseridos no bojo das políticas governamentais. Estes viviam situações deploráveis de trabalho, principalmente no período entre safras, quando se empregava cerca de 1200 trabalhadores temporários e 140 permanentes. Segundo Silva (2001), o ápice de produção da cana-de-açúcar estende-se de 1984 a 1988, apresentando moderação no ano de 1989.

Ressalta a referente autora que a produção de cana-de-açúcar no período anterior à implementação do Projeto Platô era transformada na própria localidade da Grande Vale, o que possibilitava uma dinamicidade de oportunidades de empregos em vários setores, no campo, principalmente no corte da cana, na indústria, na parte química, entre outros.

À medida que a atuação do Sindicato passou a ser mais efetiva, na luta por melhores salários, os usineiros passaram a contratar trabalhadores de fora do município, principalmente de Alagoas, como forma de pressão contra o Sindicato dos trabalhardes da cana.

Depois de explorar e lucrar, a Usina Grande Vale entra em crise com o término dos subsídios para as usinas produtoras de álcool e o encerramento do PROÁLCOOL, demitindo os trabalhadores. Desempregados buscaram empregos em outros setores e muitos migraram para outros municípios. E no ano de 1992, a usina já estava falida. De acordo com o Relatório desenvolvido a partir do Seminário realizado pelo Centro de Acessória e Serviços dos Trabalhadores da Terra – Centro Dom José Brandão de Castro, afirma-se que:

A falência da usina Grande Vale foi premeditada, e beneficiou o usineiro e seu grupo: Tenório. Eles ficaram devendo ao BANESE, BNB, BB, Bancos de Alagoas, aos fornecedores e trabalhadores (são inúmeros os processos trabalhistas na justiça, até hoje sem solução). Essa usina era uma destilaria

entre as mais modernas do Estado. Desde 1992, nenhuma outra empresa absorveu mão-de-obra da região, ociosa pelo fechamento da usina, a maioria analfabeta (CDJBC, 1995, p.01).

Devido à situação em que se encontrava a Empresa Grande Vale, foram criadas alternativas distintas, no caso dos proprietários da usina resolvessem participar do Projeto. Porém, devido às condições financeiras em que se encontrava a Usina, foram apresentadas as seguintes alternativas para a implementação do Projeto na região:

alternativa 1 – 7.248 hectares deveriam ser dedicados à fruticultura, com a desapropriação da área (incluindo a área da Usina, que totalizava uma área de 2.150 ha);

ou a alternativa 2 – Excluindo as terras da usina, haveria um total de 5.100 ha dedicados para a fruticultura;

ou então a alternativa 3 – 7.248 hectares, dos quais 5.100 destinados à fruticultura e 2.148 para a produção de cana-de-açúcar, com prévia negociação com a Usina para o financiamento das obras.

A alternativa 1 foi posta em prática por meio desapropriação da usina. Conforme o consórcio CONCREMAT-GEOHIDRO-CLASS (1992b), devido às irregularidades geomorfológicas e por força da lei, foi aprovado que todas as áreas do Platô de cota 100 (constituíam áreas planas dos tabuleiros) e as cotas 75 (áreas mais acidentadas eram inapropriadas para irrigação se tornariam áreas de reserva legal) deviam pertencer ao Projeto, o que se fez necessário a ampliação da área.

Ficou determinado que a área total para o Projeto Platô de Neópolis iria apresentar um total de 10.432 hectares, que constituía: áreas de reserva, áreas de produção agrícola e área de infraestrutura para o sistema de irrigação, com uma área irrigável destinada para a produção de cultivos de 7.248 hectares. Ver tabela 1 a seguir.

TABELA 1 – DISPONIBILIDADE DE TERRAS PARA IRRIGAÇÃO

	ÁREA BRUTA (ha)	ÁREA LÍQUIDA (ha)
I. Área agrícola	8.786	7.248
Irrigável	7.396	7.248
S2 ⁷	4.938	4.839
S3 ⁸	2.458	2.409
Não Irrigável	1.390	-
II. Área não agrícola	971	-
Total	9.757	7.248

Fonte: Projeto Básico de Irrigação e Drenagem do Platô de Neópolis-SE. Dezembro 1992, pág. 01.

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Pode-se afirmar, como veremos adiante, que o Governo do Estado, ao implementar o Projeto Platô de Neópolis, impulsionou novas alterações na infraestrutura da produção agrícola, na qual deixou de produzir uma agricultura familiar voltada para o autoconsumo para produzir uma agricultura mecanizada via sistema de irrigação.

Assim, o discurso via Estado estava pautado de que a irrigação seria a alavanca para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, pois “acreditava-se que a melhoria do padrão tecnológico da agricultura, beneficiaria uma grande parcela da população, gerando riqueza para o Estado” (NASCIMENTO, 2003, p.176). Entretanto, pelos resultados, como veremos adiante, é possível afirmar que o Projeto trouxe mais problemas que soluções, já que a população menos favorecida que trabalhava em suas terras e dela tiravam sua renda, foi desapropriada e a grande maioria não foi sequer absorvida como força de trabalho, desempregando mais de 5.000 trabalhadores, como afirma o Centro Dom Jose Brandão de Castro (1995).

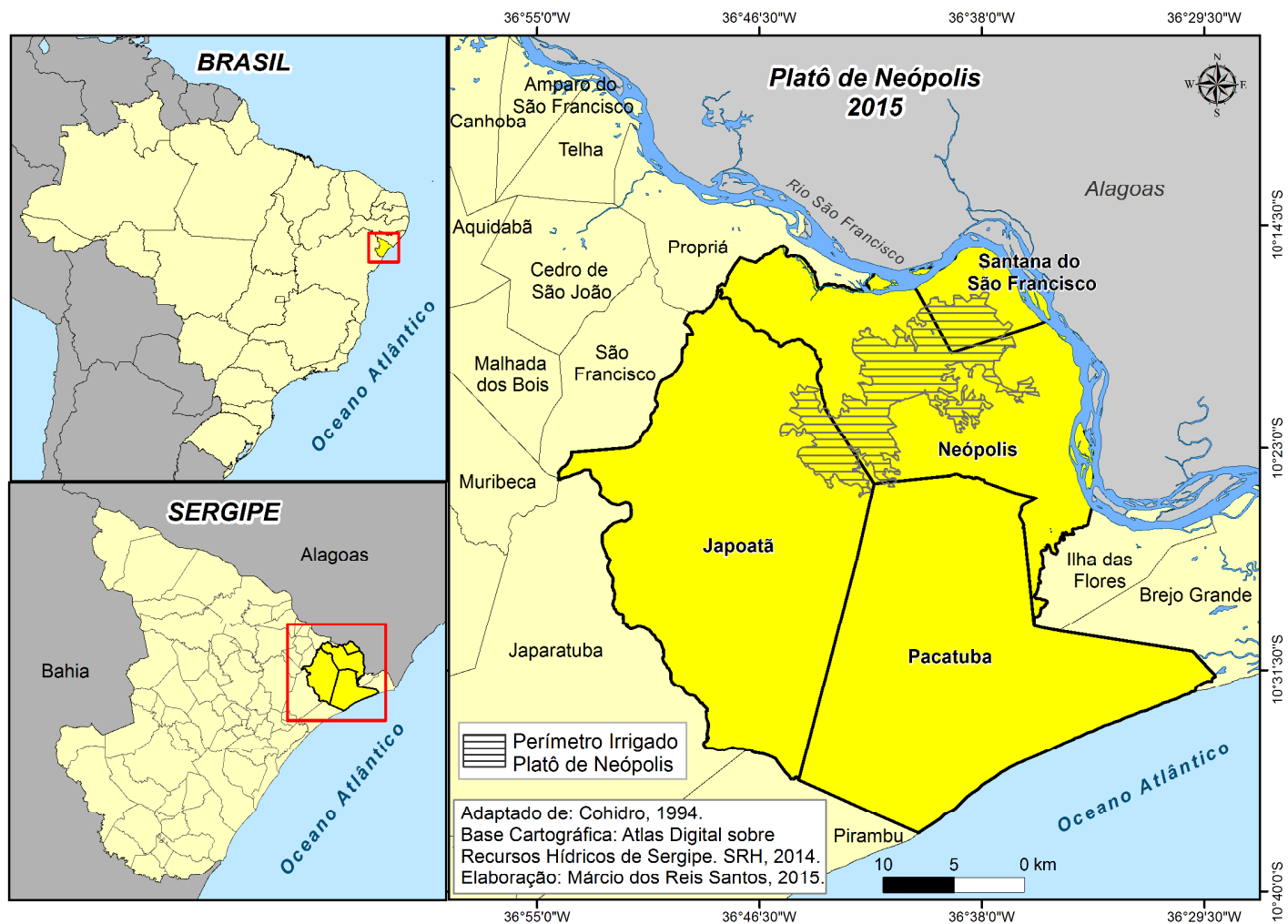
2.3 As interfaces do Projeto Hidroagrícola Platô de Neópolis

O Projeto Platô situa-se a Nordeste do Estado de Sergipe, na margem direita do Rio São Francisco, no baixo vale, a cerca de 40 km da sua foz, envolvendo os municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. Dista 92 km de Aracaju, 210 km de Maceió, 87 km do Porto e com acesso pelas rodovias SE-304 e SE-202, que fazem ligação com a BR-101. Ver figura

⁷ Área do solo classe (S2), aptos para o cultivo de manga, laranja, limão, abacaxi, uva, acerola, maracujá, coco anão e baía.

⁸ Área de solo classe (S3), com restrições devido a baixa retenção de umidade, indicados para a produção de abacaxi, coco anão, coco baía e maracujá dentre outras fruteiras.

FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DO PLATÔ DE NEÓPOLIS – 2015



O Platô de Neópolis tem esta denominação devido a sua constituição geomorfológica, apresenta um relevo plano e ondulado, circundado por encostas, e de modo geral, estes solos apresentam baixa capacidade de retenção de água e nutrientes, constituindo-se os tabuleiros costeiros de Sergipe.

Os Tabuleiros apresentam em seu perfil uma área plana e pouco ondulada, com depressões e topos dispersos de forma irregular em sua extensão. Encontra-se entre 75 e 120m acima do nível do mar e o solo apresenta em sua composição baixa capacidade de retenção de umidade, alta infiltração, baixa fertilidade acidez e textura arenosa (DIAS, 2005, p.33).

O clima desta localidade é semi-úmido, definido por um verão úmido e quente e chuvas concentradas no período de maio a agosto. A temperatura apresenta uma média anual de 25,6°C e a máxima em torno de 30,8°C. A umidade relativa do ar anual é em média 76,8% mantendo-se praticamente constante, nos meses mais úmidos de abril a agosto, que fica em torno de 86%.

Este Projeto foi implementado no Governo de João Alves Filho, em 1992, como parte de políticas estratégicas, de Projetos hidroagrícolas, tendo como objetivo transformar grande parte da área de terras do Baixo São Francisco, como maior produtora de frutas da América Latina a serem exportadas para o mercado interno e externo.

De acordo com o Projeto Básico de Irrigação e Drenagem Platô de Neópolis-SE, este foi consolidado em parceria firmada via Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação do Estado de Sergipe (COHIDRO) e à Secretaria de Estado da Agricultura Abastecimento e Irrigação de Sergipe (SAGRI), em consonância com o Programa de Obras de Irrigação e Drenagem do Estado. A concepção do Projeto era binacional, englobando parceria com o Peru e com acessória de mercados no Chile, ambos os países já possuíam experiência com a fruticultura irrigada de exportação.

Segundo a proposta do Governo João Filho, conforme o Jornal CINFROM (04 de junho de 1993), este Projeto era pioneiro no Brasil, trazido como exemplo da experiência do oeste dos Estados Unidos, nos estados da Califórnia e Arizona. O modelo institucional consolidado foi **misto**, em parceria do poder público e a iniciativa privada, sustentado exclusivamente com o trabalho assalariado.

O Projeto foi criado como políticas sustentadas no discurso desenvolvimentista, em que o Estado anuncia a Parceria Pública Privada (PPPs) como forma de erradicar a pobreza. Para Sousa e Conceição, “[...] O Estado beneficia parcerias público-privadas dotando as grandes corporações de infra-estrutura favorecendo a super acumulação” (2010, p.37).

Fica evidente que, para efetuar a propagação do sistema do capital, é necessária à interferência do Estado, especialmente via novos projetos de parceria pública privada (PPP), tornando mais acirrados os conflitos gerados pela concentração de terra. Para Sousa (2013), ao implantar um modelo norte-americano dos EUA no Vale do São Francisco, sem considerar as diferenças existentes, esta situação repercutiu em mais desigualdades.

[...] alterar, num ‘passo de mágica’, a condição de região subdesenvolvida para desenvolvida como a Califórnia nos EUA, confirmaria o poder supremo dos políticos locais ao tempo que atribuiriam à irrigação a concretude do moderno, do impossível e do ‘milagre’. Desse modo, o modelo de agricultura transportado da Califórnia acabou tendo um sentido oposto ao pretendido por sua apologética; parece ser para todos quando, na verdade, é apenas para alguns (SOUSA, 2013, p.140).

Foi planejada a criação de condomínios empresariais que seriam irrigados, para o “desenvolvimento” de frutos tropicais diversificados. Ou seja, este modelo de caráter totalmente empresarial objetiva operar a política da água via a irrigação com ampla produção para o mercado. Dividido inicialmente em 29 lotes empresariais de exploração, cada lote variando em torno de 21 a 575 ha; podendo os módulos de exploração apresentar cultivos individuais ou cultivos combinados, ou seja, com dois ou mais cultivos consorciados.

O poder público tinha por responsabilidade desenvolver todo o planejamento e a construção de irrigação fora dos lotes, cabendo à iniciativa privada, a construção da irrigação de uso individual dentro dos lotes, a implementação dos processos de produção e comercialização. Tratava-se, naquele momento, da implantação da fruticultura irrigada com alto padrão tecnológico, voltada para a agroexportação, tendo a opção por cultivos com potencial rentável para o mercado interno e externo. Ver quadro 1.

QUADRO 1 – NATUREZA DO PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS-SE – 1992

Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1.Utilização racional dos recursos disponíveis, para incremento real da produtividade agrícola; 2.Diversificação da produção agrícola e agroindustrial, permitindo o desenvolvimento da agroexportação; 3.Incremento dos níveis de produção, produtividade e rentabilidade dos cultivos; 4.Contribuição para o aumento do número de empregos e renda na área rural.
Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> 1.Desenvolvimento de fruticultura para agroindústria e agroexportação. 2.Possibilidade de mudança estrutural fundiária. 3. Promoção de modelos empresariais integrados, com gestão empresarial. 4.Preferência pela instalação de médias e grandes empresas.

Fonte: Projeto Básico de Irrigação e Drenagem do Platô de Neópolis-SE. Dezembro 1992, pág. 03.
Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

De acordo com as informações expostas no quadro, fica visível que o Projeto estava voltado para atender aos interesses empresariais, e estava estreitamente voltado para a garantia da rentabilidade, via produtividade agrícola e agroindustrial. Ou seja, todo o Projeto foi estruturado no intuito de atender as necessidades de um mercado agroexportador, voltado para a fruticultura diversificada e em nenhum momento foi pensado para atender, de fato, à comunidade local, a não ser caso possível como força de trabalho.

2.4 Descaminhos na construção do Projeto Platô de Neópolis: uma realidade contraditória

O Perímetro Irrigado foi constituído na ótica de garantir renda e emprego, porém, ratificando pobreza e acumulação do capital. Segundo Sousa:

Pode-se afirmar que a agricultura irrigada enquanto política agrícola, que apregoava o ‘novo’ no campo, impôs o seu poder hegemônico, ditando as formas como o homem deve se apropriar e se relacionar com a natureza, como também o modo em que esses homens devem agir entre eles. Portanto, a imposição velada reproduziu antigas relações de trabalho baseadas no

domínio do trabalhador, tendo como resultado a perda da autonomia em produzir para suprir suas necessidades (SOUSA, 2013, p.73).

Dessa forma, em seu processo de expropriação, o sistema do capital monopoliza a terra e seus meios de produção. A necessidade do capital transforma os que vivem no campo em força alienada e precarizada. É o que vamos observar com o processo de desapropriação que corresponde uma das etapas para a execução do Projeto Platô de Neópolis. Ver figura.

FIGURA 5 – ETAPAS DO PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS-SE



Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O. 2014.

A primeira etapa se consolida com a aquisição das terras via processo de desapropriação de 95 propriedades pertencentes a 81 proprietários, compreendidas entre pequenas, médias e grandes. Na tabela abaixo observamos um pequeno número de propriedades que detêm cerca de 80% da área, onde 20% restante pertence a, aproximadamente, 79% dos proprietários. Ver tabela a seguir

TABELA 2 – NÚMERO DE PROPRIEDADES

ÁREA MÉDIA P/ IMÓVEL (ha)	PRPRIIDADE		% DA ÁREA
	Nº	%	
1.077	5	5,3	51
312	5	5,3	15
143	10	10,5	14
49	37	38,9	17
20	38	40,0	3
TOTAL	95	100	100

Fonte: COHIDRO, Informações Técnicas do Projeto Platô, 1992.

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Este processo repercutiu em diversos conflitos, tanto relacionados à desapropriação, quanto à ausência de esclarecimento sobre a real situação de trabalho e moradia, utilização de novas técnicas de produção e divergências quanto ao valor indenizatório. Destaca-se que essas questões foram postas como ponto de pauta, porém, nada foi solucionado para reverter à situação.

Segundo informações do Secretário da Agricultura de Japoatã⁹, assim que o Governo viabilizou a implementação do Projeto, houve o processo de desapropriação das terras, e as famílias que lá viviam foram obrigadas a sair. É preciso salientar que além das famílias que tinham a posse das terras, havia posseiros e trabalhadores das fazendas indenizadas que foram prejudicados com o processo de desapropriação. Conforme notícia retirada do Jornal da Cidade (ver figura a seguir), cinco anos após a implantação do Projeto havia muitos lotes ociosos o que repercutiu no processo de ocupação de 430 famílias, via Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

⁹ Conforme pesquisa realizada no dia 06 de agosto de 2014.

FIGURA 6 – JORNAL DA CIDADE



Fonte: Centro Dom José Brandão de Castro – CDJBC – Jornal da Cidade, Aracaju 11 de março de 1998.

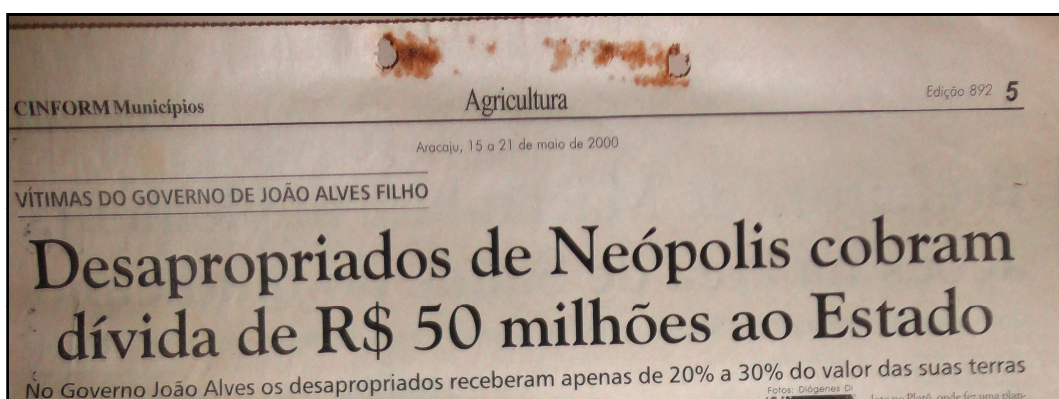
Para Dias (2005), o Projeto Platô é um modelo de desenvolvimento hierarquizado de cima para baixo. É excludente à medida que a população local não consegue se integrar ao projeto. O Estado privilegiou a inserção de grandes produtores e afetou os trabalhadores locais, pequenos proprietários sem título de terra por meio da expulsão da população do campo.

Os desapropriados acreditavam que, com o Projeto, poderiam ser inseridos, entretanto, no cerne do Projeto ficava claro que seu caráter era de cunho estritamente empresarial, além de ser necessário para compor como integrante do Projeto um montante de capital totalmente inviável para os antigos moradores. Segundo Santos:

O Estado foi invisível e usou de critérios radicais quanto à participação da população local e formulação das decisões concernentes às atividades de produção e utilização da mão de obra. A instalação do Projeto se deu em ordem vertical, de cima para baixo, com o Estado não permitindo questionamentos, impondo suas decisões à população da área, não aceitando qualquer argumento contrário ao deslocamento desta população. Para a realização e comercialização do Projeto, o dono da terra foi desapropriado, e os moradores destas terras foram expulsos (SANTOS, 1997, p.64).

Quanto ao valor irrisório das indenizações, até hoje os antigos desapropriados lutam na justiça por direitos, uma vez que o preço na qual o governo se propôs a pagar não foi considerado o valor da terra e as benfeitorias nelas contidas. Como o prazo de permanência dos desapropriados foi bastante curto, não se discutiu uma alternativa de subsistência. Muitos ex-proprietários entraram na justiça para rever o preço pago pela terra e até hoje lutam por seus direitos. Ver figura:

FIGURA 7 – JORNAL CINFROM



Fonte: Centro Dom José Brandão de Castro-CDJBC - CINFORM Municípios: edição 892, Aracaju, 15 a 21 de maio 2000.

O pagamento integral das indenizações via Estado foi de US\$ 3.736,289, porém foi pago apenas 20% a 30% do valor. Portanto, o Estado vem sendo alvo de ações civis por quase todos os desapropriados para pagar o valor que resta do montante das indenizações, com seus valores ajustados, juros e correções monetárias.

Para dar continuidade à primeira etapa do Projeto, foi consolidada as obras de infraestrutura de uso coletivo dos concessionários dos lotes, com a introdução de todo o suporte do sistema hidráulico para fins de irrigação. Essa infraestrutura constituiu-se de uma estação de captação de água instalada à margem direita do Rio São Francisco, com canais e tubulações, obras de eletrificação, etc. A instalação do sistema de uso coletivo teve início no final de 1992 e terminou em dezembro 1995. Ver figuras.

FIGURA 8 – ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO PRINCIPAL



Foto: VASCONCELOS, Jordana.S.O. Pesquisa de Campo, 16 de novembro, 2014.

FIGURA 9 – ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO PRINCIPAL



Foto: VASCONCELOS, Jordana.S.O. Pesquisa de Campo, 16 de novembro, 2014.

De acordo com dados obtidos no site BNTM (1998)¹⁰ Platô de Neópolis, para a implantação da infraestrutura de uso coletivo, foi necessária a construção de 52 Km de canais de irrigação:

a) Estação de Bombeamento Principal, situada às margens do Rio São Francisco, para bombeamento de 3,74 m³/s e altura manométrica total de 122,08 m. O bombeamento será efetuado através de um conjunto de 8 bombas centrífugas de eixo vertical em paralelo;

b) Uma rede de canais de irrigação, com comprimento total de 52 Km, de seção trapezoidal, revestidos em concreto simples;

c) Três Estações de bombeamento localizadas ao largo do canal principal, para rebombeamento de vazões de 0,67, 2,43 e 1,53 m³/s. Os desníveis geométricos a vencer em cada elevatória serão de 9,13 e 5,2 m, respectivamente;

d) Aproximadamente 244 estruturas (extravasores, comportas, medidoras de vazão, tomadas laterais, tomadas parcelares, adutoras de recalque, pontos, quedas, descargas finais e descargas das adutoras de recalque), construídas ao longo dos canais;

e) Obras e equipamentos para irrigação parcelar de 55 unidades de irrigação, tais como: reservatórios de compensação, estações de pressurização e equipamentos para irrigação por aspersão convencional (para abacaxi) a micro aspersão e gotejamento (para as demais fruteiras). Ver Figuras.

¹⁰ BNTM. **Platô de Neópolis:** Projeto de Fruticultura Irrigada. 1998. Disponível em: <<http://www.aracaju.com/bntm/plato.htm>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2014.

FIGURA 10 – BOMBEAMENTO SECUNDÁRIO VERTICAL



Foto: VASCONCELOS, Jordana.S.O. Pesquisa de Campo, 2015.

FIGURA 11 – REDE DE CANAIS



Foto: VASCONCELOS, Jordana.S.O. Pesquisa de Campo, 2015.

Devido à caracterização do solo, já referenciado anteriormente, e pela heterogeneidade dos perfis dos solos em relação à textura, estrutura, distribuição do tamanho dos poros, e geometria dos poros, estes influenciam na dinâmica da água ao longo de seus perfis, o que faz necessário diferenciadas formas de irrigação, a depender do tipo de cultivo:

Considerando as características heterodinâmicas dos solos (arenosos com baixa capacidade de retenção e alta velocidade de infiltração), foi definido como mais vantajoso o método de irrigação por microaspersão para todas as fruteiras, exceto para o abacaxi, para o qual foi recomendado irrigação por aspersão convencional. O método de irrigação por microaspersão é um método que entra na categoria dos sistemas localizados, tendo como variante a irrigação por gotejamento, que também poderá ser utilizado (CONSÓRCIO, CONCREMAT- GEOHIDRO-CLASS, 1992b, p.09).

Para a realização da segunda etapa, o governo do estado passou a definir os beneficiários – pessoas físicas e jurídicas que deveriam habilitar-se como empresários para investir no Projeto Platô. Para atrair investidores, o Estado concedeu as terras para Empresas vinculadas ao mercado nacional e internacional, para que estas, por sua vez, implementassem a produção e a comercialização dos frutos, e em troca o Governo, em um período de cinquenta anos, concederia o título de posse das terras, com igual período de renovação.

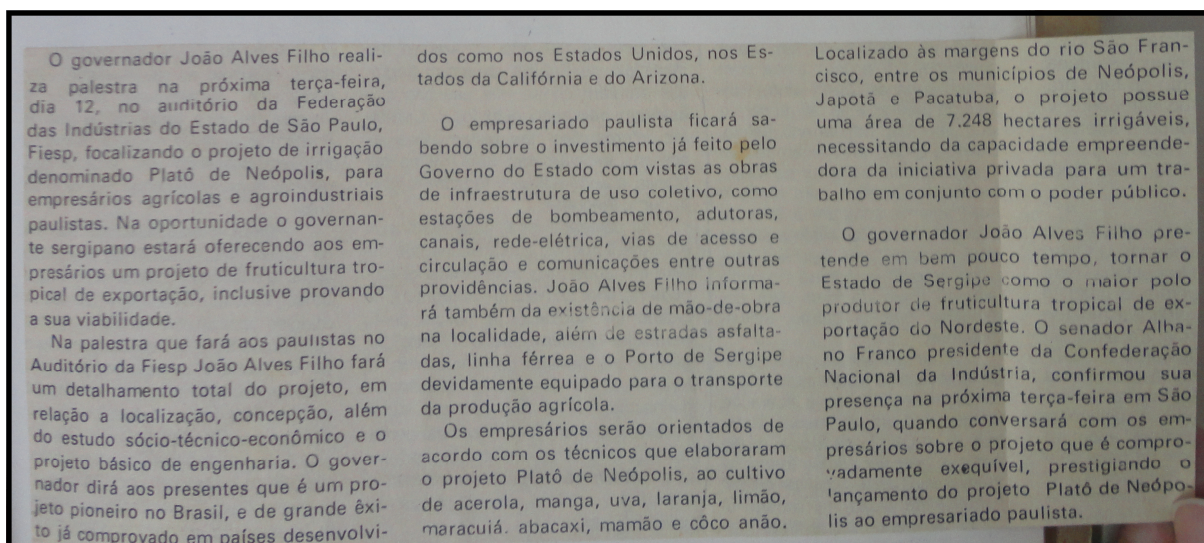
Tratava-se do “regime do COMODATO”, que permite ao poder público a concessão de imóveis públicos para a exploração pelo capital privado. E neste sentido, o Estado para selecionar as empresas que iriam compor como integrantes do Projeto Platô, utilizassem como critérios: “capacidade empresarial, cadastro bancário e disponibilidade de recursos”, o que demonstra o processo de centralização e concentração no campo a partir da territorialização do capital (ARAÚJO, 1995, p.80).

Para induzir investidores para o Projeto, a tática utilizada pelo Estado foi disseminar a ideia, partir de Seminários realizados em Aracaju, São Paulo, Bahia e Pernambuco, no ano 1993. Conforme Nascimento:

[...]Este projeto privilegiou as empresas agrícolas, provocou alterações na estrutura fundiária tradicional, nas relações sociais e nas relações de produção. O Governador acreditava que, com a implantação do Projeto hidroagrícola Platô de Neópolis, a tendência seria de aglomeração de agroindústrias ao seu redor, servindo então como um grande polo de atração para a concretização de um distrito agroindustrial na área, reativando assim a sua economia e beneficiando o Estado de Sergipe como todo (NASCIMENTO, 2003, p.35).

Conforme noticiário Jornal da Manhã (1993), o Governador de época João Alves Filho, com o intuito de conseguir investidores para o Projeto Platô, ministrou palestras em alguns estados do país, a fim de convencer possíveis empresários que em pouco tempo o estado de Sergipe seria o maior polo de fruticultura tropical de exportação do Nordeste. Ver figura a seguir:

FIGURA 12 – JORNAL DA MANHÃ



Fonte: Centro Dom José Brandão de Castro - CDJBC – Jornal da Manhã, 09 de janeiro de 1993, p.05.

Para selecionar os investidores (concessionários), foram analisadas suas propostas: grau de capacitação financeira e conhecimento tecnológico em cultivo irrigado. Como atrativo para possíveis novas empresas investir nos lotes foi propagandeada nos meios de comunicação, nome de empresas renomadas do país que já estavam certas de compor como integrantes de alguns lotes do Projeto.

Entretanto estas empresas desistiram o que resultou na desistência de outras empresas repercutindo assim, na perda da credibilidade para com o Projeto. Outra questão que agravou a situação foi à proposta do governo quanto ao pagamento das taxas de concessão, exploração, impostos e com novas regras de obtenção dos créditos agrícolas, gerando mais descrédito e receio do risco do empreendimento. Segundo Santos:

[...] Os empresários e agricultores sergipanos denunciavam a postura inflexível da COHIDRO em manter privilegiamento de empresas de fora, quando da repartição dos lotes não utilizados pelas empresas convidadas como 'âncora' e abertura de nova concorrência. A revolta desses

empresários e agricultores se tornou ainda maior quando várias empresas vencedoras da concorrência manifestaram desinteresse em realizar investimentos no Projeto, por não aceitarem as novas regras que o governo impôs para empreendimentos agrícolas, que estabelecem a exigência de oferecer bens pessoais (pessoa física) para financiar e liberar crédito para pessoa jurídica. Segundo eles, isso demonstra que o objetivo principal dos empresários vencedores da concorrência não é a produção agrícola (SANTOS, 1997, p.65 - 66).

Assim, diante da renúncia de investidores, a exemplo dos lotes 09 (Maisa), 11 (Cajuba), 16 (Durável) e (Utiara) que ocupavam os maiores lotes, e os atrasos na proposta de garantias reais do agente financiador para com as concessionárias na proporção de 130% do valor financiado, resultaram-se na redefinição dos tamanhos dos lotes. Diante da situação, a participação de concessionários ficou abalada, repercutindo na confiabilidade do projeto. Segundo Dias (2005):

[...] Além disso, para oferecer confiança aos investidores, foi divulgado que empresas conceituadas no mercado como a Sharp S/A, a Maisa S/A, a Utiara S/A e a Cajuba S/A, tinham demonstrado interesse e já tinham assinado o Protocolo de Intenções com Estado. Com a morte do presidente do grupo Sharp, em 1993, o processo de negociações dessa empresa com o Governo de Sergipe foi interrompido e foi motivo para os sucessores desse presidente desistirem da ocupação do lote 16. Além desse problema, os empresários locais que se apresentaram tiveram dificuldades em apresentar garantias reais exigidas pelo financiador e, por isso também, desistiram de participar do projeto (DIAS, 2005, p.38 *apud* GOMES, 2002).

É importante destacar que devido às desistências de algumas concessionárias, a Diretoria da COHIDRO autorizou a subdivisão dos 29 lotes iniciais para 38 lotes, de forma que não prejudicasse a vazão de água e sem haver qualquer tipo de conflito com os concessionários.

O redirecionamento dos lotes favoreceu a agilização dos investimentos parcelados, trazendo vantagens como: redução do tamanho dos lotes; investimentos ficaram reduzidos; o Banco do Nordeste reduziu também a proporção da garantia real de RS 1,30 para RS 1,00, permitindo que empresários de médio porte participassem também do projeto” (DIAS, 2005, p.42).

É importante destacar que a parte de infraestrutura de uso coletivo só foi concluída em 1995. Neste mesmo ano, os concessionários puderam iniciar o financiamento da infraestrutura de irrigação de uso individual e da produção junto ao Banco do Nordeste,

também suceder a cláusula contratual de implantação dos cultivos, no prazo máximo de três anos.

Com a finalização das obras de uso coletivo, coube a COHIDRO, realizar visitas técnicas para fiscalizar o cumprimento dos contratos junto às empresas, verificar o desenvolvimento dos lotes, inspecionar a infraestrutura física do distrito de irrigação, e ainda averiguar o nível de preservação das Áreas de Proteção Permanente (APP) em cada lote.

Com a entrega dos lotes no final de 1995, o gerenciamento passou para a responsabilidade da Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis – ASCONDIR. Esta Associação civil, fundada em 5 de Outubro de 1993, de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, sediada no Município de Neópolis – SE, porém sua atuação junto aos concessionários só ocorreu em 1996 devido aos atrasos da obra. Ver figura 13:

FIGURA 13 – SEDE DA ASCONDIR



Fonte: Pesquisa e Campo, 2015.

Conforme informações obtidas no site da ASCONDIR¹¹, os objetivos dessa Associação permanece os mesmos:

1. Administrar infraestrutura de uso comum;
2. Representar a vontade de seus associados, buscando a integração comunitária, a defesa conjunta do patrimônio e o desenvolvimento do Distrito de

¹¹ Fonte: ASCONDIR. Histórico: Platô de Neópolis. Disponível em: <<http://www.ascondir.com.br/?cod=Historico>> Acesso em 03 de Dezembro de 2014.

Irrigação do Platô de Neópolis, a prática de ações visando à melhoria de vida da região e ações voltadas para o aumento da produção e produtividade da agricultura irrigada;

3. Promoção de seminários, simpósios, cursos de treinamento de pessoal, tanto nos limites de sua área, como na abertura e divulgação de conhecimentos aos estudantes da Universidade Federal de Sergipe e Escolas Técnicas localizadas no Estado, por meios de convênios;

4. Administrar, operar e manter a infraestrutura de irrigação de uso comum, bem como prédios de uso da administração e de apoio às atividades do Distrito;

5. Definir os critérios, a forma, o volume e os horários de distribuição de água entre os irrigantes, observando o plano de irrigação previamente aprovado;

6. Preservar a função social, a racionalidade econômica e a utilidade pública do uso da água e dos solos irrigáveis.

A Associação ainda recebe uma mensalidade dos concessionários para realizar a manutenção necessária para cada lote, custo fixo, pago mensalmente proporcional ao consumo dos produtores. Neste sentido, a água e a terra passam a ser um privilégio de poucos, apoderando-se do discurso do desenvolvimento como forma de minar a pobreza no campo, mas que de fato é a garantia da rentabilidade para o capital.

É preciso observar, conforme CONSÓRCIO, CONCREMAT- GEOHIDRO-CLASS (1992b) que, durante a implementação do Projeto, as culturas tradicionais da área, gradativamente foram sendo extintas para abrigar a seleção de cultivos voltados para o mercado, com alta tecnologia e serviços especializados. Ou seja, foi executado todo um planejamento agrícola que visava à seleção de cultivos destinados ao mercado e à agroindústria. Objetivando, assim, menor custo possível, aumento significativo da produção, maior renda ao produtor, gerando divisas para o estado e empregos na área rural. Ver quadro:

QUADRO 2 – CULTIVOS SELECIONADOS E EXPECTATIVA DE MERCADO

CULTIVO	DESTINO
Manga Uva	Para a exportação como fruta in natura
Acerola Abacaxi Mamão Laranja Maracujá	Para agroindústria de sucos e polpas
Limão Coco-anão	Para o mercado interno

Fonte: Projeto Básico de Irrigação e Drenagem do Platô de Neópolis-SE. Dezembro 1992, pág. 03.

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Fica claro que os cultivos acima selecionados, como manga, uva, acerola, abacaxi, mamão, laranja, maracujá, limão, coco-anão e baía foram projetados para atender à demanda da agroindústria, do mercado externo. É importante salientar que outros cultivos também foram postos como representativos para integrar o Projeto, contudo, por razões específicas de cada cultivo, a exemplo do caju, graviola, banana, goiaba, abacate etc, foram excluídos do Projeto.

Para alcançar viabilidade econômica foi planejada a introdução de cultivos rentáveis que pudessem garantir o maior benefício econômico líquido por hectare, principalmente que estivessem voltados para a agroexportação, com uso de tecnologias adequadas e eficientes, por estes motivos, os cultivos referenciados na figura acima foram selecionados. É importante enfatizar que a terceira etapa do Projeto, que seria a construção de agroindústrias pelo empresariado, ficou apenas no papel implicando na produção de alguns cultivos para atender ao mercado.

Assim, enfatiza Dias (2005), o Projeto ainda permanece em fase de mudanças, visto que nem toda área concretizou o processo de irrigação e nem o Estado cumpriu com todas as suas obrigações contratuais. Segundo informações obtidas pela ASCONDIR, via Projeto Básico do Platô de Neópolis (1992), o custo para implementação demandava um montante de aproximadamente US\$ 98 milhões no total, para ser revertido tanto na estrutura de irrigação, como também no sistema parcelar, na estação elevatória de terraplanagem, parte elétrica, entre outros, para que investidores se interessassem.

Ninguém sabe, nem tão pouco viu. E a parceria entre o Governo e a iniciativa privada? Parece que tal parceria só existiu no papel ou por parte do Governo, que investiu alto arrasando os cofres públicos sem um retorno garantido. As empresas que teriam o papel de arcarem com os custos de implementação dos sistemas finais de irrigação, administração do projeto bem como a produção de frutas tropicais para a exportação sumiram. Concluiu Magrarete (JORNAL TRIBUNA DO SÃO FRANCISCO, 1997, p.9).

Ressaltamos que muitos lotes ficaram por anos ociosos, repercutindo em revolta para a população local, que almejava terra para produzir e oportunidade de trabalho. Entretanto, para os empresários, o valor final de alguns cultivos ficaram elevados demais ao ponto de esses concessionários buscarem novas alternativas de cultivos.

Neste viés, foi necessário, segundo o Diretor técnico de irrigação da COHIDRO, um redirecionamento tanto do planejamento agrícola dos cultivos sugeridos na elaboração do Projeto, como a introdução de outros cultivos que pudessem atender às condições físicas da localidade e, ao mesmo tempo, garantir rentabilidade e produtividade aos empresários.

Conforme Araujo (1995), os cultivos de alguns frutos não foram atrativos financeiramente para os empresários, uma vez que:

- ✓ Como já citado, alguns tipos de solo apresentavam problemas pedológicos (principalmente por apresentar baixa capacidade de retenção de água/nutrientes), levando o aparecimento de pragas e a baixa produtividade de alguns frutos;
- ✓ necessidade de muita mão de obra;
- ✓ atraso na entrega das obras de irrigação de uso coletivo (tornou-se imprevisível a estimativas de prazos do Projeto, finalizado em dezembro de 1995);
- ✓ dificuldade e atraso na liberação de financiamento junto ao Banco para com os concessionários;
- ✓ demora na inserção dos cultivos nos lotes (muitos concessionários passaram anos com lotes ociosos sem nenhum tipo de cultivo, já outros começam apresentar seus primeiros sinais com resultados na produção, a partir de 1997).

Segundo entrevista com Diretor técnico de irrigação da COHIDRO (2015)¹², por ser um Projeto de cunho estritamente empresarial, voltado para obter lucros e produtividade, à medida que não se tem o retorno esperado para atender a procura do mercado, os empresários

¹² Pesquisa de campo realizada 10 de março de 2015, Diretor Técnico da Cohidro.

desistem da produção antiga para buscar novas alternativas que lhes garantam maior lucro possível. Ou seja, segundo este é necessário buscar saídas para que a terra não ficasse ociosa e/ou empresário não ficasse prejudicado e quisesse continuar permanecer investindo no lote.

Conforme tabela 03 a seguir, podemos observar alterações no planejamento agrícola do Projeto Platô de Neópolis, a partir do demonstrativo das áreas plantadas com cultivos temporários fixos, durante o período 1997/2006. Através dos dados abaixo, observa-se que, durante o referente período, houve uma completa exclusão de cultivos que estavam selecionados para compor o Projeto, a exemplo da acerola e uva; ao tempo que ocorreu expressivo incremento das áreas plantadas com coco; redução das áreas de plantio de mamão e maracujá; e a introdução de novos cultivos, com destaque para: tangerina, banana, caju, atemoia, pinha, lima e goiaba. Ver tabela.

TABELA 3 – PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS: DEMONSTRATIVO DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS PLANTADAS (HA) 1997/2006

Cultivos	Anos									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Coco	574	895	1.092	1.192	1.481	1.481	1.827	1.942	2.017	2.017
Laranja	204	417	450	510	585	620	663	689	424	424
Limão	88	164	214	294	552	589	695	700	603	603
Tangerina	140	498	587	627	577	580	544	512	293	293
Manga	136	296	336	456	475	475	475	475	475	475
Banana	75	145	176	226	438	433	440	480	275	298
Maracujá	-	-	100	120	39	120	119	105	25	25
Mamão	-	86	116	122	47	77	82	121	121	35
Caju	-	-	-	26	26	63	63	63	63	63
Atemoia	-	-	23	23	27	27	27	27	27	27
Goiaba	-	22	49	55	55	5	5	-	-	-
Pinha	-	-	-	-	-	3	3	3	3	3
Abacaxi	78	78	137	137	13	-	-	-	-	-
Lima	-	-	-	5	5	5	5	5	5	5
Total	1.295	2.601	3.280	3.793	4.320	4.478	4.948	5.122	4.331	4.268

Fonte: COHIDRO, 1997/2006

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

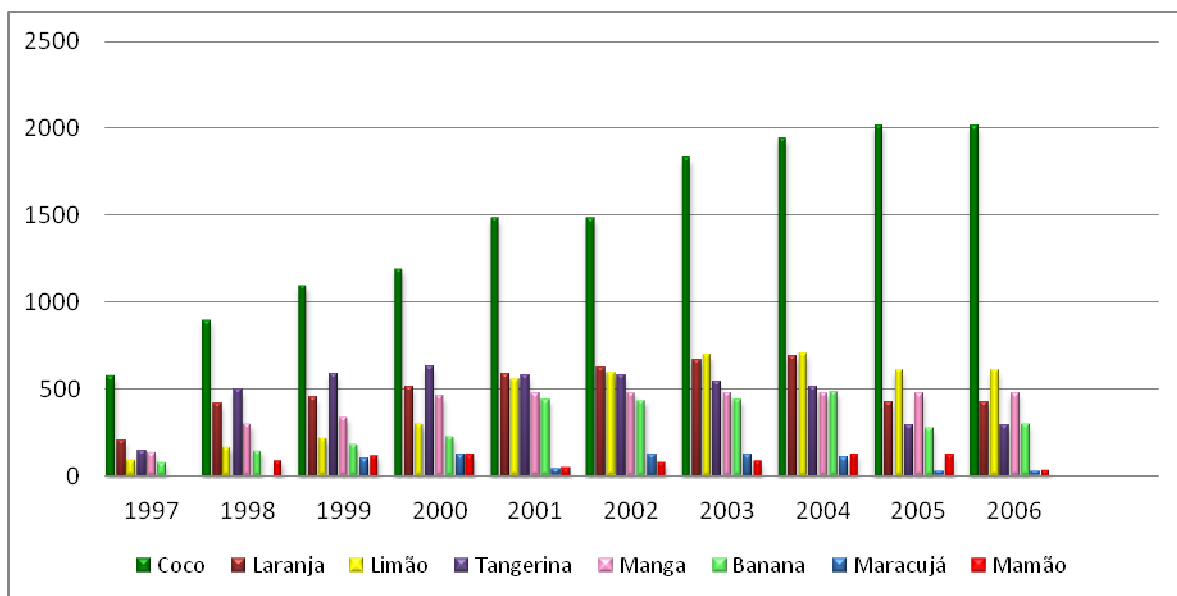
Segundo funcionário da ASCONDIR, a tangerina foi um dos cultivos implementados no Platô que deu certo, entretanto, devido à qualidade da aparência do fruto, somada à baixa produtividade, fez com que o concessionário diminuísse a produção a partir de 2004, sendo substituída em 2008¹³ pelo limão, cultivo que já vinha apresentando resultados satisfatórios,

¹³ Os dados a partir de 2007 serão discutidos no capítulo 03.

com grande aceitação no mercado externo em lotes de alguns concessionários no Platô. Nesse sentido, fica explícito que o intuito é produzir o que o mercado interno e/ou externo exige, não avaliando implicações no mundo do trabalho, o que se constata é a substituição de um monocultivo por outro, ocasionando sério problemas ambientais.

No período de 1997/2006, o coco foi o cultivo que obteve maior ascensão em relação aos demais cultivos, por área plantada em 2005/2006, praticamente se manteve estável sem mudanças significativas. Os cultivos como: caju, atemoia, pinha, lima e goiaba não foram cultivos em destaque em área plantada, havendo momentos sem produção. Ver figura 14.

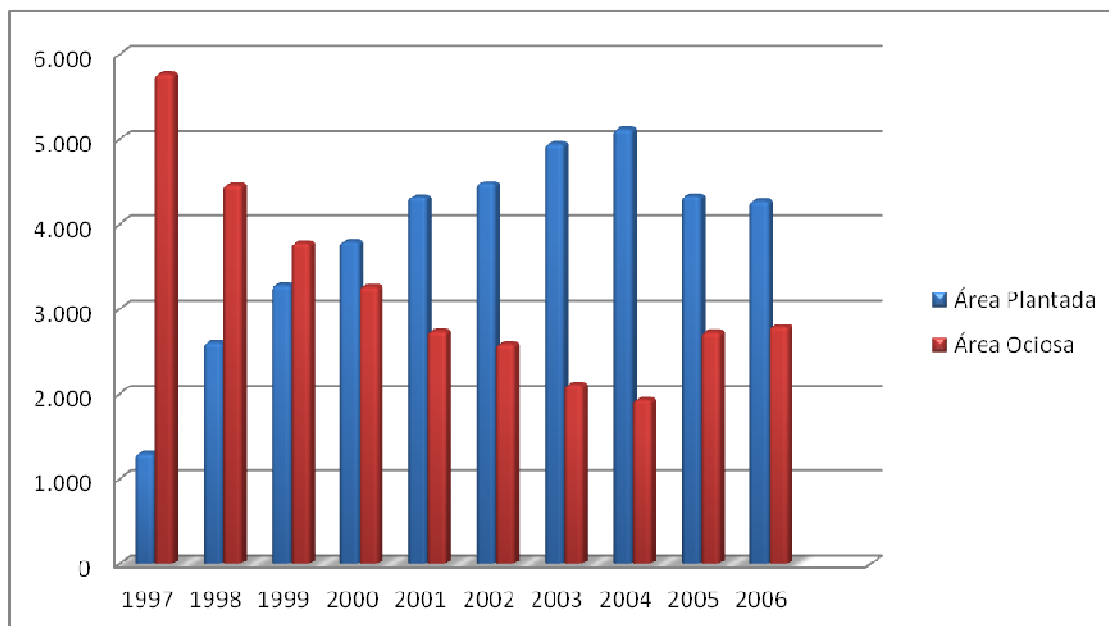
FIGURA 14 – PLATÔ DE NEÓPOLIS: ÁREA PLANTADA CULTIVO PERMANENTE/TEMPORÁRIA - 1997/2006



Fonte: COHIDRO, 1997/2006

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

No período 1997/2006, a área considerada disponível para irrigar correspondia a 7.053 hectares, entretanto, foram utilizados, no ano de 1997, apenas 1.295 hectares, que corresponde 18% de área plantada com cultivos temporários fixos, apresentando uma área ociosa de 82%. No período de 1998/2004, a área considerada ociosa foi aos poucos reduzindo, à medida que os concessionários iam implementando os cultivos nos seus respectivos lotes, passou, no ano de 1998, para 63%, e nos anos seguintes 1999/2004 para: 54%; 46%; 39%; 37%; 30%, e 27%, havendo aumento da área improdutiva nos anos de 2005 e 2006, como podemos observar na figura abaixo.

FIGURA 15 – SITUAÇÃO DA ÁREA PLANTADA DO PROJETO PLATÔ -1997-2006

Fonte: COHIDRO, 1997/2006

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Salienta-se que a partir de 1996 já se inicia conflitos envolvendo a luta pela terra nos lotes do Platô, justamente pelo número significativo de terras sem nenhum tipo de produção. Conforme o Secretário de Agricultura de Japoatã (2014), este processo se deu inicialmente por meio de ocupações que vão ocorrer primeiramente no Governo de Albano Franco, e se estender pelo Governo Deda.

A luta veio por meio de pequenos produtores, posseiros que viviam há décadas naqueles latifúndios, desempregados da Usina Grande Vale, comunidades atingidas (direta ou indiretamente com a instalação do Projeto) e famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST/SE, totalizando em torno de 400 famílias. Ver figura

FIGURA 16 – JORNAL CINFROM

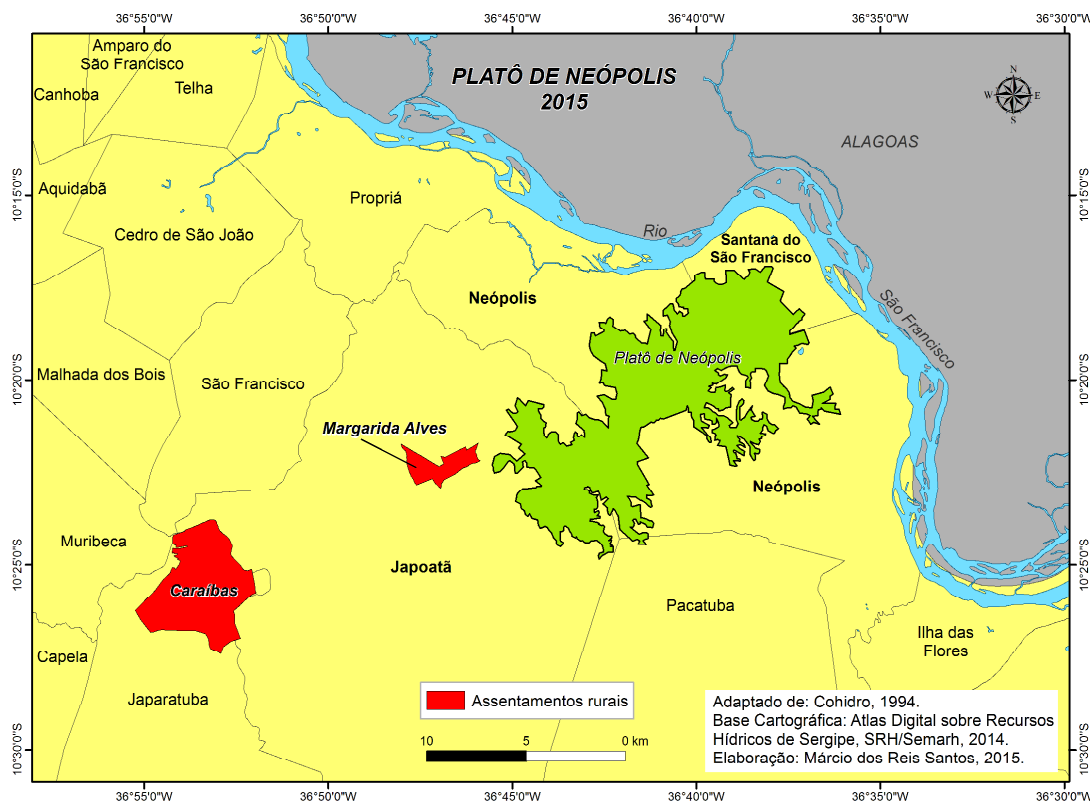


Fonte: Centro Dom José Brandão de Castro-CDJBC - CINFROM Municípios: edição 778, Aracaju, 09 a 15 de março 1998.

Conforme informações do Secretário de Agricultura de Japoatã (2014), muitas famílias insatisfeitas com o valor das indenizações das terras e lutam na justiça reintegração de posse por não aceitarem o valor da indenização, juntamente com os posseiros que lá viviam e não tiveram direito à indenização, comunidades atingidas (direta ou indiretamente com a instalação do Projeto) e famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST/SE, diante dessa situação, se organizaram e a resistência desses agricultores terminou por forçar o Governo a reassentá-los.

O primeiro assentamento criado pelo Incra para realocar os desapropriados foi Assentamento Caraíbas, localizado em Japarutuba/SE, fundado em agosto de 2008, possui cerca de 2.150,15 hectares e abriga 115 famílias. A área foi alvo de uma longa disputa judicial, envolvendo o Incra e uma usina instalada na região. O segundo Assentamento foi Margarida Alves, localizado em Japoatã, fundado em dezembro de 1998, com uma área 377.5015 hectares, onde abriga 31 famílias. Ver figura a seguir mostra as famílias que conseguiram ser assentadas por meio de lutas de resistência no Platô.

FIGURA 17 – LOCALIZAÇÃO DE FAMÍLIAS QUE FORAM ASSENTADAS POR MEIO DA RISTÊNCIA AO PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS - 2015



Ressaltamos que nem todas as famílias que estavam ocupadas em área dos lotes do Projeto Platô exigindo do Estado a reintegração da posse não foram de fato todas assentadas. Os assentamentos criados não comportavam o número de famílias que estavam exigindo a reintegração da área. Nesse sentido, a luta não chegou ao fim, estas famílias vêm resistindo e encontram-se acampadas em áreas de reserva do Platô, próximas ao Povoado Tatu, em Japoatã/SE ano de 2014.

Nessa trajetória é preciso destacar que as políticas das águas no Platô de Neópolis via irrigação trouxeram novas disparidades, elevando ainda mais a concentração de terra, a territorialização do capital e, consequentemente, elevando o quadro de desemprego no campo e na cidade.

Este novo sistema alterou a paisagem, introduzindo uma estrutura de concreto, diversificando os cultivos e, por fim, modificando as relações sociais à medida que alterou as relações de produção, incorporando novas tecnologias e excluindo uma parcela dos que não se mostraram aptos às novas relações com a terra.

[...] o Estado se coloca a serviço do domínio econômico e financeiro, e representa, de certa forma, o suporte de sustentação do modelo econômico explorador, concorrendo decisivamente para o processo de exclusão social de significativa parcela dos trabalhadores rurais, concretizando na exploração territorial (SANTOS, 2006, p.302).

Era propagado via o Plano do desenvolvimento do Projeto e transmitido nos meios de comunicação por intermédio de Seminários expostos pelo governador da época, a criação de 15 mil empregos diretos e indiretos. Neste sentido, esperavam-se mudanças no perfil socioeconômico da região, no sentido de promover melhoria de vida da população envolvida. De acordo com o Jornal Tribuna do São Francisco (1997):

“A realidade mostrou-se cruel e até hoje o povo espera os 5.600 empregos permanentes por ano, só na Agricultura, fora os mais de 10.000 indiretos que foram divulgados” (TRIBUNA DO SÃO FRANCISCO, 1997, p.9).

Conforme ainda o Jornal CINFROM:

FIGURA 18 – JORNAL CINFROM

Platô de Neópolis leva fome e desemprego a trabalhadores

O Governo do Estado tem apresentado o Projeto de Fruticultura irrigada de exportação no Platô de Neópolis "como um importante polo de desenvolvimento, que será um grande gerador de empregos e de riqueza". Esse futuro de fartura e de benefícios para a região ainda vai demorar a chegar. Hoje a realidade é outra: centenas de trabalhadores estão desempregados e famintos, desde o início da implantação do projeto. Na última quarta-feira uma manifestação dos trabalhadores rurais assentados e sem terra, na Capital (vide box), evidenciou essa situação deplorável. O presidente do sindicato dos trabalhadores de Neópolis, José Moacyr dos Santos, desabafou e denunciou que na área a "situação é de miséria total".

Na opinião do sindicalista, as consequências imediatas da desapropriação das áreas, onde vão funcionar os 23 módulos empresariais de exploração, são desastrosas. "Só o Governo não quer ver. Se a pobreza já proliferava em Neópolis, agora está 500% pior. O desemprego cresceu, tem gente morrendo de fome".

revelou José, com lágrimas nos olhos.

Nem a presença das grandes empresas nessa fase de implantação do projeto está conseguindo amenizar a situação crítica. Não está havendo aproveitamento da mão-de-obra. "As grandes firmas não estão empregando. Um pedreiro aqui não está conseguindo uma empreitada", comentou José. A elevação no custo de vida também é uma consequência da presença deste novo empreendimento do Governo, em Neópolis. "Só tem carestia. O quilo do feijão está custando CR\$ 3 mil", acrescentou.

Dirigindo o sindicato há 10 anos, José está decepcionado com a forma como o Governo tem tratado o trabalhador rural ao longo desses anos. O sindicalista acha que o Governo errou ao idealizar um "projeto de ricos, para empresários lá de fora", em vez de ter feito um projeto de reforma agrária, um projeto social. "Tem gente que luta no Brejo do Piripiri, há 40 anos, por um pedaço de terra. E ele nunca deu posse a esse povo. Desapropriou a área

para as grandes firmas. E o trabalhador está marginalizado", reclamou.

José não conseguiu esconder a mágoa que sente e classificou o Governador João Alves Filho de "desumano". Para ele, o Governador precisa ter mais "sensibilidade administrativa e humana. O que ele está fazendo em Neópolis é uma desumanidade. É uma situação visual cruel. O Governador precisa descer do seu pedestal, deixar de lado a valdade e ir até lá para ver de perto o desemprego, as crianças doentes e famintas".

Durante a manifestação, José fez um apelo para que a imprensa divulgue a situação dos trabalhadores de Neópolis, já que todos precisam ter conhecimento do que ele chama de guerra de fome e miséria. "Hoje (dia 16) uma repórter de televisão, me disse que era empregada de Albano Franco e não podia me ouvir. Ela disse que eu não podia denunciar nada porque ela estaria desempregada e a matéria não sairia", contou o sindicalista, inconformado com a omissão da emissora de televisão.

Trabalhadores querem atenção de João

A manifestação dos trabalhadores rurais assentados e sem terra reuniu em Aracaju, na quarta-feira passada, famílias de Propriá, Pacatuba, de Porto da Folha, Neópolis e de outras áreas do interior, onde o homem do campo tem lutado para garantir o direito de cultivar a terra. No período da manhã, os trabalhadores ficaram concentrados na porta do escritório do INCRA. No início da tarde, fizeram uma caminhada pelas ruas da Capital e encerram o movimento na porta do Palácio do Governo, na Praça Fausto Cardoso.

Os trabalhadores trouxeram uma pauta de reivindicações e tentaram entregar o documento ao Governador João Alves Filho. Ele não estava no Palácio e a comissão acabou entregando a pauta ao assessor do secretário de Estado de Governo, José Alves do Nascimento. Os manifestantes deixa-

ram o palácio com a promessa de que o secretário iria tentar marcar uma audiência com o Governador.

Na pauta, os trabalhadores reivindicam a agilização, junto à EMDAGRO, da entrega imediata das sementes que já foram solicitadas; Intervenção do Governo do Estado, junto ao Governo Federal para agilização dos processos de desapropriação de todas as áreas de conflito, em Sergipe; Fornecimento de cesta básica à todas as famílias existentes nas áreas de conflito; Conclusão dos processos já iniciados, referentes a atos de violência, praticadas por policiais ou jagunços contra trabalhadores rurais, a exemplo do processo de assassinato do presidente da Associação do projeto Nossa Senhora Aparecida, José Renilson Menezes, do município de Nossa Senhora da Glória; Garantia de segurança das famílias existentes nas áreas de con-

flito, hoje constantemente ameaçadas, e que seja agilizado fornecimento de energia elétrica, irrigação e posto telefônico para as áreas de assentamento.

A manifestação dos trabalhadores teve o apoio do Movimento Sem-terra; da Comissão pastoral da Terra Nordeste 3; do CEPROS, da Coordenação estadual dos Assentamentos; da CUT; SACI; da Central de movimento Populares e do vereador do PT, Gilvan Melo. Para o coordenador da Central de Movimentos Populares, Lizaldo Vieira, não é novidade a fome, a sede e o abandono do homem do campo. "O trabalhador que tem um pedacinho de terra está totalmente desamparado, sem nenhum apoio do Governo para produzir. Os que não têm terra estão abandonados, entregues a própria sorte", comentou.

Fonte: Centro Dom José Brandão de Castro - CDJBC – Jornal CINFROM, 21 de março de 1994, p.32, caderno único.

Em acordo com o Jornal Tribuna do São Francisco (1997), a realidade do Platô não era a que foi propagada. Enquanto, para o governo, o Projeto seria a salvação da região do baixo São Francisco, porém, para a população local era um projeto fadado ao fracassado.

As transformações em curso não podem ser compreendidas apenas pela reorganização dos meios de produção, via implementação de tecnologias ou mediante à flexibilização do processo de exploração dos meios de trabalho, mas, como parte de uma reestruturação produtiva em diferentes escalas. O que deve ser determinada nesse movimento, via mudança no padrão de acumulação capitalista, com desdobramentos marcantes para a dinâmica espacial e territorial do trabalho. Segundo Gonçalves,

Esta reestruturação produtiva, gerada pelas novas técnicas, implica logicamente em uma reconfiguração espacial e territorial que envolve toda a sociedade, que sob a hegemonia do capital reorganiza-se correspondendo às novas demandas do sistema, sendo que nesse processo de reordenamento socioeconômico e territorial do capital, a maior parcela dessa mesma sociedade encontra-se muito mais suscetível a sofrer os danos gerados no interior destas transformações. Essa parcela é formada por aqueles que têm como único meio de vida a venda da sua força de trabalho, já que essas transformações de cunho técnico, político e espacial incidem diretamente sobre as formas de exploração e controle da força de trabalho (GONÇALVES, 2011, p.09).

O caráter destrutivo do capital, em sua nova fase de acumulação, revela-se cada vez mais perverso. Subordina, degrada, escraviza e aliena a força de trabalho, sobremodo com a expansão do agronegócio, onde diversos trabalhadores são submetidos às condições de vida e de trabalho extremamente precarizados.

[...] a precarização do trabalho se intensifica na medida em que as necessidades de reprodução do capital se ampliam, ou melhor, num contexto marcado pela busca incessante pela manutenção, ou ampliação, das condições necessárias para a acumulação do capital, o trabalho é precarizado ainda mais. A busca pelo lucro intenso significou/a para os trabalhadores uma intensificação na exploração de sua força de trabalho e, por conseguinte, a precarização de sua vida enquanto trabalhador (CARNEIRO; MENDONÇA, 2012, p.10).

A problemática das relações de trabalho perpassa pela necessidade do capital expandir, nesse desfecho vivenciamos o avanço do agronegócio, novo modelo de produção agropecuária que implica nas relações de trabalho. Se por um lado cria uma força de trabalho

extremamente bem formada e capacitada, de outro intensifica e acelera o aparecimento de novas atividades que exploram a força de trabalho precariamente. Antunes contribui, afirmando que

[...] o capital recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho que se torna ainda mais fundamental para realização de seu ciclo reprodutivo no mundo onde a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas (ANTUNES, 1999, p.120).

CAPÍTULO 3
O AGRONEGÓCIO DA CANA ÁREAS NO DOMÍNIO DA
TERRA E DA ÁGUA

CAPÍTULO 3 - O AGRONEGÓCIO DA CANA - ÁREAS NO DOMÍNIO DA TERRA E DA ÁGUA

A expansão do capital sempre em busca de lucros crescentes gera, por sua própria natureza contraditória, uma tendência à queda da taxa de lucro, uma tendência à crise. Nos últimos anos, particularmente a partir da década de 1970, e intensificada nos anos de 1990, o capital passou a dar sinais de um quadro crítico, compreendido por autores, como Istvan Mészáros, de uma crise sem retorno, uma crise estrutural.

Diante desse efeito, a expansão do toyotismo, as formas de horizontalização do capital produtivo e a flexibilização passam a constituir novas alternativas de obtenção do lucro, via a flexibilização e a desconcentração do processo produtivo. No campo sob a justificativa da necessidade do incentivo à competitividade e à produtividade, há uma aliança tácita do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, mediada pelo total apoio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado, para o incentivo do agronegócio.

Associado a novos empreendimentos técnico-científicos, de ideias criativas e inovadoras para um Novo Mundo Rural, o agronegócio se consolida como anunciador de transformações. Segundo Gonçalves (2011), essas transformações, entretanto, não podem ser compreendidas apenas pela reorganização dos meios de produção, via implementação de tecnologias ou mediante a flexibilização do processo de exploração dos meios de trabalho, mas como parte de uma reestruturação produtiva mundializada, com mudanças no padrão de acumulação capitalista e desdobramentos marcantes para a dinâmica espacial e territorial do trabalho.

Em nível mundial, a reestruturação produtiva do capital acirra, em determinadas partes do mundo, problemas já existentes, eminentemente, os de ordem social e econômica. Neste sentido, a abertura das economias e a internacionalização dos mercados conduzem a uma ampla alteração da gestão do processo produtivo com intensa decomposição de tarefas e extração de sobretrabalho, que podemos caracterizar como um conjunto de práticas econômicas, técnicas gerenciais, políticas e sociais que, atuando juntas, revelaram novas estratégias do capital para sua (re) produção ampliada.

O processo de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, mediante o avanço do capitalismo no campo, intensifica a superexploração do trabalho de forma excludente e seletiva. Isso significa que privilegia determinados segmentos sociais, econômicos e espaços

mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações tecnológicas. Esse processo tem sido largamente apoiado pelo Estado que financia e concede incentivos fiscais às agroindústrias, aos produtores, além de investir diretamente nas infraestruturas necessárias à ampliação da produção voltada para atender ao fetiche do mercado. Em colaboração, Elias explicita:

[...] uma realidade extremamente presente, em pleno século XXI, juntamente com outros dos seus traços estruturantes, aumentando sobremaneira a expropriação e a expulsão de agricultores que detêm a propriedade da terra (meeiros, antigos posseiros, pequenos arrendatários) (ELIAS, p.44, 2006).

Nesta direção, podemos enfatizar que a área do Platô de Neópolis surgiu com intenção de beneficiar empresários interessados em investir em lotes voltados para a produção de frutas tropicais.

3.1 Alterações nas relações de produção e trabalho no Platô de Neópolis

Entendemos que o apoio e incentivo do Governo do Estado, via política de irrigação, foi crucial para as alterações na infraestrutura da produção agrícola, passando de uma agricultura “tradicional” para uma agricultura irrigada com alta tecnologia voltada para o interesse do capital. O Estado foi a peça principal para as mudanças advindas na agricultura, como o Projeto Platô, responsável em gerir a redistribuição dos recursos públicos para o setor privado.

Após vinte e três anos de implementação do Projeto, a área irrigada está voltada principalmente para a produção do monocultivo da cana-de-açúcar. Este monocultivo tem gerado mais insatisfações para a população local, principalmente por ter contribuído para o crescimento da concentração de terra, para a exploração da força de trabalho, como também para a ampliação das desigualdades. Ver figura.

FIGURA 19 – PRODUÇÃO DE CANA NO PLATÔ



Fonte: Pesquisa de campo, Agosto de 2015.

FIGURA 20 – PRODUÇÃO DE CANA NA REDE DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO NO PLATÔ



Fonte: Pesquisa de campo, Agosto de 2014.

É possível observar que não há mais possibilidade de verificar a presença de lotes, e sim de áreas contínuas tomadas por cana-de-açúcar e que se utilizam do sistema de irrigação

do Projeto. De acordo com o Projeto original, esta área deveria ser destinada para a produção de frutos tropicais irrigados, e não pelo cultivo de cana-de-açúcar.

Segundo depoimento do Diretor Técnico de Irrigação da COHIDRO¹⁴, existe uma abertura na Resolução do Projeto, que coloca esta área como destinada para a produção de *culturas diversas* as quais podem ser irrigadas, ou seja, a resolução¹⁵ deixa subtendida a possibilidade do desenvolvimento de qualquer tipo de cultivo, não especificando nos quais devem ser de fato produzidos. Diante disso, o Conselho interno da COHIDRO vem permitindo que cultivos, como a cana-de-açúcar, sejam produzidos em áreas do Platô, destinadas à diversificação frutífera.

Desse modo, a partir de 2007 há a introdução do cultivo da cana-de-açúcar em lotes no Projeto Platô, resultante da conjuntura vivenciada no país. Como já citado no capítulo 01, uma situação favorável para a ampliação desse cultivo, sobretudo via incentivos do Governo Federal e mediante a política do Estado voltada para o consumo de agrocombustível, tem recebido especial atenção internacional devido à possibilidade de se tornar fonte de matriz energética alternativa para a produção de etanol anidro (misturado à gasolina) e hidratado (usado diretamente nos carros flex).

De acordo com Conceição (2013), desde 2007 a política local governamental no estado de Sergipe, em sintonia com o modelo nacional/mundial do Banco Mundial e suas mediações, sustenta sua meta no incentivo da exploração agrícola para a transação comercial, no sistema de inclusão em cadeias produtivas. Neste sentido, podemos verificar, a partir da tabela abaixo, o crescimento expressivo da cana-de-açúcar, por área plantada a partir de 2007, e a redução da área do coco, que até então era o cultivo que apresentava maior área plantada no Platô. Ver tabela a seguir.

¹⁴ Pesquisa de campo realizada em 20/10/2014 e 27/07/2015 com o Sr. Paulo Feitosa – Diretor Técnico de Irrigação da COHIDRO.

¹⁵ A Resolução não foi disponibilizada pela COHIDRO.

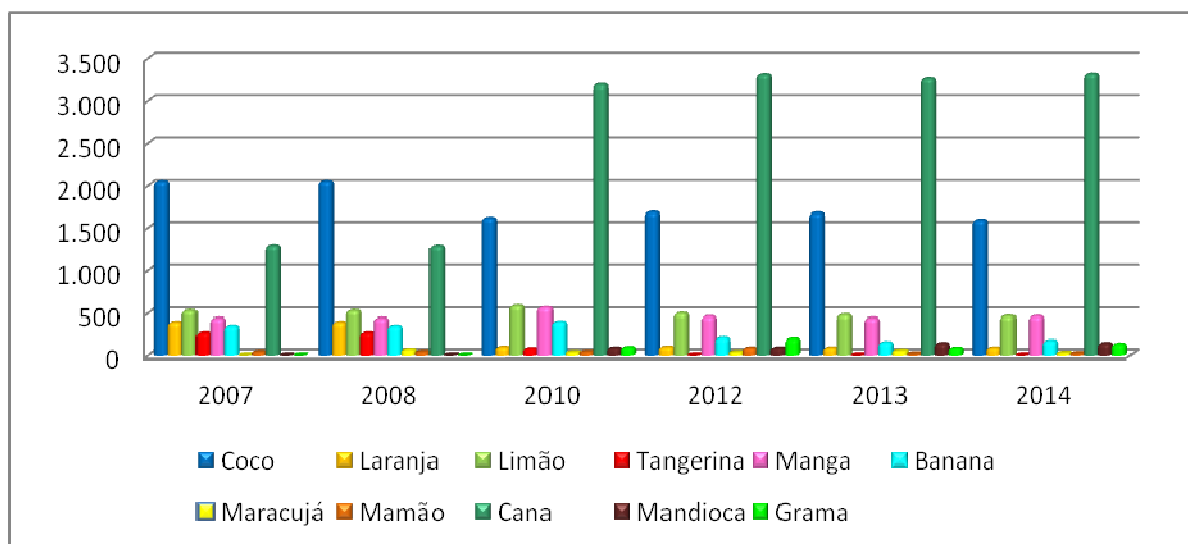
TABELA 4 – PROJETO PLATÔ DE NEÓPOLIS: DEMONSTRATIVO DO DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS PLANTADAS (HA) 2007/2014

	Anos					
Cultivos	2007	2008	2010	2012	2013	2014
Coco	2.057	2.057	1.627	1.696	1.685	1.601
Laranja	399	399	103	104	91	91
Limão	538	538	598	506	488	474
Tangerina	271	271	82	0	0	0
Manga	445	445	575	468	447	470
Banana	351	351	403	212	160	178
Maracujá	0	68	40	40	57	30
Mamão	43	43	45	90	20	24
Cana	1.298	1.294	3.201	3.319	3.271	3.326
Mandioca	0	0	90	90	150	150
Gramma	0	0	100	203	88	140
Total	5.402	5.466	6.864	6.728	6.457	6.484

Fonte: COHIDRO, 2007/2014.

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

FIGURA 21 – PLATÔ DE NEÓPOLIS: ÁREA PLANTADA CULTIVO PERMANENTE/TEMPORÁRIO



Fonte: COHIDRO, 2007/2014.

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

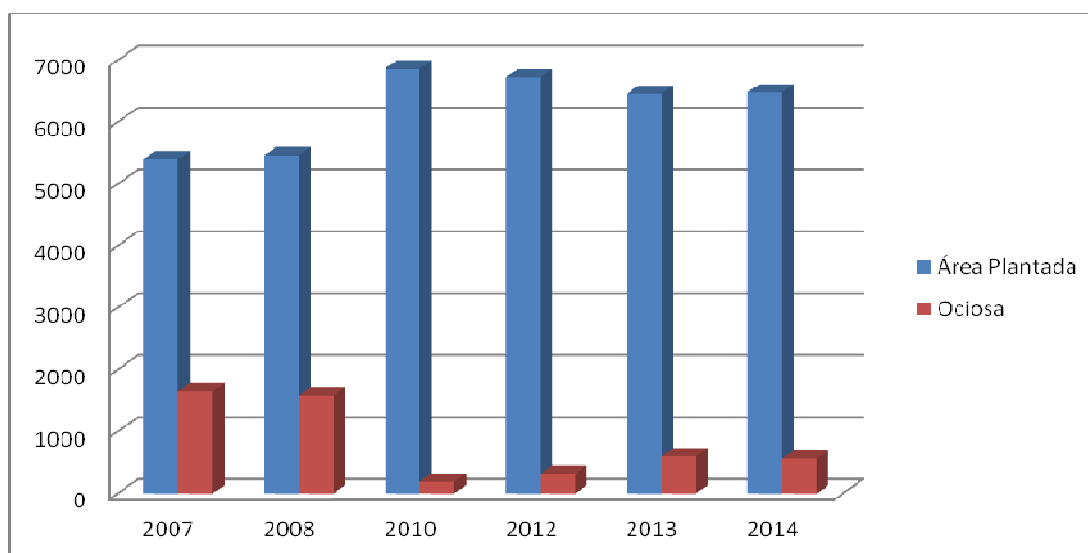
É possível observarmos, através do gráfico acima, a inserção de novos cultivos, a exemplo da mandioca e grama, como também a diminuição por área plantada de alguns cultivos, como: laranja, limão, banana, mamão e maracujá, além da permanência equilibrada da produção de cana-de-açúcar, com tendência a ampliação da área. Na pesquisa de campo foi detectada a produção de abóbora que, segundo informações do funcionário da ASCONDIR

(2014), este cultivo é produzido de forma consorciada, por um determinado período, mas não faz parte dos cultivos fixos temporários do Platô.

Observamos, ainda, que ao longo deste período, a área considerada ociosa foi aos poucos reduzindo e, por alguns momentos, houve aumento da área considerada ociosa. Em 2007 a área ociosa era 23%, em 2008 passou para 24%, já no ano de 2010, a área ociosa teve uma grande redução sob os demais anos, com 3% da área. Conforme gráfico acima, verificamos um aumento expressivo da cana-de-açúcar sobre os demais cultivos, com um total de 3.201 hectares, sendo superior ao ano de 2008, com 1.294 hectares. No ano de 2012 a área considerada ociosa era de 5%, e em 2013 para 7%. No ano de 2014, a área considerada improdutiva, apresenta um total de 574 hectares, o que equivale a 8% da área.

É importante ressaltar que a maior parte da redução da área ociosa é devido à ampliação da área plantada com o monocultivo da cana-de-açúcar e ocupações em áreas de reserva, que discutiremos no próximo item deste capítulo. Conforme entrevistas realizadas com moradores antigos da localidade (2014), há concentração de grandes áreas mecanizadas com cultivos que não alimentam e não empregam a população local. Este novo modelo, segundo Fabrini (2008), diferentemente do latifúndio do passado que excluía pela não-produção, agora o agronegócio, exclui pela produção.

FIGURA 22 – SITUAÇÃO DA ÁREA PLANTADA DO PROJETO PLATÔ 2007-2014



Fonte: COHIDRO, 2007/2014.

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

O sistema do capital, em seu processo de expansão, tem se travestido em formas cada vez mais criativas para velar a exploração da classe trabalhadora, especialmente os

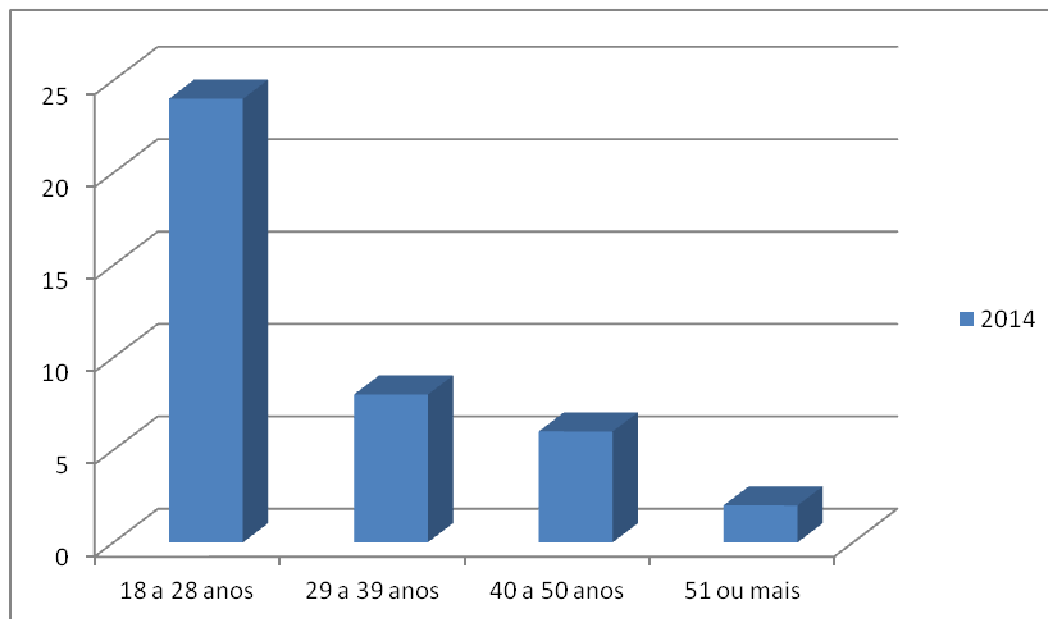
trabalhadores do campo. Para realizar esta acumulação, o capital torna-se cada vez mais dinâmico e habilidoso extrator de trabalho, pois é somente o trabalho que condiciona criar valor e riqueza e este se torna cada vez mais necessário no sistema do capital. Para Harvey:

A tendência do capitalismo, portanto, é estabelecer um conjunto universal de valores, baseado no ‘trabalho social abstrato’, definido numa escala global. Do mesmo modo, essa é a tendência da exportação de capital de equalizar a margem de lucro sobre uma escala global. O processo de acumulação origina a tendência da penetração das relações sociais capitalistas em todos os aspectos da produção e da troca, e em todo mundo (HARVEY, 2005, p.63).

Sendo assim, o sistema do capital, na sua incessante busca pela acumulação, tem cada vez mais se utilizado do campo por meio da ampliação do agronegócio, a exemplo do canavieiro, que se fortalece da degradação social relacionada principalmente ao trabalho em situação sub-humana. O processo de trabalho que envolve os trabalhadores no corte da cana-de-açúcar é marcado pela subordinação do capital agroindustrial canavieiro. Nesse sentido, identificamos, através de pesquisa de campo, a distribuição do percentual da força de trabalho por faixa etária, sendo extremamente explorados para a acumulação do capital.

Nesse viés, entrevistamos quarenta trabalhadores na lida do corte no Platô, onde identificamos a presença marcante de jovens trabalhadores nas áreas de colheita da cana. Esta realidade é bem comum nos canaviais brasileiros e em Sergipe, onde encontramos um número significativo de jovens que buscam, nos canaviais, a oportunidade de seu primeiro emprego com carteira assinada. O interesse pela permanência no serviço temporário faz com que haja máxima exploração desta força de trabalho, que apresenta grande disposição física e que a qualquer momento pode ser descartada. Ver figura a seguir:

FIGURA 23 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA DE IDADE



Fonte: Pesquisa de campo, 14 de outubro, 2014.
Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

É importante salientar que a mobilidade dos jovens trabalhadores nessa atividade é intensa. Segundo Conceição (2007a), na condição de sujeitos assujeitados ao capital, os jovens aceitam qualquer tipo de contrato, seja ele precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à irracionalidade do capital e à sua lógica de mercado; na medida em que estão à margem do processo produtivo, aumenta o estranhamento entre o sujeito e o produto de seu trabalho, permanecendo andarilhos na busca por afazeres. Esta situação é marcadamente viva na condição dos trabalhadores do corte de cana, itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando quando acaba.

Na condição de quase *lumpen*, ser cortador em período temporário e em localidade temporária é a possibilidade de trabalho e de permanecer vivo para o capital. Móveis para o capital, o que se constatou foi a grande migração. Para os produtores de cana essa mobilidade é importante, favorecendo o descompromisso das garantias trabalhistas. O sistema acumulativo do modo de produção capitalista se estabelece numa estrutura destrutiva da crise estrutural do capital, em que para manter à lógica do lucro há a destruição da classe trabalhadora, que é afetada pelo desemprego estrutural, formando o trabalho precarizado e escravo (CONCEIÇÃO, 2013, p.96).

Infelizmente se vivencia o crescimento do desemprego estrutural, e com ele a mobilidade do trabalho se faz crescente, o que torna necessário a busca por emprego, para que

possa suprir, de mínimo, a sobrevivência. Desse modo, alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico em que o desemprego se coloca como um traço dominante do sistema capitalista como um todo. Em sua nova modalidade, constitui uma malha de interrelações e interdeterminações pelas quais hoje se torna impossível encontrar remédios e soluções parciais para o problema de desemprego.

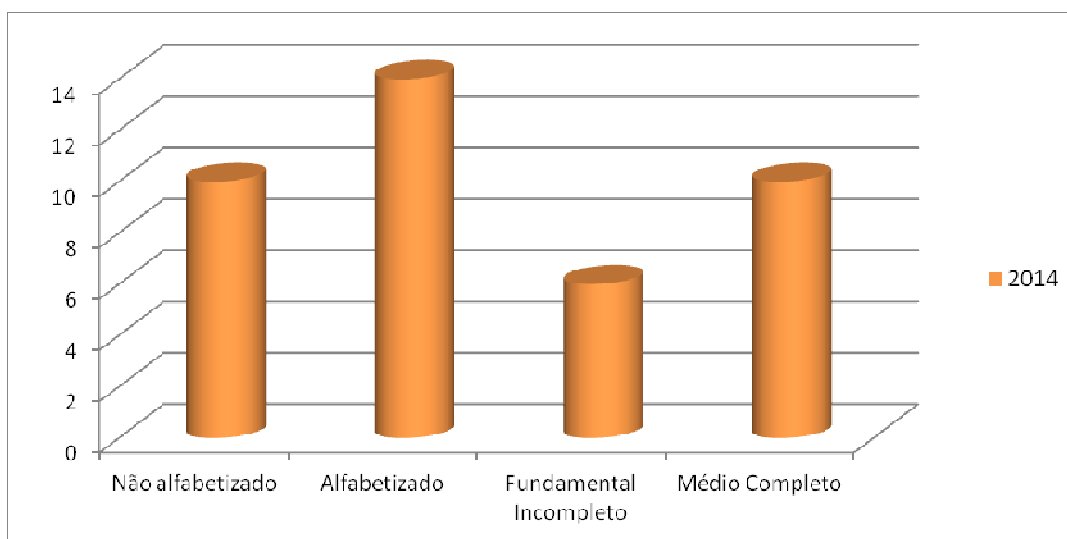
Nos últimos anos, um grande número de discursos propagandearam as virtudes universalmente benéficas da ‘globalização’, deturpando a tendência de expansão e integração globais do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas. A grande ironia da tendência real do desenvolvimento – inerente à lógica do capital desde a constituição inicial desse sistema séculos atrás, e que atinge sua maturidade em nosso próprio tempo de uma forma inextricavelmente associada à sua crise estrutural – é que o avanço produtivo desse modo antagônico de controle do metabolismo social lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria de trabalho supérfluo (MÉSZÁROS, 2007, p. 145).

Não diferentemente de outras localidades, o estado de Sergipe não foge à regra nas condições precárias de contrato, onde jovens aceitam qualquer tipo de trabalho no campo que lhes possa garantir seu sustento para permanecer vivo como força de trabalho, recebendo irrisórias diárias quando se tem serviço, principalmente na lida da cana-de-açúcar.

Ironicamente, pois, o desenvolvimento do sistema produtivo, de longe o mais dinâmico da história, com a geração de um número cada vez maior de seres humanos supérfluos a seu maquinário de produção, muito embora – verdadeiro para o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – nada supérfluos como consumidores. A novidade histórica do tipo de desemprego no sistema globalmente completo é que as contradições de qualquer parte específica complicam e agravam o problema em outras partes e, por conseguinte, no todo. Pois a necessidade da produção de desemprego, ‘enxugamento’, etc., surge necessariamente dos imperativos produtivos antagônicos do capital que buscam o lucro – e a acumulação – que não pode absolutamente renunciar, de modo a restringir-se de acordo com os princípios racionais e humanamente gratificantes (MÉSZÁROS, 2007, p. 146).

No que se refere à escolaridade dos cortadores de cana, há um número significativo deles que apresentam o estudo regular, no entanto, para o corte da cana em si, apenas se faz necessário força física, à medida que, a exigência é cortar o maior número de toneladas cana possível. Neste sentido, identificamos que 75% dos entrevistados são alfabetizados. Ver figura a seguir:

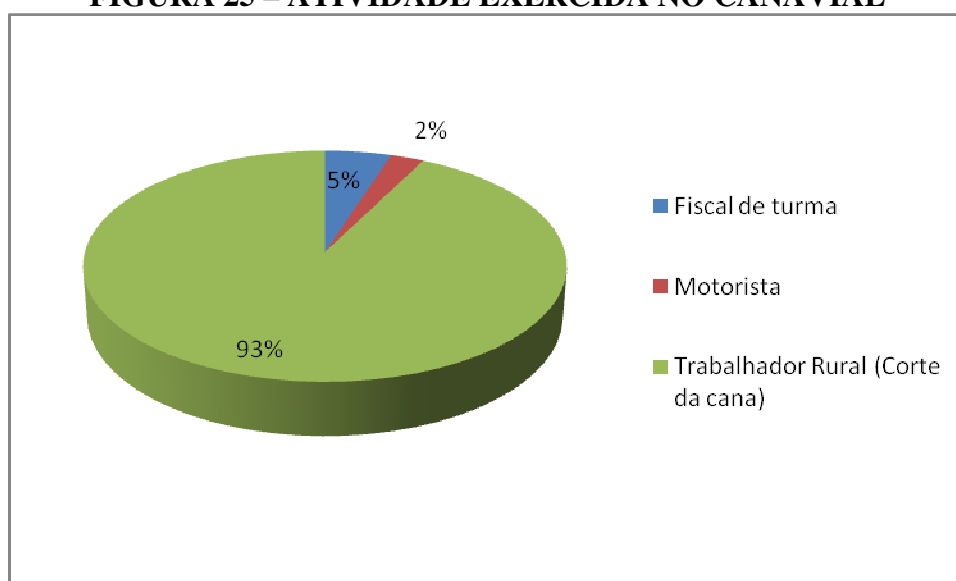
FIGURA 24 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL QUANTO A ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES NA LIDA DO CORTE DA CANA



Fonte: Pesquisa de campo, 14 de outubro, 2014.
Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Podemos identificar, conforme pesquisa, que 2% dos pesquisados nos canaviais são fiscais de turma - pessoa encarregada de contratar, gerenciar e supervisionar o grupo de trabalhadores na lida do corte da cana. O fiscal de turma tem por responsabilidade avaliar: quantidade de toneladas de cana por produção por cada trabalhador, admitir e demitir o trabalhador, e avaliar a produtividade em toneladas de cana cortada por trabalhador.

FIGURA 25 – ATIVIDADE EXERCIDA NO CANAVIAL



Fonte: Pesquisa de campo, 14 de outubro, 2014.
Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Verificou-se que 5% dos entrevistados são motoristas contratados por empresas terceirizadas que prestam serviços contratuais aos concessionários. Estes motoristas são encarregados de fazer o deslocamento desses trabalhadores braçais nos canaviais para suas respectivas áreas de trabalho, e após término das atividades, retornam para suas residências, ou vice-versa. Durante todo o expediente dos trabalhadores, os motoristas permanecem nos canaviais, com os respectivos meios de transporte, os ônibus.

Este meio de locomoção acaba por ter dupla finalidade: transportar os trabalhadores e servir como local de apoio para o momento da refeição (tempo determinado de uma hora durante toda a jornada excessiva do dia) e ou proteção do sol. Conforme informações dos dois grupos entrevistados, o número de trabalhadores que, em média, são transportados, é em torno de 28 a 35 pessoas.

Identificamos que o percentual de trabalhadores que estão diretamente relacionados ao trabalho braçal na colheita da cana corresponde 93% que são designados para a atividade especificamente, no período de safra, em Sergipe vai de setembro a abril. De acordo com Relatório do Ministério do Trabalho de Sergipe,

No Brasil, em função de sua extensão territorial e localização geográfica, proporciona o desenvolvimento da cultura em diferentes condições climáticas, sendo provavelmente o único país com duas épocas distintas de colheitas anuais, uma na área centro sul, de julho a dezembro, e outra na Região Nordeste, de setembro a abril, sendo responsável por aproximadamente 33%, 20% e 35% da produção mundial de cana, açúcar e álcool, respectivamente (Ministério do Trabalho de Sergipe, 2012, p.03).

FIGURA 26 - HORÁRIO DE DESCANSO DOS CORTADORES DE CANA

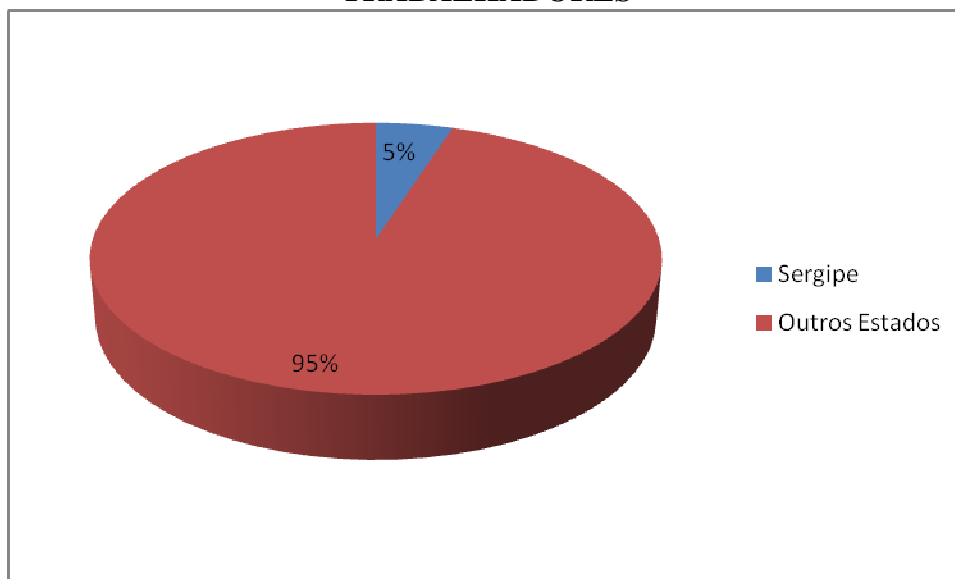


Fonte: Pesquisa de campo, 14 de outubro, 2014.

A jornada desses trabalhadores começa bastante cedo, às 04:30 horas, onde se deslocam para os respectivos canaviais via transporte contratado pelas empresas. Às 07:00 horas se inicia a jornada de trabalho que vai até as 17:00 horas, onde retornam para suas residências. O descanso é de apenas uma hora de intervalo para o almoço, e depois retorna para a lida.

Quanto ao local de residência desses trabalhadores, verificamos que 5% residem no próprio estado de Sergipe, nos municípios de Muribeca e Japoatã. 95% são do estado de Alagoas e residem em sua grande maioria no município de Penedo, seguido de São Sebastião e Arapiraca, todos localizados nas áreas rurais desses referentes municípios. É importante enfatizar que os residentes no estado de Sergipe são os motoristas dos ônibus que deslocam os trabalhadores para lida nos canaviais e os residentes no estado de Alagoas são todos os trabalhadores braçais temporários contratados para o período da colheita da cana-de-açúcar.

FIGURA 27 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS TRABALHADORES



Fonte: Pesquisa de campo, 14 de outubro, 2014.

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Na pesquisa de campo verificamos mudanças no mundo do trabalho, dentre elas: a crescente mobilidade do trabalho do estado de Alagoas para a área do Platô, a dispersão rápida da força de trabalho e o crescimento do desemprego. A mobilidade está diretamente associada ao uso avançado de tecnologias agrícolas no corte da cana-de-açúcar, como também a rápida dispersão da força de trabalho pós-safra, assim como devido ao crescente desemprego, principalmente pelo crescimento da mecanização em atividades que absolviam muitos trabalhadores, tanto no plantio quanto na colheita. Nesse contexto evidenciamos a forte mobilidade e sujeição desta força de trabalho às diversas condições precárias de trabalho nos canaviais do Platô. Conforme fala dos cortadores de cana, a mobilidade vem ocorrendo devido:

- Intensificação da mecanização em atividades que empregava muitos trabalhadores;
- Dificuldade em conseguir emprego no estado;
- Fechamento de Usina em Alagoas;
- Desemprego.

De acordo com os relatos dos trabalhadores, eles são absorvidos como força de trabalho nos canaviais de Alagoas, justamente porque as máquinas ainda não conseguem fazer tudo sozinhas, e as usinas também absorvem muita mão de obra. É importante enfatizar que nas áreas acidentadas é necessário o uso do trabalho braçal, uma vez que as máquinas não

conseguem chegar às áreas íngremes, sendo necessário o trabalho humano, neste caso as condições de trabalho são mais difíceis de serem realizadas, pois o trabalhador tem que movimentar-se durante o corte, subindo e descendo as encostas dos morros, mas de todo modo não consegue empregar um número grande de trabalhadores.

Neste sentido, a mobilidade é a saída para um contingente de trabalhadores que necessita primeiramente do mínimo para a condição de vida, que é o alimento. Neste contexto, devido às dificuldades enfrentadas em conseguir uma oportunidade de trabalho, leva um contingente de trabalhadores a buscarem novas possibilidades de trabalho nos canaviais sergipanos, a exemplo do Platô, que utiliza a mecanização de forma parcial.

As massas de material de trabalho, matéria-prima, produtos semiacabados etc. são fornecidas pela grande indústria, e a massa do material humano barato é composta por pessoas ‘liberadas’ pela grande indústria e agricultura. As manufaturas dessa esfera devem seu nascimento, principalmente, à necessidade do capitalista de ter à sua disposição um exército sempre preparado para entrar em ação em qualquer flutuação da demanda. Essas manufaturas, no entanto, deixam que a seu lado subsista, como sua ampla base, a dispersa produção artesanal e domiciliar. A grande produção de mais-valor nesses ramos de trabalho, justamente com o barateamento progressivo de seus artigos, foi e é devido, principalmente, ao fato de que o salário é o mínimo necessário para vegetar de modo miserável, ao mesmo tempo em que o tempo de trabalho é o máximo humanamente possível (MARX, 2013, p. 542).

Segundo relatos dos entrevistados, a crescente utilização de tecnologias modernas nos canaviais, especificamente no Platô, concentra-se, sobretudo, nas atividades de: preparo do solo (sulcação¹⁶/adubação), plantio, limpeza do terreno, e para aplicação de herbicidas, inseticidas, fungicidas e fertilizantes. Dessa forma, resta aos trabalhadores a possibilidade de ser empregada para o preparo do solo, no período da colheita da cana-de-açúcar, e algumas atividades que exigem um número reduzido de trabalhadores pós colheita da cana.

¹⁶ Consiste na atividade de abertura de sulcos, onde simultaneamente há colocação da cana (muda) e agrega-se o adubo químico.

FIGURA 28 – USO DA MECANIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA COLHEITA DA CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2014.

FIGURA 29 – USO DA MECANIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA DO TERRENO



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2014.

FIGURA 30 – FERTILIRRIGAÇÃO: PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2014.

A adoção dessas técnicas tem como finalidade subordinar o trabalho ao capital, bem como manter certo controle sobre as condições naturais. Dessa forma, por mais que tenha havido o desenvolvimento da mecanização de forma parcial, no Platô, o uso da força de trabalho ainda é crescente. Entretanto, é preciso observar que à medida que se intensifica o uso das inovações tecnológicas e nele se amplia em todo seu processo o uso intensivo da mecanização, a tendência é o crescimento do desemprego. Ver figura 31

FIGURA 31 – TRABALHADORES NA COLHEITA DA CANA

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2014 - Trabalhadores na colheita da cana-de-açúcar, lote pertencente a Usina Taquari, estrada de acesso ao Povoado Tatu, município de Japoatã.

De acordo com informações obtidas na pesquisa de campo¹⁷ e via funcionário da Ascondir (2014), a cana que é produzida no Platô não é moída na região do Baixo São Francisco, ela é moída na região do Vale do Cotiguiba. No Platô só há o corte e o plantio, e as Usinas de Capela, Dolores, e uma pequena parte de Usinas de Alagoas ficam na responsabilidade do processamento da cana-de-açúcar e dos seus subprodutos. Evidenciamos, ainda, que a cana plantada no Platô pertence à empresa Campo Lindo (localizada em Nossa Senhora das Dolores), a empresa Agroindustrial Capela/ Usina Taquari (localizada em Capela pertencente a Henrique Brandão Menezes, e Manoel Aguiar Menezes Neto, do grupo Samam) e Usina Tovão, de Ezequiel Ferreira Leite.

Conforme depoimento do Secretário da Agricultura de Japoatã:

Nós continuamos sendo os maiores prejudicados, desde a instalação do Projeto e agora com o avanço da cana. Nós perdemos completamente o emprego na indústria e seus benefícios. Agora somos fornecedores de cana e quem industrializa a cana é quem fica com a riqueza e os empregos também.

¹⁷ Pesquisa de campo realizada em agosto de 2014, no Platô de Neópolis. Entrevista com os trabalhadores de cana, localizados no Povoado Tatu – Japoatã, pertencente à empresa Taquari.

Então, a maioria dos municípios aqui da região diminuiu a população com a ausência de empregos, as pessoas foram para onde as usinas se instalaram¹⁸.

Nesse contexto, a realidade de 15 mil empregos propagados pelo Governador (gestão de 1992-1994) ficou apenas no papel e nos noticiários da época, utilizando-se, para isso, do uso intensivo de tecnologias e de estratégias, como o *marketing* agrícola, mascarando as problemáticas vivenciadas pela população local. Contudo, de acordo com o levantamento realizado pela ASCONDIR (2014), o número de empregos direto está em torno de 3.500, porém, em sua grande maioria, empregos temporários absorvidos principalmente para o corte da cana.

Além desse quadro mínimo de emprego, a realidade dos trabalhadores nos canaviais é bastante assustadora. De acordo com as informações dos entrevistados, há vários problemas enfrentados diariamente no canavial que se manifestam sob os mais diversos aspectos, entre eles: a pressão da empresa para cumprimento de metas (intensificação da jornada de trabalho); baixos salários; o medo da perda do emprego; a omissão de informações quanto ao cumprimento de leis trabalhistas exigidas pelo Ministério Público do Trabalho; o descumprimento de normas quanto às condições de saúde e segurança deste trabalhador etc.

Verificamos, também, a ausência de comprometimento da empresa com a entrega dos EPI's – Equipamentos de Proteção Individual (camisetas de manga longa, chapéus, botas com caneleiras, óculos e luvas), que são essenciais para a proteção do trabalhador durante seu expediente de trabalho. Além disso, convivem com perigo de incêndio, já que ainda utiliza-se o uso da queima da cana. Esses equipamentos são entregues no início da safra aos trabalhadores e caso seja necessário a troca, os mesmos arcam com o custo dos EPI's, entretanto, ainda não haviam recebido. Infelizmente muitas informações permanecem ocultas.

Na agricultura, assim como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirólogo dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjulgação, exploração e empobrecimento do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e independência individuais. A dispersão dos trabalhadores rurais por áreas cada vez maiores alquebra sua capacidade de resistência, tanto quanto a concentração em grandes centros industriais aumenta a dos trabalhadores urbanos. Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna, o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho (...) Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do

¹⁸ Entrevista realizada com o Secretário da Agricultura– gestão, no dia 06 de Agosto de 2014.

processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2013, p. 573-574).

Convém destacar, ainda, a insatisfação vivenciada pelos cortadores de cana-de-açúcar devido às fraudes praticados pela Empresa, com relação ao peso por tonelada. Conforme informações dos cortadores de cana, a tonelada de cana-de-açúcar no Platô custa R\$ 7,50, sendo maior que o valor pago em Alagoas, que custa R\$ 6,80. No entanto, como há fraudes no peso no Platô, eles afirmam que cortam muito mais toneladas do que são propagados pela balança, que pertence ao dono da própria empresa na qual trabalham. Deste modo, os entrevistados acreditam que há uma adulteração no peso por tonelada da cana-de-açúcar, o que faz com que a empresa lucre ainda mais.

Não vejo a hora de surgir de conseguir trabalho nos canaviais de Alagoas, aqui nós somos roubados no peso. Pagam mais e recebemos menos, sabemos o quanto perdemos, pois somos acostumados a cortar cana, a mão já é calejada e no olho sabemos quantas toneladas cortamos, mais a balança só dá menos, cortamos oito e diz que foi cinco e por aí vai (J.S, 26 anos)¹⁹.

Dessa maneira, na perspectiva de adquirir o salário para melhorar as condições de vida dos que dependem as famílias desta renda, estes trabalhadores se submetem às elevadas metas de produtividade do trabalho impostas pelas empresas, onde trabalham de sol-a-sol no período da safra. Muitos deles cortam, em média, 4 a 9 toneladas de cana por dia, alguns conseguem atingir muito mais, o que torna uma atividade bastante exaustiva e que exige muita força física. Conforme Fabrini,

A superexploração do trabalho e a manutenção de condições análogas à escravidão são outro expediente adotado pelos ‘modernos’ empresários do agronegócio para a acumulação capitalista, sobretudo no setor sucroalcooleiro. Verifica-se aí um progressivo aumento do volume de cana cortada pelos trabalhadores que passaram, nos últimos anos, de 12 para 15 toneladas diárias (FABRINI, 2008, p.48).

O trabalhador tem na perspectiva do aumento da meta diária de produtividade em toneladas para garantir que seu salário seja um pouco melhor, pois no término da safra será mais um desempregado. Muitos cortadores não terão o direito à aposentadoria. O pagamento por produção concedido ao trabalhador do corte da cana-de-açúcar é a forma mais clara da

¹⁹ Pesquisa de campo, realizada em outubro de 2014, com o cortador de cana, J.S, 26 anos.

exploração da força de trabalho que, numa lógica perversa, procura mascarar o sentido do trabalho.

Busca-se impedir a organização sindical para que estes não venham exigir: direitos pelo descumprimento da legislação trabalhista perante o abuso excessivo na jornada de trabalho, pelas fraudes praticadas pelas empresas para o pagamento da produção por tonelada de cana, desrespeito às normas de saúde e segurança do trabalhador. Assim, os donos das usinas não são punidos pelo descumprimento dos direitos trabalhistas.

Esta é a condição perversa do capital que, para perdurar e assegurar sua plena expansão necessita cada vez mais da subjugação do trabalho, porque é apenas este que é capaz de criar riqueza, devido ao fato de existir um grande exército de reserva de força de trabalho sem organização política, o que dificulta a mobilização desses trabalhadores. Desta forma, a usina se aproveita da situação, selecionando aqueles que se enquadram no perfil para serem explorados.

Conforme o Secretário da Agricultura de Japoatã, a questão se agrava à medida que a maior parte dos trabalhadores do Platô não são sindicalizados, inclusive os cortadores de cana, o que implica mais submissão às condições impostas pelas empresas. Neste sentido, o secretário reassalta:

Os poucos empregados que têm, não querem se aventurar em fazer greve, em fazer parte de movimentos, então há uma submissão dos trabalhadores da região para com os empresários para garantir seus empregos, então é difícil demais organizar os trabalhadores do Platô, eles não conseguem enfrentar via movimento sindical, agora quando é botado para fora, aí procura o sindicato para fazer conta, procurar advogados, porém, em si, não são sindicalizados. O sindicato também tem dificuldade de representá-los, é até perigoso para o sindicato, porque eles não são nem sindicalizados. Pouquíssimos são sindicalizados, visa à carteira depois o econômico, por que eles acham também aquele desconto que tem uma vez ao ano o imposto sindical, eles acham que pagando este imposto já estão em dia com os sindicatos. Aí na cabeça deles, como paga esta diária de um ano no mês de março, já está em dia com os sindicatos, aí eles não querem pagar o valor do associado, que é um valor mensal. Algumas empresas depositam este valor, o valor anual, direto para CNA- Confederação Nacional da Agricultura, e há esses conflitos de quem deve receber este valor, se é o sindicato ou a CNA e, por fim, esta situação mal resolvida dificulta o andamento do sindicato, pois não acaba sendo rateado para o movimento sindical (Secretário da Agricultura de Japoatã, 2014).

Os fatos apontados demonstram que a intensa jornada de trabalho, a imposição de realização de horas extras, a ausência de uma organização sindical significativa, por parte dos

trabalhadores, dentre outras necessidades evidenciadas, contribuem para a precarização do trabalho nos canaviais do Platô. A precarização do trabalho se intensifica na medida em que as necessidades de reprodução do capital se ampliam, ou melhor, num contexto marcado pela busca incessante pela manutenção, ou ampliação, das condições necessárias para a acumulação do capital.

[...] o sistema do capital – cuja *raison d'être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. Por outro lado, nem mesmo a ordem feudal institui esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si (MÉSZÁROS, 2011, p.99).

Segundo o Secretário da Agricultura de Japoatã, o cortador de cana vem recebendo do Governo o benefício do programa Mão Amiga, como forma de estímulo para permanecer no corte, já que no período de inverno ficam ociosos sem trabalho e muitos desistiam, devido ao trabalho árduo, o que leva a uma grande evasão. Para solucionar esta questão, a pedido dos empresários, o Governo do Estado consolidou o Programa 'Mão Amiga' também para os cortadores de cana. Para justificar a saída desta verba, o Governo investe em atividades de capacitação oferecidas pelo governo, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e da Promoção da Igualdade Social para os trabalhadores nas cidades polos.

Ressalta-se que este programa foi lançado pelo Governo de Sergipe em 2009, com o intuito de beneficiar os trabalhadores dos cultivos de laranja e passando a beneficiar os cortadores de cana-de-açúcar no período da entressafra. O governo concede um benefício financeiro de R\$190,00 durante os quatro meses em que ficam desempregados, como condição de estímulo para que estes trabalhadores permaneçam na atividade. Neste sentido,

Criado em 2009, o programa de transferência de renda e geração de cidadania 'Mão Amiga' garante a subsistência dos trabalhadores rurais da laranja e da cana-de-açúcar no período da entressafra, através de uma bolsa mensal de R\$ 190 durante os meses de novembro a fevereiro para a cultura da laranja, e entre

maio e agosto para a cana-de-açúcar. Os recursos são oriundos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (JORNAL G1 SERGIPE)²⁰.

Conforme o Secretário da Agricultura de Japoatã, o benefício é concedido para 10 mil trabalhadores da cana. A comprovação dessa atividade é feita através da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou através de declaração conjunta emitida pelo trabalhador rural. Deve-se frisar que este programa foi estruturado de acordo com o programa Bolsa Família. Para adquirir o direito de receber o benefício de R\$ 190,00, é preciso que tenham uma renda mensal de R\$ 140,00 por pessoa. Isto faz com que muitos dos cortadores não tenham o direito do benefício, uma vez que, em sua maioria, os cortadores buscam ultrapassar metas de produtividade para tentar receber um pouco mais. Diante disso, não se inserem na renda estabelecida pelo Governo para o recebimento do benefício.

Diante do exposto, podemos notar que o tipo de produção e a forma de exploração dos trabalhadores estão diretamente atrelados ao objetivo da expansão do capital. O capital como estratégia vem se utilizando do modelo do agronegócio no campo, em particular do canavieiro. Ao intensificar a relação capital-trabalho, leva-se ao crescimento da precarização do trabalho, efetuada pela superexploração do trabalhador no corte da cana. O processo de trabalho não é mais realização, mas meio de subsistência; e a força de trabalho passa a ser uma mercadoria, cujo objetivo é a valorização do capital.

3.2 Os lotes agrícolas do perímetro irrigado: retrocesso

A produção agrícola no Platô está atrelada ao interesse do capital legitimado pelo Estado, que, por meio da aprovação de legislações, incentivos fiscais, crédito a juros subsidiados e financiamentos, define qual a atividade produtiva será mais vantajosa para atender ao comando do mercado internacional. Sob a lógica do modelo do agronegócio, a produção monocultora de agrocombustível tem ampliado a ocupação gradativa no Platô.

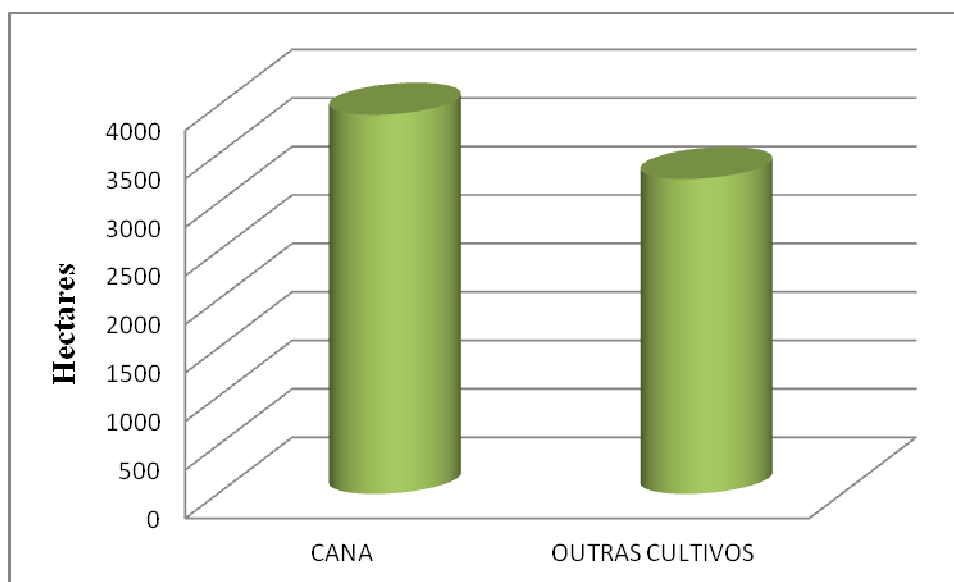
Podemos observar, igualmente, através do gráfico, que a produção de cana-de-açúcar no Platô é superior aos demais cultivos. No ano de 2014, a produção de cana-de-açúcar atingiu uma área de 3.326 hectares, o que representa 55% de área plantada, sendo superior aos

²⁰

<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/01/seminario-mao-amiga-comeca-nesta-segunda-feira-em-sergipe.htm>

anos de 2013, com 3.271 hectares; e 2012, com 3.265 hectares; os demais cultivos totalizam, no ano de 2014, um total de 45% da área plantada. Ver figura 32.

FIGURA 32 – PRODUÇÃO DA CANA E DEMAIS CULTIVOS NO PLATÔ



Fonte: ASCONDIR, 2014.

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Pelas informações obtidas em campo junto ao Administrador da Ascondir (2014), a cana-de-açúcar vem apresentando resultados positivos para os concessionários, dessa forma a tendência é a ampliação da área com o monocultivo. Nessa lógica, concentram-se mais terras para o agronegócio sucroalcooleiro que reduz acentuadamente a biodiversidade, a produção de fruticultura e vem contaminando os solos e/ou homem, devido ao uso intensivo de substâncias químicas, além de intensificar a exploração do trabalhador. Enfim, em sua forma perversa, aos poucos vem territorializando o que é imprescindível para a acumulação de capital.

Conforme as informações de moradores antigos da área do Platô e gerentes de alguns lotes visitados, algumas empresas detêm o domínio de grande parte dos lotes do Projeto. Podemos destacar: Grupo Samam - Sociedade Anônima Manuel Aguiar Menezes (detém o uso de quatorze lotes do Projeto, com a produção agrícola voltada para a cana, coco e laranja); Agroindústria Campo Lindo (detém cinco lotes, com a produção agrícola voltada para a produção de cana e coco); e Ezequiel Ferreira (que detém o uso de concessão de três lotes, voltados para a produção de manga, coco e cana).

Infelizmente as informações, em sua grande maioria, não foram divulgadas e não estão transparentes. Como podemos verificar a partir da tabela abaixo, vinte e dois lotes pertencem apenas a três empresas, no total de 42 lotes. É importante enfatizar que se objetivava alterar a realidade da área por meio da diversificação de frutos, mas o que se observa é a ampliação da área para produções de monocultivos e a concentração fundiária nas mãos de poucos concessionários.

Podemos observar, na tabela, que algumas empresas detêm a concessão de mais de um lote, fora os dados não divulgados na sua plenitude. As contradições são visíveis quando se objetiva o favorecimento de poucos. Neste sentido, é interessante notar que, na reforma agrária, um colono pode ter direito apenas a um lote, no Projeto Platô, o concessionário pode ter direito a mais de um lote, como verificamos abaixo:

TABELA 5 – PLATÔ DE NEÓPOLIS: SITUAÇÃO DA ÁREA – 2014

Nº de lotes	Lote	Empresa	Proprietário	Área do lote	Área plant. (ha)	Área imp (ha)
1	1	Agroindústria Campo Lindo	Sócios	507	507	0
2	2	Frutesp	Olímpio Tavares	97	40	57
3	2A	Agro Ind Capela II	Manuel de Aguiar Menezes Neto ²¹	71	71	0
4	3	Cofarma	Fernando	295	250	45
5	3A	Henrique B. M.	Manuel de Aguiar Menezes Neto	133	133	0
6	4	União	Clovis Sobral	144	144	0
7	5A	Agro Ind. Demeter	Francisco Gross	52	49	3
8	5B	Luiz Fernando	Luiz Fernando Guimarães Barreto	89	80	9
9	6	Agro Ind. Campo Lindo	Sócios	150	0	150
10	7	Agro Ind. Campo Lindo	Sócios	60	60	0
11	8A	José Teixeira Alves Filho	José Teixeira Alves Filho	21	0	21
12	8B	Frutase	Manuel de Aguiar Menezes Neto	42	42	0
13	9A	J. F. Agrícola	Manuel de Aguiar Menezes Neto	184	180	4
14	9B	Itograss	?	203	140	63
15	9C	Nacélio Santos de Andrade	Nacélio Santos de Andrade	55	55	0
16	9D	Hélio Dantas Neto	Grupo Samam	47	47	0
17	9E	Grupo Samam	Grupo Samam	28	28	0
18	9F	Marcos Bezerra	George/Marcos. J. Bezerra/Luiz Carlos	137	100	37
19	10	Âncora	Manuel de Aguiar Menezes Neto	120	120	0
20	11	Frucoco	Renato Saraiva Coutinho	47	47	0
21	11A	Agro Ind. Campo Lindo	Sócios	267	267	0
22	12	Marcos Leite Franco Sobrinho	Marcos Leite Franco Sobrinho	153	100	53
23	13	Lorival G. Matos	Manuel de Aguiar Menezes Neto	156	156	0
24	13A	Agro Ind. Capela I	Manuel de Aguiar Menezes Neto	138	138	0
25	13B	Fruticultura Andrade	?	150	150	0
26	14	Frutex	Luiz Augusto dos Wanderley dias de Freitas/Wellington R. Freire/ Luis Carlos Lima do Nascimento	130	122	8
27	15	Agro Ind. Campo Lindo	Sócios	298	298	0
28	16A	Frutese	Jorge Henrique I. Fonseca e Adonias Libório Fonseca	168	125	43
29	16B	Karoline Vasconcelos	Sócios	157	157	0
30	16C	Frutal	Ezequiel Ferreira Leite	533	533	0
31	17	Anízio Cardoso	Ezequiel Ferreira Leite	298	298	0
32	18	Henrique B. M	Manuel de Aguiar Menezes Neto	361	361	0
33	19	Iolando Leite	Ezequiel Ferreira Leite	76	76	0
34	20	São Francisco	José Francisco Baldini Elias	503	500	3
35	21	Cítricos Brejinhos	Manuel de Aguiar Menezes Neto	55	55	0
36	22	Grupo Samam	Manuel de Aguiar Menezes Neto	250	236	14
37	23	Amintas	Amintas Diniz Tojal Dantas Junior	183	120	63
38	23A	Sergipe Fruticultura	Valdecir Muniz	123	122	1
39	24	H Dantas	Marcelo Prado de Oliveira	141	141	0
40	25	José Pessoa	José Pessoa de Queiroz Bisneto	215	215	0
41	26	Henrique B. M.	Manuel de Aguiar Menezes Neto	157	157	0
42	27	Decide	Manuel de Aguiar Menezes Neto	64	64	0
-	-	Área Irrigada	-	7.058	6.484	574

Fonte: ASCONDIR, 2014.

²¹Manuel Aguiar Menezes Neto, superintendente da Usina Taquari, no município de Capela, que pertence ao grupo Sociedade Anônima Manuel Aguiar Menezes (Samam). Pela multiplicidade de negócios que se criou, o negócio de louças e vidros foi aos poucos desaparecendo e substituído por móveis, decorações, automóveis, caminhões, tratores, empresa de pecuária, agrobusiness, indústria, clínicas hospitalares e serviços em geral. Dezoito empresas foram criadas, todas elas controladas pela Sociedade Anônima Manoel Aguiar Menezes. Em 1988 a Sociedade Anônima Manoel Aguiar Menezes transformou-se em uma empresa controladora da fiscalização e auditoria, prestando serviços as demais empresas do grupo. Empresa transformou-se em um holding que abrange mais de 20 empresas em diversos seguimentos como: Sociedade Anônima Manuel Aguiar Menezes, Samam Diesel, Samam Veículos, Samam Locadora, Samam Empreendimentos, Samam Pneus, Riomar Veículos, Samam Semi-novos, Agro-industrial Taquari, Haras Taquari, Cítricos Brejinho, Samam Agrícola, Iveco Fiat, Âncora Agrícola, Manual Aguiar Menezes Indústria Comércio, Serigy Veículos, Nordeste Veículos Pesados Ltda/AL, Nordeste Veículos de Pernambuco/Ltda, Nordeste Veículos da Paraíba Ltda.

A utilização dos lotes agrícolas tem total aval do Estado, à medida que no Decreto N° 13.535 Art. 5º, §1º²² “é vedada a subconcessão total ou parcial dos bens concedidos, sem a autorização expressa da COHIDRO e desde que constante do contrato”, ou seja, os lotes concedidos aos concessionários têm a devida autorização do órgão do estado, para que vários proprietários realizem a sua compra e venda dos lotes. De acordo com informações do gerente do lote 04, da empresa União, há em torno de treze lotes pertencente apenas uma única empresa.

Os lotes foram doados para vários empresários, mas alguns lotes estão falindo, e o proprietário do lote vende a concessão do direito de uso do lote para outros empresários, e muitos desses já donos de outros lotes, fazendo com que um só empresário possa possuir até 13 lotes, onde esse novo proprietário fica com a pendência de despesas perante os bancos quanto ao financiamento já feito, ou seja, o mesmo fica responsável, assume as despesas do anterior²³.

FIGURA 33 – PRODUÇÃO DE CANA NO PLATÔ



Fonte: Pesquisa de campo, Agosto de 2015.

Quanto à situação dos lotes, identificamos o intensivo uso de sistemas mecanizados, tanto para a irrigação quanto para as necessidades do lote, sobremodo garantindo menos força

²² Decreto N° 13,535, de 11 de março de 1993.

²³ Relato do Gerente do lote União

de trabalho. Todos os lotes fazem uso intensivo de defensivos agrícolas como forma de aumentar a produtividade e/ou combater as pragas, principalmente na produção do coco e da cana.

Em visita ao lote 9B, identificamos a produção de grama. Conforme entrevista com um dos funcionários da Ascondir, até o ano de 2012 este lote pertencia à empresa Atybaia, que utilizava inicialmente o lote com a produção de cultivos, como: atimóia, tangerina, laranja e limão. Por insatisfações geradas pela falta de produtividade e rentabilidade desses cultivos, fez com que a empresa, no ano de 2012, retirasse todos os cultivos e implementasse a produção de grama, numa área total de 203 hectares.

Segundo relato do funcionário da Associação Ascondir (2014), a procura no mercado de grama estava literalmente em alta, em virtude inicialmente para atender à demanda da Copa do Mundo e pelo rápido crescimento de projetos paisagísticos no país. Nesse sentido, alguns investidores viram a oportunidade de produzir grama para os estádios de futebol, como também para os projetos paisagísticos na utilização da jardinagem, cujo retorno financeiro está sendo bastante favorável, devido à grande procura no mercado interno.

Por outro lado, altamente dependente do trabalho mecanizado, com uso intensivo d'água (via pivô central que consome grande quantidade), energia e defensivos agrícolas. Além de que, este cultivo não alimenta a população, substitui ecossistemas existentes, homogeneizando drasticamente a paisagem e emprega mínima força de trabalho, totalizando dez trabalhadores neste lote.

No ano de 2013, o lote 9B passou a pertencer à Empresa Itograss, que permanece com a produção de grama, porém com uma área bastante reduzida. Apenas 60 hectares com grama, 30 hectares com coco e 5 hectares com lima, e uma área ociosa de 108 hectares. Neste ano a produção de grama também passa a ser produzida no lote 20, pertencente à Empresa São Francisco Citrus, com uma área total de 488 hectares em produção, mas destinada à grama com apenas 28 hectares. Em 2014 deixou de produzir.

FIGURA 34 – PRODUÇÃO DE GRAMA NO LOTE 9B DO PROJETO PLATÔ



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2015.

A Itograss é uma empresa que tem sua sede em Recife e implantou uns dos sistemas de irrigação mais modernos que existe no Platô. Faz uso do sistema “pivô central”, sistema moderno de irrigação e implantou eucalipto como quebra de ventos e não tem escala comercial. Cem por cento do processo é mecanizado, não tem nada manual, eles fazem o rolo de grama tanto grande quanto pequeno. No ano de 2014 a área do lote 9B apresentou 140 hectares com produção de grama. O destino da grama é para a própria Região Nordeste, para os estados de Recife, Paraíba, Bahia etc. O tipo de grama utilizada é a esmeralda. Ver figura a seguir.

FIGURA 35 – PROCESSO DE IRRIGAÇÃO DA GRAMA COM PIVÔ CENTRAL



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2014.

FIGURA 36 – EMPILHAMENTO DE TAPETES DE GRAMA PARA O FORNECEDOR



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2014.

Em pesquisa de campo (2014) realizada no lote 4, pertencente à empresa União²⁴, observamos que este lote é um dos mais diversificados. Com uma área total de 144 hectares, verificamos que: 65 hectares cultiva o coco; 24 hectares, limão; 16 hectares, maracujá; 12 hectares, abóbora; 10 hectares, melancia; 15 hectares, criação de ovelhas; e 2 hectares, cultivos para o autoconsumo. Mesmo apresentado uma diversificação de cultivos, a produção está diretamente atrelada à procura no mercado.

FIGURA 37 – PRODUÇÃO DO COCO E ABÓBORA



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2014.

FIGURA 38 – PRODUÇÃO DE MARACUJÁ E LIMÃO



²⁴ Lotes – União pertence a Clóvis Sobral Neto e o responsável em gerenciar Joselito dos Santos. Pesquisa de campo realizada, 15/11/2014.

Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2014.

FIGURA 39 – CRIAÇÃO DE OVELHAS



Fonte: Pesquisa de campo, 15 de novembro, de 2014.

FIGURA 40 – CULTIVOS PRODUZIDOS PARA O CONSUMO DA EMPRESA



Fonte: Pesquisa de campo, 15 de novembro, de 2014.

A propriedade dispõe de 44 trabalhadores, todos com carteira assinada, residentes, grande parte, em Penedo-AL, três desses são de Japoatã-SE. Estes trabalhadores são designados para desenvolver diversas atividades dentro do lote, havendo um remanejamento

por dia de acordo com as demandas que vão surgindo, seja para: reparo dos materiais de irrigação de uso individual no lote, preparação do terreno para implementação de cultivos, aplicação de herbicidas, fungicidas e adubos, colheita de cultivos, enfim, cada dia há uma rotatividade desses trabalhadores para diversas demandas no lote. O remanejamento de trabalhadores no lote é bem comum, em conformidade com relato do gerente:

Os mesmos trabalhadores da colheita do coco são remanejados para outros cultivos e atividades da empresa. Para a colheita do coco, são utilizadas apenas três pessoas por coqueiro, onde dez pessoas diariamente faz a colheita de toda a produção que necessite no dia. Três pessoas colhendo limão e por aí vai ocorrendo remanejamento do trabalhador. A maior parte do trabalho é realizada por mecanização, necessitam dos trabalhadores para a colheita e outras atividades que surgem no decorrer do dia.²⁵

Ao chegarmos ao lote, encontramos onze trabalhadores fazendo manutenção, aproveitamento, e o descarte do material de irrigação (micro aspersão). Conforme depoimento do gerente, anualmente é checado todo material de irrigação, observado suas condições de uso agrícola, caso não sirva, compra-se outro e repõe. É importante enfatizar que o modo de produção capitalista organiza o trabalho de forma que possa obter maior acumulação, enfim, moderniza os meios de produção e explora a força de trabalho em horas não pagas.

FIGURA 41 – REPARO DOS MATERIAIS DE IRRIGAÇÃO DO LOTE



²⁵ Pesquisa de campo, 15 de novembro, de 2014, com gerente (Joselito) – da empresa União.

Fonte: Pesquisa de campo, 15 de novembro, de 2014.

FIGURA 42 – EQUIPAMENTOS DE IRRIGAÇÃO DO LOTE



Fonte: Pesquisa de campo, 15 de novembro, de 2014.

Para a aplicação do sistema de irrigação de uso individual de cada lote, foi necessário o desenvolvimento de maquinário de alta tecnologia para o controle e vazão da água. A casa de tubos e filtros comanda todo o sistema de irrigação do lote. Este sistema é programado para puxar uma quantidade x de água do Rio São Francisco para cada tipo de cultivo diferenciado, onde toda a irrigação é controlada em quantidade de água necessária para cada cultivo. O próprio sistema de irrigação já faz esse controle, liberando a quantidade necessária para cada cultivo, que é programado para o horário desejado.

FIGURA 43 – OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE IRRIGAÇÃO



Fonte: Pesquisa de campo, 15 de novembro, de 2014.

Para que possamos entender o funcionamento do sistema de irrigação, exemplificamos seu uso na produção de melancia. Este tipo de cultivo necessita de uma quantidade 'X' de água, e faz uso do sistema de irrigação por gotejamento. Cada setor de produção tem uma programação diferenciada para a liberação por quantidade de água em tempo determinado, já que cada cultivo utiliza um tipo de irrigação diferenciado e de quantidade d'água. Ou seja, isso é feito separadamente por setor, para não sobrecarregar as máquinas. De acordo com o depoimento do gerente do lote, o custo é maior quando o motor trabalha em uma área muito grande de uma só vez. A forma encontrada para diminuir as despesas para o produtor foi a programação que passa a ser liberada a noite, porque o kwh da energia é menor.

Quanto aos tipos de irrigação utilizadas no lote União, a abóbora, por exemplo, tem sua maior parte irrigada por gotejamento e outra parte micro aspersão; o cultivo do coco e limão são irrigados por micro aspersão; e o maracujá é irrigado por gotejamento. É importante observarmos que cada lote controla a vazão de água necessária para cada cultivo, onde esta

água está interligada aos canais secundários para a estação principal, sendo, o Estado, o responsável, tornando-se controlador do acesso e uso da água, determinando, assim, quem serão os sujeitos habilitados a usufruir deste recurso.

Enfatizamos, ainda, que a estação principal e os canais secundários construídos via Estado não levam a água para qualquer lugar; seu destino foi estrategicamente planejado e executado, objetivando criar as condições adequadas para que determinados sujeitos sociais pudessem usufruir desses privilégios, os concessionários, cuja produção tem o intuito de abastecer o mercado interno e ou externo. Por outro lado, as populações no entorno do Projeto não têm as mesmas regalias, sendo agravada essa situação devido ao tipo de solo, dificultando a produção de cultivos alimentares.

A produção do lote da Empresa União está voltada para o mercado interno, e os estados que consomem essa produção, são: Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Todo o lote faz uso de agrotóxicos, objetivando, segundo o gerente, minimizar algum tipo de praga que venha prejudicar a produção. Grande parte do serviço é mecanizado, por isso não há necessidade de muita força de trabalho, para garantir mais força, garante-se mais lucro para o produtor e amplia-se o exército de reserva de força de trabalho, no Baixo São Francisco.

Em pesquisa realizada no lote 9C²⁶, pertencente à empresa Fruticultura Andrade, este apresenta uma área total com 55 hectares, voltada para o monocultivo do coco. Segundo o Gerente, a concessão para o uso desse lote foi há 15 anos.

O coco é colhido durante o ano inteiro, e vendido, a unidade no lote, por R\$ 0,40. Geralmente o CEASA de Aracaju/SE compra boa parte do coco. O uso da irrigação é mais frequente no período seco, em que todos os dias são irrigados. A irrigação utilizada é micro aspersão, onde espalha água no raio de dois metros no solo arenoso.

²⁶ Pesquisa de campo, 16 de novembro, 2014 com gerente (Fábio) – empresa Fruticultura Andrade pertencente Nacélio Santos de Andrade.

FIGURA 44 – IRRIGAÇÃO COM MICRO ASPERÇÃO NO CULTIVO DO COCO



Fonte: Pesquisa de campo, 16 de novembro, de 2014.

O coco utilizado no lote é o coco anão, que apresentava uma produção bastante significativa. Com o surgimento de algumas pragas, principalmente o aparecimento da praga *mosca branca*, a produtividade desse cultivo vem caindo, ultrapassa mais de um milhão de frutos a menos. Com isso, há uma frequência maior na realização da pulverização. O ciclo de pulverização é de 21 dias, sendo utilizados 21 kg de produto com um gasto de R\$ 2.000,00 por mês, para o combate à praga.

FIGURA 45 – APARECIMENTO DE PRAGAS



Fonte: Pesquisa de campo, 16 de novembro, de 2014.

FIGURA 46 – INSTRUMENTO UTILIZADO PARA COMBATER PRAGAS EM COQUEIRO



Fonte: Pesquisa de campo, 16 de novembro, de 2014.

Conforme o Secretário de Agricultura de Japoatã, este uso intensivo de veneno está diretamente relacionado ao grau de produtividade e geração de rentabilidade para com os empresários, onde a maior parte dos lotes que produz coco é, constantemente, exposta a uma série de agrotóxicos, com a finalidade de induzir a alta produtividade anual, o que deixa o coqueiro bastante estressado, implicando na vida útil do coqueiro, que não passa de 10 anos. Outra questão é a indução de veneno para acelerar a morte do coqueiro. Há pulverização na área para o controle da lagarta e da cigarrinha, e o tempo que leva para pulverizar vai depender da resistência da praga. Conforme relato do Secretário:

Há muitos casos de lotes de uso intensivo de agrotóxicos, onde os coqueiros foram mortos por veneno para reposição de novos coqueiros ou simplesmente para aumentar a produtividade. Eles injetam veneno para produzir novos coqueiros, injetam veneno para aumentar a produtividade e injetam veneno para acabar com o coqueiro, para produzir até cana no lugar (J.A., 2014).

FIGURA 47 – COQUEIROS MORTOS E REPOSIÇÃO DE OUTROS COQUEIROS

Fonte: Pesquisa de campo, 16 de novembro, de 2014.

É importante ressaltar que o aparecimento de pragas, antes não existentes, é em função da pouca diversidade florística e da alteração primária do ambiente. A tentativa de exterminar as pragas da agricultura provocou a introdução do uso de defensivos agrícolas, e a necessidade de aumentar a produção para responder à demanda externa e interna fomentou, assim, o uso dos fertilizantes químicos.

Essas informações revelam que a inserção do capital, no campo, amplia a dependência da ampla utilização de produtos químicos, objetivando aumentar a produção e produtividade, repercutindo negativamente para impactos nos rios, solos, na saúde dos trabalhadores, como também provoca uma dependência entre os produtores agrícolas e indústrias produtoras de produtos químicos para o campo. Conforme depoimento de morador antigo:

É preciso fazer o combate às pragas de forma mais natural, sem uso de agrotóxicos. Não sei por que o Brasil compra tanto veneno dos EUA, porém, este país proíbe o uso destes mesmos agrotóxicos que os produz, mas o Brasil faz uso (J. B. Santos, 2015).

QUADRO 3 – DIAGNÓSTICO DO USO DE AGROTÓXICO

MUNICÍPIO	CULTURA	AGROTOXICO
JAPOATÃ	CANA-DE-AÇUCAR	PARADOX
NEOPOLIS	PIMENTA JAMAICA, COCO, PIMENTÃO, MANGA LIMÃO MARACUJA, CANA.	GLIFOSATO, ADESIL, CARBAMAX, CYPTRIN, ROVRAL, NATIVO, AGRITOATO, MARSHAL, GRAXOL, ROUNDUP, SUPRACID, CERCOBIN, ABAMECTRINA, SEMPRA

Fonte: Dados Pesquisa de Campo, EMDAGRO, 2014.
Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

Podemos observar, a partir do quadro 3, conforme dados oficiais da EMDAGRO (2014), os tipos de agrotóxicos utilizados por áreas dos municípios que compõem o Projeto Platô. É importante ressaltar que a utilização demasiada de uso intensivo destas substâncias químicas, segundo Bombardi (2012, p.01), é uma “epidemia silenciosa e violenta” e cada vez é mais utilizada de forma demasiada na produção agrícola mundial e no Brasil. Em conformidade com a autora:

No mundo todo, na última década, houve um aumento expressivo no consumo de agrotóxicos, em função, sem dúvida de dois elementos: o primeiro é a transformação do alimento em combustível, ou seja, alguns dos cultivos que há séculos foram destinados à alimentação humana, têm se tornado ‘massa’ para a produção de energia, dentre eles, destaca-se, principalmente, a cana, o milho e a soja (BOMBARDI, 2012, p.01).

O uso de agrotóxicos é intensivo em todo Brasil, um dos maiores mercados mundiais para estes produtos. A ampla utilização destes produtos se deve: livre comercialização, a grande pressão comercial por parte das empresas distribuidoras e produtoras, a busca pelo aumento da produtividade, acrescido da falta de esclarecimento sobre malefícios do uso intensivo destes compostos no solo, na água e no corpo humano. Podemos verificar que há o uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente se levarmos em conta que os dados obtidos foram oficiais, entretanto, segundo informações de pessoas da comunidade, há o uso indiscriminado de tipos clandestinos os quais não temos acesso.

3.3 Permanências e resistências

Verificamos, através da pesquisa de campo (2015), a existência de ocupações recentes e antigas em áreas de reserva do Projeto Platô, como também a resistência pela

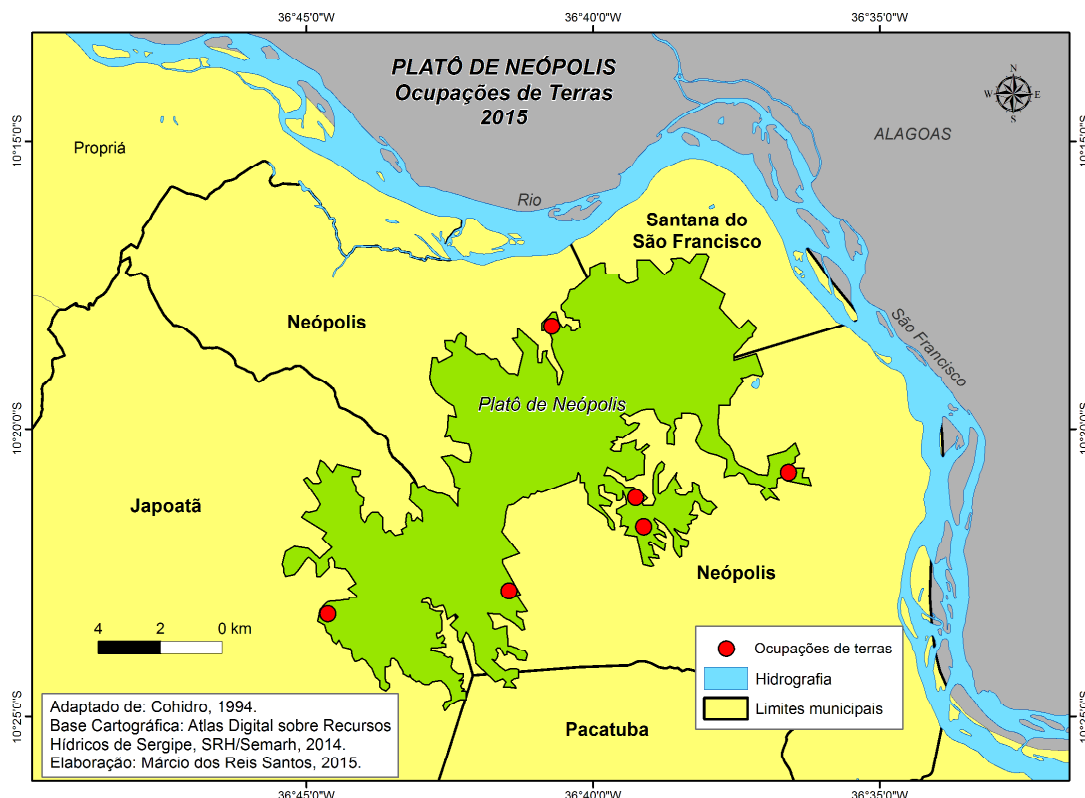
permanência na terra. Observamos que os propósitos, quanto ao uso e/ou o direito a terra, caminha de forma bastante destina.

Umas das resistências que levou o direito a terra foi a contemplação de famílias que, de forma indireta, lutavam por direitos às terras do Projeto Platô de Neópolis. De acordo com pesquisa realizada no INCRA (2015), estas famílias estão vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST²⁷ e no ano de 2012 e 2013 o ICRA assentou mais 60 famílias, distribuído em dois Assentamentos. O primeiro Assentamento foi Boa Vista, localizado em Pacatuba-SE, onde foram assentadas 44 famílias que lutavam por terras do Projeto Platô. E o segundo Assentamento foi o Padre Nestor, localizado em Pacatuba-SE, onde 16 famílias foram assentadas, todas reivindicando terras ociosas do Projeto.

Identificamos ocupações na área de reserva (R-2), localizadas em Japoatã, nas proximidades do Povoado Tatu, que estão diretamente vinculadas à resistência de 150 famílias que esperam soluções do Estado para reassentá-los, uma vez que as indenizações foram pagas apenas aos donos das fazendas, prejudicando ex-trabalhadores e posseiros. De acordo com informações do Diretor Técnico da Cohidro (2015), a área de ocupação é em torno de 50 hectares.

²⁷ Integrantes do Movimento Sem Terra (MST) ocuparam, nesta terça-feira (15), parte de uma fazenda que produz grama no Platô de [Neópolis](#), região do Baixo São Francisco. O protesto que durou mais de oito horas foi um ato simbólico do movimento em favor da reforma agrária no estado. Os manifestantes pedem que as famílias sejam assentadas no local e o fim da produção de gêneros não alimentícios. O que motivou o protesto das famílias ligadas ao Movimento Sem Terra foi a substituição de cultivo na área do Platô em Neópolis, já que lotes onde antes eram cultivadas frutas hoje estão sendo plantadas cana-de-açúcar, grama e eucalipto. “O povo não come grama, nem eucalipto e nem come cana. Nós estamos dizendo aqui que o papel dos projetos governamentais seriam priorizar a produção de alimentos”, disse o coordenador estadual do MST, Gileno Damascena. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/10/integrantes-do-mst-ocupam-parte-de-fazenda-em-sergipe.html> Acesso 12/03/2014.

FIGURA 48



Na área de Reserva (R-6) localizada em Neópolis, parte está em posse do concessionário Ezequiel Ferreira Leite, atual Prefeito de Capela-SE, que tem a concessão de três lotes sob o aval do Estado, perfazendo um total de 907 hectares, e vem apropriando-se da área de Reserva (R-6) no entorno, entre o lote 16C e o lote 19. De acordo com informações levantadas pela Cohidro (2015), a ocupação da área tem aproximadamente 15 hectares.

Nesta mesma área de Reserva (R-6), duas famílias vivenciam há 23 anos, o descaso do poder judiciário e a incerteza do direito da posse da terra, mas permanecem na luta pelos seus direitos há décadas. Essas duas famílias vêm resistindo ao processo de desapropriação da fazenda Cadoz, no sítio Pau Ferro, localizado no município de Neópolis, e possui uma área total de 20 hectares.

Moradores há mais de 70 anos, o Genitor, o Sr. Rosendo e sua esposa, chegaram para trabalhar para o dono da fazenda Cadoz no sítio Pau Ferro, tiveram seus filhos que foram criados ali e que vêm resistindo ao direito de permanecer com a posse do sítio que fazia parte da Fazenda Cadoz. Os filhos do Sr. Resendo, que são duas famílias – Sr. Gizelio e Sr. Jocelino (este último após entrevista aberta realizada conosco, veio a falecer, quem continua a acompanhar o processo é o seu filho Cícero, que tem, nos dias de hoje, 31 anos). Este conflito

vem sendo acompanhado desde o início pelo Centro Dom José Brandão de Castro- CDJBC, há 23 anos.

Quando ocorreu a desapropriação foi feita a avaliação, considerando as benfeitorias da fazenda, como do Sítio Pau Ferro, entretanto a família do Sr. Jocélio não recebeu a indenização da terra, quem a recebeu foi o fazendeiro Beto Barros, que não repassou a quantia para o posseiro. Não tendo condições de ir para outro lugar, continuou resistindo ao processo de desapropriação da terra. O processo ainda permanece na Justiça de Pacatuba-SE, e diante, sobremodo, da rotatividade de mudanças de Juízes na localidade, como também pela falta de interesse em solucionar a questão, dando ganho de causa para estas famílias. Infelizmente o processo continua sem solução, enquanto isso, estas famílias vivem na angústia e o sonho de solução de ganho de causa. Conforme fala do Sr. Gizelio:

Agente já tá velho, no caminho da vida e da morte, então o que eles estão esperando agente morre para solucionar o caso. Por isso até agora nada foi solucionado e aqui vamos continuar (2014).

Ao chegar para residir na Fazenda Cadoz, a família do Sr. Rosendo passou a assumir a condição de Parceiro pelo trabalho desenvolvido, porém sem ter o título de proprietário. Durante décadas lavrou a terra, produziu para o proprietário, cumprindo a função social da terra. Sr. Rosendo, sua esposa e seus filhos beneficiaram a terra com frutíferas, criações, cultivos alimentares, valorizando o preço da terra.

Segundo o Código Civil Brasileiro, o direito a propriedade confere ao seu titular o direito exclusivo de usar, fruir, dispor a terra. Entretanto, a nova Constituição Brasileira, ao estender os preceitos da propriedade em relação a sua função social, provoca novas argumentações à destinação social da posse da terra. Conforme Nobre Franco (2005)²⁸,

A posse existe com a intenção de dono, mas também pode existir sem ela, e até com o reconhecimento de outro dono, e bem assim com o poder físico de dispor da coisa, como sem ele; e se em geral sua defesa é exercida contra as agressões de terceiro, não raro o é contra as do dono, reconhecido como tal pelo próprio possuidor. (s/n)

Quando ocorreu o pagamento da indenização das terras, no mínimo deveria ter sido feito o pagamento da indenização das benfeitorias ao possuidor, como também ressarcir o

²⁸ FRANCO. Wanildo José Nobre. A posse e a propriedade, in <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1024>, acessado em 02 de agosto de 2015.

tempo de moradia e de trabalho exercido para o proprietário. A violência à família do Sr. Rosendo foi caracterizada no ato de má fé do proprietário que, ao receber a indenização (assim como outros também o fizeram na região) abandonou à sorte os posseiros de fato da terra.

O sítio Pau Ferro, circunscrito na área do território do agronegócio da cana de açúcar, é a marca visível de um modo de vida camponês, que resiste secularmente e insiste na sua permanência. Negando a subalternidade ao valor capitalista de mercado, do objetivo da produção e produtividade, o sítio Pau Ferro nega-se qualquer subordinação ao agronegócio, e permanece em equilíbrio na sua unidade social camponesa basilar: Família, Trabalho e Terra, condição de permanência: “Terra de Trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular” (p.298).²⁹

O capitalismo se expande no campo, provocando a degradação humana sob a tutela do Estado, garantido, pela legislação, que se materializa com o discurso do direito cidadão. Há séculos, porém, entre outras demandas, é comum a desapropriação das famílias camponesas da terra para a ocupação da agricultura de mercado. Em geral, os agricultores não têm sido atendidos nas suas indenizações, a indenização justa, ou pagamento da terra. “Os que não conseguem resistir a essas diferentes pressões e agressões, não conseguem continuar como posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores; transformam-se em proletários, em trabalhadores à procura de trabalho [...]”. p 289

²⁹ Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, Itaici, 14 de fevereiro de 1980. (texto extraído no livro Organizado por João Pedro Stédile. A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960 - 1980, vol. 2, São Paulo: Expressão Popular, 2005.)

FIGURA 49 – RESITÊNCIA AO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO: SÍTIO PAU FERRO



Fonte: Pesquisa de campo, 16 de novembro, de 2014.

FIGURA 50 – CRIAÇÃO DO SÍTIO PAU FERRO



Fonte: Pesquisa de campo, 16 de novembro, de 2014.

Conforme informações do Sr. Gizelio, o processo agora parece que está caminhando, não está arquivado. Já recebeu duas intimações e recorreu. O tribunal deu o favorecimento aos posseiros, todavia, teve uma audiência onde foi alegado que a Fazenda Cadoz era de outra pessoa, porém nada foi comprovado, o que leva a acreditar, segundo Sr. Gizelio, que está próximo de obter o ganho da causa.

De acordo com as informações levantadas em pesquisa de campo (2014), estas famílias praticamente vivem da aposentadoria, e a roça hoje está voltada para a pequena criação de gado, galinhas, do cultivo da mandioca e de algumas fruteiras.

Verificamos que no entorno do sítio, que deveria ser área de reserva, está sendo ocupada e desmatada por um concessionário dono de lote no Platô, na qual este vem ampliando sua área com o monocultivo de cana e, nesta situação, nada é feito para impedir pelos órgãos competentes; uso da terra para estes fins.

A Colônia 1º de maio também foi uma área de resistência. Inicialmente por três famílias (localizadas na beira da pista, área que pertencia à usina Grande Vale). Foram transferidos pra essa área. Inclusive, o Sr. Gizelio foi também encaminhado para essa área, quando achava que ia ficar sem o sítio Pau Ferro. Mas quando percebeu que a área não oferecia as condições básicas para o cultivo, continuou dando maior atenção pra sua área no Pau Ferro. Hoje residem umas 20 famílias nesta área. Alguns eram originários dos municípios vizinhos e outros vieram do estado de Alagoas. Ressaltamos que esta área não fica situada dentro da área designada ao Projeto e sim em seu entorno, porém faz parte do contexto do conflito do Platô.

Evidenciamos na área de reserva (R-8 e R-9), localizada em Neópolis, que esta vem sendo alvo de apropriações pelo dono do lote 11 A, pertencente à empresa Campo Lindo, que tem a concessão de cinco lotes, com um total de 1.290 hectares, vem ocupando a área de Reserva. De acordo com informações levantadas pela Cohidro (2015), a ocupação da área tem aproximadamente 20 hectares. E lembrando que esta empresa, em seus lotes, já vêm produzindo o monocultivo da cana.

Outra ocupação que vem ocorrendo em áreas de reserva (R-20) nas proximidades da antiga Agrovila, que é atualmente o Povoado Novo Horizonte, localizado em Neópolis, é a de trabalhadores da fazenda Grande Vale. Alguns que foram dispensados da grande Vale continuaram residindo nas casas que pertenciam à usina. Outras pessoas não vinculadas ao processo de desapropriação chegaram depois e ocuparam também, da Agrovila foi constituído um Povoado. De acordo com informações da Cohidro (2015), a área de Reserva (R-20) localizada em Neópolis, nas proximidades do Povoado, novas ocupações vem surgindo, mas não relacionadas à resistência e sim ao direito a terra.

Nesse sentido, a política das águas e da terra não conseguiu ultrapassar o simples processo de amenização das desigualdades sócio-espaciais, pelo contrário, as investidas do Estado a benefício do capital levam cada vez mais ao controle do território e da água para poucos. É importante observar que com o processo de ocupação dos concessionários na área de Reserva do Projeto está sendo destinada ao monocultivo da cana. Esta área é muito maior

do que os dados levantados, devido a não contabilização das áreas de Reserva que vêm sendo alvo do desmatamento para a produção de cana por alguns concessionários.

O que se pode concluir é que o modelo de agricultura irrigada implementado com o Projeto Platô apenas tinha por finalidade garantir o aumento da produção e produtividade no campo e, conseqüentemente, a circulação no mercado, e não teve a função de amenizar, combater e cessar de fato a pobreza. Nesta concretude, conforme Sousa (2013), para que o ciclo do capital possa se realizar, é necessário o crescimento da pobreza. Esta é a condição para obter mais lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova lógica do capital é a de consolidar o modelo do agronegócio no campo justificado como condição de desenvolvimento, mediante a monopolização da terra e a territorialização do capital; em escala local, nacional e mundial. O modelo do agronegócio fundamentado no discurso da superação da crise, coloca as políticas agrícolas locais e nacionais sob o comando das instituições financeiras, que determinam a ampliação cada vez mais expressiva das monoculturas.

A lógica nacional está submetida à lógica mundial regulada pelo lucro, na lógica perversa do mercado mundial. Neste contexto, o agronegócio se constitui a principal alternativa no processo de mundialização do capital (CONCEIÇÃO, 2004, p.87).

Para que o ciclo do capital possa se realizar, é necessário o crescimento da pobreza, condição para obter mais lucro. Como garantia da acumulação ampliada, as instituições financeiras internacionais sustentam-se no discurso da necessidade de determinar a fome como justificativa para o mecanismo da especulação. Essa lógica perversa do capital, sob o apoio do Estado, tem contribuído para a reordenação do espaço agrário, com funções específicas para atender a sua demanda.

Nas últimas décadas houve um aumento considerável de investimentos estrangeiros no setor agropecuário, devido, principalmente, à conjuntura favorável para a produção de agrocombustíveis para o mercado mundial. Neste contexto, o investimento no setor sucroalcooleiro é um exemplo vivo do estímulo do Governo Federal, que fortalece o discurso e o incentivo para a utilização do álcool combustível no país.

O estado de Sergipe acompanha essa lógica, da expansão do monocultivo, com a ampliação dos territórios do agronegócio da laranja, do milho e da cana de açúcar. Este último cultivo tem ocupado vastas áreas do espaço rural, embora o domínio do território do agronegócio da cana de açúcar ainda se localize nas antigas áreas da região do Cotinguiba, tem havido uma crescente expansão para o território do leste sergipano e para o Baixo São Francisco, sob a lógica do agronegócio, que tem significado a diminuição da plantação de cultivos alimentares, resultando no aprofundamento da inserção e da subordinação do campo ao capital e, conseqüentemente, a destruição das pequenas unidades de produção familiar.

Nessa concretude, há uma (des) configuração produzida no espaço agrário, onde a territorialidade da cana-de-açúcar se faz presente e crescente. Nossa pesquisa destacou a região do Baixo São Francisco, com a instalação do Projeto de Irrigação Platô de Neópolis, que mediante apoio do Estado, incorporou nessa região, a lógica produtiva do capital em detrimento das necessidades das pequenas unidades de produção familiar.

Nossos estudos evidenciaram que o governo do estado de Sergipe, em nenhum momento, teve como estratégia promover alterações na estrutura fundiária do domínio do latifúndio historicamente estabelecido na formação territorial brasileira. Conforme análise das informações obtidas, pode-se constatar que as políticas das águas no Platô de Neópolis via irrigação, trouxeram maiores disparidades territoriais, produzindo maior número de exploração, de excludentes.

Atualmente, a maior parte da implementação da infraestrutura de irrigação, que tinha como meta, no Projeto, irrigar frutos diversificados, vem sendo utilizada para irrigar cultivos de exportação. Ressaltamos que se gasta uma quantidade excessiva de água, não para irrigar alimentos necessários à vida humana, mas para irrigar grama e cana, ou seja, o uso da água está a serviço de poucos que têm o privilégio de fazer uso do sistema de irrigação.

Em função da pouca diversidade florística e da alteração primária do ambiente, está sendo intensificado o aparecimento de pragas, antes não existentes. Contraditoriamente à necessidade de aumentar a produção para responder à demanda externa e interna, como também a tentativa de exterminar as pragas da agricultura, provocou a introdução do uso de agrotóxicos, fomentando o uso dos fertilizantes químicos. Ficou evidenciado que a utilização intensiva de veneno está diretamente relacionada ao grau de produtividade e geração de rentabilidade para o favorecimento dos Grandes Empresários.

Por outro lado, com a incorporação de novas tecnologias, foram alteradas as relações sociais, com a exclusão de parcela da população local, considerada como não apta (especializada) para a utilização de inovações tecnológicas do sistema de irrigação. Neste sentido, o Projeto em si foi bastante seletivo, já que se propagandeava cerca de 15 mil empregos direto e indireto e, na realidade, o atual número de empregos está em torno de 3.500.

Evidenciamos que a incorporação de novas áreas de produção agrícola, voltada para atender à demanda do mercado nacional/mundial, resultou em ocupações irregulares dos próprios concessionários, donos de lotes no Projeto, que vêm invadindo áreas destinadas à

Reserva ambiental, para plantar o monocultivo da cana-de-açúcar, ampliando, assim, sua área de produção agrícola. O que se constata é que a estrutura fundiária tornou-se mais concentrada.

As condições de trabalho nos canaviais do Projeto são extremamente precarizadas, as relações de trabalho se configuram em uma realidade perversa, pois coloca o trabalhador em péssimas condições de trabalho, sujeitados a superexploração das horas de trabalho não pagas. Os direitos dos trabalhadores são desrespeitados e usurpados pelo capital agroindustrial canavieiro, sendo necessário que o Ministério Público e o Ministério do Trabalho estejam fiscalizando constantemente, por outro lado, com o medo da perda de sua única fonte de renda, o trabalhador esconde as condições desumanas de trabalho e de vida a que são constantemente submetidos.

Conforme Conceição,

Por detrás do discurso governamental ‘de melhoria’ das condições de vida do trabalhador da cana, do crescimento do número de empregos, da regularização do trabalho, do crescimento de carteiras assinadas, esconde-se uma prática desumana de trabalhos temporários e precarizados. O trabalhador é submetido a trabalhos degradantes, sem nenhuma seguridade trabalhista, tornando-se móvel para o capital. Nas suas diversas moradias, ele se torna um volante boia-fria (migrante sazonal/temporário, em período de safra ou colheita), que vive em contínuo deslocamento, enquanto necessário à reprodução do capital (CONCEIÇÃO, 2013, p.96).

Nesse sentido, o caráter destrutivo do capital, em sua nova fase de acumulação, revela-se cada vez mais perverso, à medida que, para expandir e acumular, faz-se necessária a precarização do trabalho. Para intensificar a sua condição desumana nos canaviais, os trabalhadores são constantemente submetidos ao uso indiscriminado de agrotóxicos que, ao longo dos anos, pode vir a provocar danos à saúde desses trabalhadores.

Constatamos que a luta de resistência para a permanência na área do Platô se faz presente tanto por famílias que têm resistido ao processo de desapropriação da área, há 23 anos, quanto pela resistência de desapropriados (posseiros e ex-trabalhadores) que, lesados com a desapropriação das terras nas quais viviam, estão ocupando áreas da Reserva, esperando soluções do Estado.

Diante da realidade encontrada, fica explícito que o modelo de irrigação adotado no Baixo São Francisco, no Platô de Neópolis, reflete as políticas estratégicas calcadas em interesses que se caracterizam por serem excludentes, ou seja, deixam de fora a maioria dos

trabalhadores. A pobreza permanece como que intocada, sem alterar sua marca histórica colonial da permanência da exploração. A transformação das relações sociais, na forma de sujeição do processo de trabalho ao mercado, provoca massiva expropriação.

O poder do capital busca impor suas determinações estruturais antagônicas da divisão do trabalho. De um lado a autonomia histórica camponesa é a negação da força de trabalho que se torna mercadoria, o próprio trabalhador na atual relação de trabalho escrava é o pressuposto para a acumulação e lucro. Pelo trabalho alienado, o capital busca superar as resistências.

A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz. Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura (Martins, 1999, p.160).

Autonomia camponesa, capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária coexistem como categorias de ponto de partida e ponto de chegada e formam uma sequência lógica de relações determinantes no Platô de Neópolis. Dois sistemas contrapostos convivem em conflito na luta para alcançar seus objetivos, as contradições internas demonstram, como na luta dos contrários, a condição da autonomia camponesa resiste às tendências desagregadoras do sistema do capital.

Epílogo

“É a **corrida entre a lebre e a tartaruga**, que somente pode terminar com a morte da **lebre**” (Robert Kurz).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2ª reimpressão, 2010.

ANDRADES, Tiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. Juiz de Fora, 2007. p.45. Disponível em: <http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 02 agosto 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ªed, 1999.

ARAUJO, Ruy Belém de. **Processo da territorialização do capital monopolista na agricultura sergipana**: Projeto Hidro-Agrícola Platô de Neópolis. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristovão, 1995.

ASCONDIR. **Associação dos concessionários do distrito de irrigação Platô de Neópolis**. Disponível em: < <http://www.ascondir.com.br/>> Acesso em: 04 setembro de 2014.

BARBOSA, Izabel Cristina. **Ação do estado e Meio Ambiente no Município de Neópolis**. Dissertação (Mestrado Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristovão, 1997.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia**: contribuições teóricas. Revista Nera. Presidente Prudente, nº14, Janeiro/Junho de 2009. ISSN:1806-6755. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/14/12_bezerra.pdf >. Acesso em: 16 março 2014.

BNTM. **Platô de Neópolis**: Projeto de Fruticultura Irrigada. Disponível em: <<http://www.aracaju.com/bntm/plato.htm>>. Acesso em: 14 outubro de 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio**: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Disponível em: <aao.org.br/aao/pdfs/larissa-mies-bombardi-artigo-agrotoxicos-2012.pdf> Acesso em: 07/08/2015.

BRASIL. **Lei n. 6.662 de 25 de junho de 1979.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11669661/artigo-26-da-lei-n-6662-de-25-de-junho-de-1979>>. Acesso em: 15/01/2015.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio.** São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2011. Disponível em: < <http://www.crop.org/viewfile.aspx?id=287>>. Acesso em: 15 janeiro 2015.

CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A reestruturação produtiva e os efeitos no mundo do trabalho:** os trabalhadores da itacac alimentos em Corumbá (Go). UNESP - Franca/SP, setembro de 2012. Disponível em: < <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n8/43.pdf>>. Acesso em: 28 de março de 2015.

CASTILLO, Ricardo. **Agronegócio e logística em áreas de cerrado:** expressão da agricultura científica globalizada. Revista da Anpege. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3 p.33-43, set. 2007. Disponível em: < http://www.anpege.org.br/downloads/artigo_3.pdf>. Acesso em: 13 julho 2014.

CDJBC, Centro Dom José Brandão de Castro. **Relatório:** efeitos socio-econômicos do Projeto Platô de Neópolis. 14 a 15 de novembro de 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COHIDRO. **Demonstrativo das áreas plantadas 1997-2006.** Acesso em: 10 de março de 2014.

COHIDRO. Disponível em: <http://www.cohidro.se.gov.br/> Acesso em: dezembro de 2014 e agosto de 2015.

COHIDRO. **Informações Técnicas do Projeto Platô.** 1992.

CONCEIÇÃO, A. L. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio.** Revista de Geografia Meridiano, Buenos Aires, v. 01, n. 2, p. 81-104, 2013. Disponível em: < <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansao-do-agronego3b3cio.pdf> >. Acesso em: 15 de junho 2014.

_____. **A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe.** GEONORDESTE, Ano XXII, n.2, v. 02, p. 1-16, 2011. Disponível em: <<http://200.17.141.110/pos/geografia/geonordeste/index.php/GeoNordeste/article/view/223>> . Acesso em: 25 de junho de 2014.

_____. **A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável.** In: Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol. 02, n.º. 02, 2004, pp. 79 – 91.

_____. **Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial.** (Org.) ANDRADE, Eliziário Souza Andrade e SILVA, Francisca de Paula. Estado e políticas públicas: a construção do consenso neoliberal. Slavador: EDUNEB, 2012.

_____. **Jovens andarilhos do ciclo curto do capital.** Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa, v.1, n.1, p. 77-100, 2007a. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/1247>>. Acesso em: 4 de junho 2014.

_____. **O Agronegócio:** o velho/novo modelo colonial de exploração do trabalho. Informativo da AGB/seção Aracaju: São Cristóvão/SE. ano III mar, n.01, 2007b.

CONSÓRCIO, CONCREMAT- GEOHIDRO-CLASS. **Projeto Básico de Irrigação e Drenagem do Platô de Neópolis-SE.** Dezembro 1992a.

_____. **Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico e Social do Projeto Platô de Neópolis.** Volume II, junho de 1992b.

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003.** Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em< http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

DIAS, Jacilana de Jesus. **Uma análise do projeto Platô de Neópolis.** Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2005.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

EMDARGO. Disponível em:< <http://www.emdagro.se.gov.br/> > Acesso em: setembro de 2014.

FABRINI, João Edmilson. **Latifúndio e Agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital**. Revista Pegada, Presidente Prudente (UNESP), v. 09, n. 1, p.35-62, junho 2008. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643/1579> > Acesso em: 08 janeiro 2015.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. **Brasil Escola: Proálcool**. Disponível: < <http://www.brasile scola.com/brasil/proalcool.htm> >. Acesso em: 12/06/2015.

FRANCO. Wanildo José Nobre. **A posse e a propriedade**. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1024>>. Acesso em: 02 de agosto de 2015.

G1 Sergipe. **Platô de Neópolis, em Sergipe, completa 20 anos de produção em Perímetro Irrigado**. Disponível em:< <http://globo tv.globo.com/tv-sergipe/se-tv-2a-edicao/v/plato-de-neopolis-em-sergipe-completa-20-anos-de-producao-em-perimetro-irrigado/2558333/> > Acesso em: 16 de abril 2015. Vídeo

GOMES, Carlos Marcelo Maciel. **A política dos arranjos produtivos locais na busca sisifiana pelo desenvolvimento**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristovão, 2014.

GOMES, Suzana Andrade. **Redirecionamento do projeto hidroagrícola Platô de Neópolis sem Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristovão, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, SC, Brasil, 2004, ISSN 1807-1384. v. 1, n. 1 (2004). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>> Acesso em: 07 maio. 2015.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **Informalidade e precarização do trabalho no Brasil**. Revista Pegada: Presidente Prudente, v. 03, p. 1-16, 2011. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/790/813>. Acesso em: 09 de maio 2015.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Brasil**: áreas plantadas com cultivos temporários (1991 – 2013). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso 20 agosto de 2015.

IBGE. **Sergipe**: áreas plantadas com cultivos temporários (1991 – 2013). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso 20 agosto de 2015.

J.A. Depoimento: Pesquisa de campo [2014]. Entrevistadora: Jordana Santana de Oliveira Vasconcelos, Japoatã-SE, 2014. Audio (45 min). Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

JORNAL CINFOM. **Desapropriados de Neópolis cobram dívida de 50 milhões ao Estado**. CINFOM Municípios: edição 892, Aracaju, 15 a 21 de maio 2000.

JORNAL CINFOM. **A desruralização da agricultura brasileira**. 04 de junho de 1993, pag 02, caderno B.

JORNAL CINFOM. **MST ocupa terra do Platô de Neópolis e promete não sair mais**. CINFOM Municípios: edição 778, Aracaju, 09 a 15 de março 1998.

JORNAL CINFOM. **Platô de Neópolis leva fome e desemprego a trabalhadores**. Jornal CINFOM, 21 de março de 1994, p.32, caderno único.

JORNAL DA CIDADE. **Sem-terra deverá ter lotes no Platô**. Aracaju, 11 de março 1998.

JORNAL G1 SERGIPE. **Funcap**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/01/seminario-mao-amiga-comeca-nesta-segunda-feira-em-sergipe.htm>>. Acesso em: 13 de agosto de 2015.

Jornal Tribuna do São Francisco. **Platô de Neópolis**. Propriá-SE, Edição Especial, p.09, agosto 1997.

KOLMING, Fernanda Virgínia. **Camponês: um velho/novo sujeito nos tempos da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe -UFS, São Cristóvão, 2005.

KURZ, Robert. **O Fracasso da Modernização**. In: O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra S.A, 1993, p.172.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a revolução**: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Global, 1987.

LIMA, Lucas Gama. **A dinâmica imperialista contemporânea**: capital sem fronteiras e sua (ir) racionalidade apátrida. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe- UFS, São Cristóvão, 2015.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o Estratagema das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano**: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

MARCOS, Valéria de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo Latino-Americano. In: PAULINO, Elaine Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p 1991-212.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola**: a quem beneficia. São Paulo. In: Lua nova n° 23 Março, 1991. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a03n23.pdf>> Acesso em: 21 março 2014.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais, RJ/Petrópolis Ed. Vozes, 2002, p. 222.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. Ed. Vozes, 3ª edição. Petrópolis – RJ. 1986.

MARX, Karl. Grundrisse. **Manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Editora Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MONTÃO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. O Estado moderno e a sociedade civil nos clássicos da teoria política. In: **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Editora Cortez, 2011. p.31-55.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. 4º edição. São Paulo, Hucitec, 1999.

MOTA, D.M.DA. **Trabalho e divisões sociais na fruticultura irrigada nordestina**: O Platô de Néopolis/SE. Brasília: Cadernos de Ciência e Tecnologia, v.18, n.2, p.113-134, maio/ago.2001. Disponível em : <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/n18/n2/cc18n205.pdf>>. Acesso em: 04 de fevereiro 2014.

NASCIMENTO, Luciana Andrade. **A (re) organização agrária no município de Néopolis/SE e a luta pela reforma agrária**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristovão, 2003.

NETO, Francisco Graziano. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. A territorialização do capital agroindustrial canavieiro e a nova Geografia do trabalho migrante no Brasil. In: JÚNIOR, Antonio Thomaz;

GONÇALVES, Marcelino Andrade e OLIVEIRA, Ana Maria Soares de (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: CEGEeT, 2007, volume 3, pag.54 a 83.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Hermínio de Aguiar; FRAÇA, Vera Lúcia Alves; CASTANEDA, Daniel Neyra, Carlos Hermínio de Aguiar. **Transformações no Baixo São Francisco Sergipano**. São Paulo: Anais (Encontro Geógrafos da América Latina), março 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Usoderecurso/s/33.pdf>>. Acesso em: 04 de março de 2015.

ORTEGA, Antônio César. **Agronegócio e representações de interesses no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2005.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006 : II ISBN 85-89311-30-9.

RODRIGUES, Vanessa Plaloma Alves. **Capital, estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo**. 2012. 235. f Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristovão, 2012.

SANTOS, Adriano P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho – SP**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Ana Maria dos. **Projeto hidroagrícola Platô de Neópolis: intervenção do Estado e meio ambiente**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristovão, 1997.

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu dos; SOUZA, Francilane Eulália de. **Trabalho e agronegócio: da dinâmica territorial da produção de cana-de-açúcar no município de Itaberaí-Go para a dinâmica agrícola do estado de Goiás**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 8, n. 16, p. 38-69, ago., 2013. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19535/13072>> Acesso em: 04 de outubro 2014.

SANTOS, Francisco Keneddy Silva das. Uma análise da estrutura fundiária e dos determinantes do preço e uso de terras no Perímetro Irrigado Morada Nova In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Ricardo Menezes. **Se planta e colhe alimentos neste sertão: resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto de soberania alimentar**. 2012. 252 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2012.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. RESR: Piracicaba/SP, v.50, n.3, p.503-524, jul/set 2012.

SERGIPE. Decreto 13.535 Art. 5º, §1º, 11 de março de 1993. É vedada a subconcessão total ou parcial dos bens concedidos, sem a autorização expressa da COHIDRO e desde que constante do contrato. Sergipe, 11 março 1993.

SERGIPE. Ministério Público do Trabalho. **Estudo das condições ambientais de trabalho na produção da cana-de-açúcar no estado de Sergipe**: relatório 2012. Disponível: <<http://www.agronomiaufs.com.br/cana.pdf>> Acesso em: 07/05/2015.

SERPA, Ângelo. **O Trabalho de Campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica**. Boletim Paulista de Geografia/Seção São Paulo. Nº 1 (1949) – p. 7-24. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Xamã Editora, 2006.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do Latifúndio ao Agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do senhor ao escravo**. 2010. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão, 2010.

SILVA, Ilcyara Kedmma da. **Agricultura irrigada e desenvolvimento sócio-econômico: o caso do platô de Neópolis/SE**. Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão, 2001.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias. **O agro-hidronegócio no vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção.** 2013. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2013.

SOUZA, S. T. ; CONCEIÇÃO, A. L. **As "novas" estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio.** Revista Pegada: Presidente Prudente, v. 09, nº 01, p. 102-122, junho, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1651/1582>> Acesso em: 20 setembro 2014.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB.** Itaici, 14 de fevereiro de 1980. In: A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960 - 1980, vol. 2, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na america latina. In: PAULINO, Elaine Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.

TV Atalavia. **Mudanças no Platô de Neópolis.** Disponível em: <http://a8se.com/tvatalaia/je1/9108/mudancas-no-plato-de-neopolis.html#video>> Acesso em 2014.

Tv sergipe. **Integrantes do movimento sem terra ocuparam parte de uma fazenda.** Disponível em:<<http://globo.com/tv-sergipe/se-tv-2a-edicao/v/integrantes-do-movimento-sem-terra-ocuparam-parte-de-uma-fazenda/2890584/>> Acesso em:

VARGAS, M. A. M. . **Projetos de irrigação do Baixo São Francisco e a produção do espaço nordestino.** Revista de Geografia, Recife, v. 12, n.2, p. 107-122, 1996.

WELCH, Clifford Andrew; FERNADES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Elaine Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161-190.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

SERGIPE: QUANTIDADE PRODUZIDA CULTIVOS TEMPORÁRIOS (1999-2013)

Lavoura temporária	Ano														
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Abacaxi (Mil frutos)	8.746	8.831	5.962	7.814	11.020	11.189	9.669	10.604	13.768	19.250	20.136	21.822	23.960	21.852	19.080
Amendoim (em casca) (T)	1.344	1.366	1.326	1.330	1.344	1.343	1.444	1.729	1.789	2.091	2.105	1.901	1.876	1.588	2.397
Arroz (em casca) (T)	36.576	32.819	35.391	37.757	34.496	38.226	39.010	52.249	53.265	58.585	57.166	48.601	18.972	26.661	30.891
Batata-doce (T)	29.556	30.607	31.513	33.453	35.797	34.910	35.269	34.532	37.010	42.444	40.032	37.504	35.522	40.600	44.397
Cana-de-açúcar (T)	1.286.118	1.352.624	1.328.088	1.165.378	1.449.316	1.696.508	1.777.372	1.924.975	2.401.966	2.429.603	2.607.155	2.994.819	3.336.034	3.260.251	3.087.048
Fava (em grão) (T)	542	466	472	383	447	496	513	488	474	393	357	344	289	206	175
Feijão (em grão) (T)	36.232	28.089	17.334	21.130	18.848	26.434	34.026	24.029	22.374	22.255	28.369	31.343	11.576	6.304	17.886
Fumo (em folha) (T)	6.417	5.364	1.992	1.752	1.662	2.009	2.775	2.868	2.731	2.534	2.318	2.231	1.710	877	619
Mandioca (T)	425.021	444.625	465.688	449.301	435.645	470.516	465.707	490.420	498.233	509.739	491.367	485.360	483.990	450.486	433.723
Melancia (T)	4.087	2.237	12.037	11.324	13.290	16.010	16.890	17.143	17.310	11.245	11.765	11.120	9.881	10.655	8.276
Milho (em grão) (T)	118.215	86.931	46.726	38.380	86.595	136.317	205.577	184.908	237.129	584.786	703.294	750.718	480.476	290.575	700.902
Tomate (T)	4.905	4.801	5.214	5.163	5.573	4.773	5.340	4.871	4.708	5.286	4.891	4.601	4.313	4.306	2.596

Fonte: IBGE. Produção Municipal (1999 – 2013).

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM CULTIVOS TEMPORÁRIOS (1991-2013)

Lavoura temporária	Ano											
	1991	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Cana-de-açúcar	4.241.352	3.953.047	4.638.281	4.881.648	4.975.189	5.022.490	5.377.216	5.815.151	7.086.851	8.845.833	9.616.615	10.223.043
Milho (em grão)	13.580.647	12.876.384	14.182.486	12.825.504	12.418.490	12.912.390	13.343.992	12.249.101	14.010.838	14.144.321	13.605.369	15.708.367
Soja (em grão)	9.667.625	10.654.163	11.702.919	11.508.120	13.069.793	13.988.351	18.527.544	23.426.756	20.571.393	21.761.782	24.032.410	27.948.605
Total	27.489.624	27.483.594	30.523.686	29.215.272	30.463.472	31.923.231	37.248.752	41.491.008	41.669.082	44.751.936	47.254.394	53.880.015

Fonte: IBGE. Produção Municipal (1991 – 2013).

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

SERGIPE: ÁREA PLANTADA COM CULTIVOS TEMPORÁRIOS (1991-2013)

Lavoura temporária	Ano											
	1991	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Cana-de-açúcar	35.777	27.775	24.808	23.197	22.998	20.526	22.687	26.867	38.616	41.931	50.988	52.852
Feijão (em grão)	69.223	41.477	81.383	64.758	61.353	52.453	55.688	56.855	45.392	42.213	33.760	25.359
Mandioca	32.969	38.695	43.115	38.476	30.203	32.030	30.087	32.184	33.727	33.094	32.429	28.738
Milho (em grão)	81.197	35.032	91.652	86.637	87.596	93.625	131.080	126.551	156.412	172.941	173.922	161.154
Total	219.166	142.979	240.958	213.068	202.150	198.634	239.542	242.457	274.147	290.179	291.099	268.103

Fonte: IBGE. Produção Municipal (1990 – 2013).

Org.: VASCONCELOS, Jordana.S.O.

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISCENTE: Jordana Santana de Oliveira Vasconcelos

CURSO: Mestrado

QUESTIONÁRIO 01. PESQUISA DE CAMPO PLATÔ DE NEÓPOLIS – MORADORES ANTIGOS DA LOCALIDADE EM ESTUDO

IDENTIFICAÇÃO

1. Entrevistado (a): _____ Data: ____/____/____

1.1 Idade: _____ anos

1.2 Profissão: _____

1.3 Localidade: Município _____ Povoado _____

RESGATE HISTÓRICO DO PLATÔ DE NEÓPOLIS

2. Antes da instalação do Platô de Neópolis o que se produzia nos municípios que fazem parte do projeto? _____

3. Antes da instalação do Projeto qual era o destino da produção agrícola?

a) Aqui no município Sim () Não ()

b) Para outros municípios próximos Sim () Não ()

c) Outros estados Sim () Não ()

d) Para outros países Sim () Não ()

4. Como vivia a população que residia na área atualmente ocupada pelo Projeto Platô de Neópolis antes de sua instalação? _____

5. A área desapropriada se constituía em sua maioria de pequenas, médias ou grandes propriedades?

Pequenas () Médias () Grandes ()

6. O que o atual governo da época prometia para instalar o Projeto Platô?

7. Como a população local reagiu com a ideia da implantação do Platô na localidade?

8. O que aconteceu com os desapropriados da área que corresponde ao Projeto Platô? E para onde foram?

9. Houve desapropriado que atualmente é proprietário de alguns dos lotes? Se sim, o que possibilitou esta entrada? Sim (....) Não ()

10. Em sua opinião, desde a desapropriação e instalação do Projeto Platô de Neópolis a quem beneficia? Por quê?_____

11. Todos receberam as indenizações? Sim () Não ()

12. Atualmente o que se produz no Platô?

13. Sabe informar de onde vem a muda da cana que é produzida no Platô, qual seu destino e a quem pertence?_____

14. Porque atualmente vem se produzindo grama na área do Platô, a quem pertence e qual seu destino?_____

15. A produção do coco ainda se destaca ou vem perdendo seu posto para outras produções, se sim, por quê? _____

16. Em sua opinião, o que você acha da agricultura irrigada?

17. Como você avalia o Projeto Platô de Neópolis, desde a sua desapropriação, instalação e na atualidade? _____

18. Houve redução da produção de alimento na região, com o Projeto Platô de Neópolis?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISCENTE: Jordana Santana de Oliveira Vasconcelos

CURSO: Mestrado

QUESTIONÁRIO 02 - PESQUISA DE CAMPO - COHIDRO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (A)

Município: Aracaju/SE Data: ____/____/____

1.1 Sexo M () F ()

1.2 Que função o (a) senhor (a) exercer aqui na COHIDRO

2. HISTÓRICO – RELAÇÃO COHIDRO/PLATÔ DE NEÓPOLIS

2.1 A atuação da COHIDRO na área que corresponde ao Platô de Neópolis se inicia com a implantação do Projeto Platô de Neópolis ou se deu anteriormente a este projeto? Se for anterior, qual propósito e o mesmo fazia parte de algum projeto ou programa do Estado, qual?

2.2 Em que período se inicia a atuação da COHIDRO via Projeto Platô de Neópolis? E qual era seu papel junto a este projeto?

2.3 No Projeto inicial qual foi o tamanho bruto desapropriado e atualmente houve expansão ou redução desta área?

2.4 O objetivo do Projeto Platô de Neópolis era somente cultivar frutos? Se sim, o que condicionou na atualidade o retono da cana, a presença da produção eucalipto e a grama?

2.5 Por que a seleção deste tipo de produção e não mais na diversificação de frutos, uma vez que, os empresários sabiam que na área devia se investir em frutos?

2.6 Atualmente qual o papel da COHIDRO junto ao Platô?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISCENTE: Jordana Santana de Oliveira Vasconcelos

CURSO: Mestrado

**QUESTIONÁRIO 03. PESQUISA DE CAMPO PLATÔ DE NEÓPOLIS –
TRABALHADORES DOS LOTES**

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado (primeiro nome) _____

1.1 Data: ____/____/____ Localidade _____

1.2 Sexo () Masculino () Feminino Idade: _____ anos

1.3 É natural desta localidade? () Sim () Não. Se Não, onde residia antes?

1.4 Por que veio para esta localidade?

1.5 Grau de escolaridade:

Não alfabetizado (), alfabetizado (), Fundamental: Incompleto () Completo ()

Médio: Incompleto () Completo ()

Superior: Incompleto () Completo () _____

Curso técnico especializado () Sim, qual _____

1.6 Você é? Solteiro/a () Casado/a ()

1.7 A renda dá para sustentar a família? Sim () Não (). Se não, como complementa? _____

1.8 Quantas pessoas trabalham para complementar a renda familiar? Estes recebem salários e fazem o que? _____

1.9 Qual a sua profissão? _____

OBS: SE cortador de cana responde abaixo:

2. TRABALHADOR

2.1 Trabalha no corte da cana há quanto tempo? _____

2.2 Anteriormente trabalhava onde? _____

2.3 Por que mudou? Tem interesse em sair?

2.4 O trabalho é de carteira assinada? () Sim () Não

2.5 Mora no mesmo local do trabalho? () Sim () Não. Se NÃO, como você faz o deslocamento para o trabalho?

2.6 Trabalha por produção? () Sim () Não

2.7 Quanto consegue cortar de cana por dia (é igual ou tem variação)?

2.8 Gosta do trabalho que executa? Sim () Não (). Qual é a atividade? _____

2.9 Se Não gosta do trabalho que executa, por que permanece nesta atividade?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISCENTE: Jordana Santana de Oliveira Vasconcelos

CURSO: Mestrado

**QUESTIONÁRIO 04.PESQUISA DE CAMPO PLATÔ DE NEÓPOLIS
(Secretária de agricultura e representantes de sindicatos)**

IDENTIFICAÇÃO

1.Localidade:_____ Data: ____/____/____

1.1Nome do entrevistado (primeiro nome):_____

1.2 Idade:_____anos

1.3 Sexo F() M()

1.4 Grau de Escolaridade _____

1.4 Que função exerce atualmente:

19. Quais são as condições dos trabalhadores?

20. Estes trabalhadores são sindicalizados?

21.O sindicato tem realizado curso de formação política para que esses trabalhadores conheçam seus direitos?

22. O que o sindicato tem feito para diminuir o processo de exploração do trabalhador do campo?

23. Como o sindicato analisa a atuação do agro-hidronegócio no Platô?

24. Em sua opinião, o que você acha da agricultura irrigada?

25. Você tem conhecimento se os lotes do perímetro irrigado que não faz uso de agrotóxicos?

26. Existe um espaço para comercialização dos frutos produzidos no Platô?

27. Como você avalia o Projeto Platô de Neópolis, desde a sua desapropriação, instalação e na atualidade?

28. Na área do Platô há presença de conflitos de luta pela terra, se sim, por qual objetivo?

29. Quantos acampamentos existem reivindicando a área do Platô?
